



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

TICIANO RAFAEL SANTIAGO DE LIMA

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS:

Uma análise sobre a memória e relações entre humanos e não-humanos de uma comunidade amazônica

BELÉM
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

TICIANO RAFAEL SANTIAGO DE LIMA

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: Uma análise sobre a memória e relações entre humanos e não-humanos de uma comunidade amazônica

BELÉM
2025

TICIANO RAFAEL SANTIAGO DE LIMA

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: Uma Análise sobre a Memória e Relações entre Humanos e Não-humanos de uma Comunidade Amazônica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Voyner Ravena-Cañete.

**BELÉM
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732m Lima, Ticiano Rafael Santiago de.

Mudanças e permanências : Uma análise sobre a memória e relações entre humanos e não-humanos de uma comunidade amazônica / Ticiano Rafael Santiago de Lima. — 2025.
xv, 127 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Voyner Ravena Cañete Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2025.

1. Amazônia paraense. 2. Comunidade ribeirinha. 3. Memória coletiva. 4. Teoria ator-rede. 5. Relações socioambientais.. I. Título.

CDD 301

TICIANO RAFAEL SANTIAGO DE LIMA

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: Uma Análise sobre a Memória e Relações entre Humanos e Não-humanos de uma Comunidade Amazônica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Voyner Ravena-Cañete.

Data de defesa: 02 de junho de 2025.

Banca Examinadora:

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Voyner Ravena-Cañete

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA)

Examinadora Interna

Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA)

Examinador Externo

Prof. Dr. Rafael Paiva de Oliveira Diaz

Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA)

Suplente Interna

Prof.^a Dr.^a Edila Arnaud Ferreira Moura

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA)

Suplente Externo

Prof. Dr. Thales Maximiliano Ravena Cañete

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/UFPA)

Vamos escutar a voz dos Rios, pois eles falam. Sejamos água, matéria e espírito, em nossa
movência e capacidade de mudar de rumo, ou estaremos perdidos (krenak, 2022, p. 27)

Dedico ao meu Pai e minha Mãe, vocês são a prova de que a educação é a ferramenta mais poderosa de transformação. Agradeço por cada sacrifício invisível, pelas noites de preocupação e pelo apoio silencioso que muitas vezes abriu mão de desejos próprios para que eu pudesse perseguir os meus. Vocês me ensinaram que o conhecimento não serve para nos colocar acima de ninguém, mas para nos dar a altura necessária para enxergar novos horizontes. Esta dissertação é tão minha quanto de vocês; é o fruto colhido em um jardim que vocês plantaram com mãos cansadas, mas corações esperançosos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Nélia e Olivar, e às minhas irmãs Neliara e Naele, por serem os pilares fundamentais de sustentação em minha vida. Sem o apoio incondicional de vocês, o encerramento deste ciclo acadêmico não seria possível. Estendo este carinho aos meus sobrinhos, José e Kauã, que trazem leveza aos meus dias.

Aos meus avós, tios, tias, primos e primas, agradeço por formarem uma rede de torcida constante, acreditando no meu potencial em cada etapa desta jornada.

Ao meu amigo Ignácio, pela parceria indispensável e pelo auxílio generoso na escrita deste trabalho nos momentos em que mais precisei.

Aos colegas e amigos do Grupo de Pesquisa em Ecologia Humana, Natureza e Povos Amazônicos (EHNAPAM/UFPA). Sou grato(a) pelo suporte, pelo direcionamento e pelo acolhimento que tornaram esta pesquisa viável. Em especial, agradeço a: Flávio Lobato, pela mentoria técnica e paciência na organização e formatação deste texto; Queren, pela orientação brilhante e sensível nos caminhos desafiadores do campo, cuidando de cada detalhe antes e depois da nossa imersão.

Por fim, expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, Professora Voyner Ravena Cañete. Obrigado pela dedicação, pela paciência e pelo cuidado com que conduziu minha formação. Seu acolhimento em todas as etapas acadêmicas foi fundamental para o meu amadurecimento como pesquisador(a).

A todos e todas que caminharam ao meu lado, o meu muito obrigado.

LISTA DE SIGLAS

ANT	Teoria Ator-Rede
BDTD	Banco de dados da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DENPASA	Dendê do Pará S.A.
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MEB	Movimento Educativo de Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PP	Pará Pigmentos
PPG	Programa de Pós-Graduação
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROOLEO	Programa Nacional de Óleos Vegetais para fins Energéticos
RCC	Rio Capim Caulim
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Semed	Secretaria Municipal de Educação
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SERB	Sistema Educativo Radiofônico de Bragança
STRAAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta do Rio Capim de 1875.....	18
Figura 2 – Mapa Territorial do Município de São Domingos do Capim: locus de pesquisa.	28
Figura 3 – Mapa de localização de São Domingos do Capim, Pará, Brasil.	40
Figura 4 – Mapa de localização da Comunidade Independência - São Domingos do Capim/PA..	46
Figura 5 – Trapiche coberto às margens do rio Capim.....	47
Figura 6 – Arraial da comunidade.	48
Figura 7 – Mapa do arraial da comunidade visto de cima e seus principais espaços.	49
Figura 8 – Igreja N. Sra. do Perpétuo Socorro.	50
Figura 9 – Escola Municipal de Ensino Fundamental João da Silva Lobo.	51
Figura 10 – Espaço Comunitário.	52
Figura 11 – Gráfico: Principais fontes de renda da comunidade.....	53
Figura 12 – Gráfico da centralidade do Açaí como maior relevância econômica.....	54
Figura 13 – Casa de Farinha.	55
Figura 14 – Pesca de Malhadeira.....	58
Figura 15 – Pesca de maior importância.....	60
Figura 16 – Pesca de malhadeira no Rio Capim.....	61
Figuras 17 e 18 – Arpão caseiro para pesca subaquática.....	63
Figura 19 – Tabela de Espécies que são Capturadas com a Pesca de Malhadeira..	64
Figura 20 – Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado do Pará.....	70
Figura 21 – Mesorregiões do Estado do Pará.....	71

RESUMO

Esta dissertação analisa as dinâmicas de mudanças e permanências nas relações entre humanos e não-humanos na comunidade ribeirinha Independência, localizada em São Domingos do Capim, no nordeste paraense. A partir da Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour e dialogando com autores como Leandro Tocantins e Maurice Halbwachs, a pesquisa explora como o rio Capim atua como mediador central das interações sociais, econômicas e culturais da comunidade. O trabalho se ancora na abordagem qualitativa e utiliza metodologias como história oral, entrevistas semiestruturadas, observação direta e levantamento bibliográfico para compreender o impacto das transformações socioambientais impulsionadas por grandes projetos econômicos e pela colonização histórica da região. Ao focar a memória coletiva dos moradores, especialmente pescadores artesanais e agricultores familiares, a dissertação identifica práticas tradicionais que resistem às pressões externas, revelando estratégias de adaptação e reafirmação cultural. O estudo destaca a importância das populações tradicionais amazônicas, evidenciando a comunidade amazônica como forma de vida e identidade que articula elementos materiais, simbólicos e territoriais. A pesquisa conclui que, apesar das intensas transformações, a comunidade Independência mantém uma relação simbiótica com o rio Capim, reafirmando saberes locais e redes de sociabilidade como pilares de resistência e sustentabilidade.

Palavras-chave: Amazônia Paraense; Comunidade Ribeirinha; Teoria Ator-Rede; Memória Coletiva; Relações Socioambientais.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the dynamics of change and permanence in the relationships between humans and non-humans in the riverside community of Independência, located in São Domingos do Capim, in northeastern Pará. Based on Bruno Latour's Actor-Network Theory (ANT) and in dialogue with authors such as Leandro Tocantins and Maurice Halbwachs, the research explores how the Capim River acts as a central mediator of the community's social, economic, and cultural interactions. The work is anchored in a qualitative approach and uses methodologies such as oral history, semi-structured interviews, direct observation, and bibliographical research to understand the impact of socio-environmental transformations driven by large economic projects and the historical colonization of the region. By focusing on the collective memory of residents, especially artisanal fishermen and family farmers, the dissertation identifies traditional practices that resist external pressures, revealing strategies of adaptation and cultural reaffirmation. The study highlights the importance of traditional Amazonian populations, highlighting the Amazonian community as a way of life and identity that articulates material, symbolic, and territorial elements. The research concludes that, despite the intense transformations, the Independência community maintains a symbiotic relationship with the Capim River, reaffirming local knowledge and social networks as pillars of resistance and sustainability.

Keywords: Eastern Amazon; Riverine Community; Actor-Network Theory; Collective Memory; Socio-environmental Relations.

RESUMEN

Esta disertación analiza las dinámicas de cambios y permanencias en las relaciones entre humanos y no humanos en la comunidad ribereña Independencia, ubicada en São Domingos do Capim, en el noreste de Pará. A partir de la Teoría Actor-Rede (TAR) de Bruno Latour y dialogando con autores como Leandro Tocantins y Maurice Halbwachs, la investigación explora cómo el río Capim actúa como mediador central de las interacciones sociales, económicas y culturales de la comunidad. El trabajo se fundamenta en un enfoque cualitativo y utiliza metodologías como historia oral, entrevistas semiestructuradas, observación directa y revisión bibliográfica para comprender el impacto de las transformaciones socioambientales impulsadas por grandes proyectos económicos y por la colonización histórica de la región. Al centrarse en la memoria colectiva de los habitantes, especialmente pescadores artesanales y agricultores familiares, la disertación identifica prácticas tradicionales que resisten a las presiones externas, revelando estrategias de adaptación y reafirmación cultural. El estudio destaca la importancia de las poblaciones tradicionales amazónicas, evidenciando la comunidad amazónica como forma de vida e identidad que articula elementos materiales, simbólicos y territoriales. La investigación concluye que, a pesar de las intensas transformaciones, la comunidad Independencia mantiene una relación simbiótica con el río Capim, reafirmando saberes locales y redes de sociabilidad como pilares de resistencia y sostenibilidad.

Palabras clave: Amazonía Paraense; Comunidad Ribereña; Teoría Actor-Rede; Memoria Colectiva; Relaciones Socioambientales.

SUMÁRIO

RESUMO.....	12
Introdução	16
Metodologia.....	30
1 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE INDEPENDÊNCIA E AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS COM O PASSAR DOS ANOS.....	37
1.1 Formação da comunidade Independência nos anos 1960 e 1970	40
1.2 Descrevendo a comunidade Independência atualmente.	44
1.3 Atividades econômicas	52
1.4 A pesca na comunidade Independência.....	56
2 COLONIZAÇÃO DO VALE DO CAPIM, SUAS MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA E A ORIGEM DA COMUNIDADE INDEPENDÊNCIA.....	64
2.1 Estrutura dos conceitos, cenários e categorias discutidas no capítulo.....	65
2.2 Os processos de Colonização do Vale do capim no Nordeste Paraense (Século XVII ao Século XX)	68
2.2.1 Colonização do Vale do Capim (Séc. XVII ao Séc. XIX).....	71
2.2.2 O Segundo ciclo de colonização do Vale do capim e suas mudanças no Século XX	74
2.2.3. Dendê e Mineração	77
3 O CONCEITO DE COMUNIDADE E AS COMUNIDADES AMAZÔNICAS	81
3.1 Reflexões sociológicas sobre o conceito de Comunidade	82
3.2 Comunidade Amazônica e Relação com o Ambiente	89
3.3 Abordagens contemporâneas sobre comunidades e a relação humanos e não-humanos	91
3.4 Fotoetnografia durante o trabalho de campo	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
Referências	119

Introdução

O norte deste estudo é analisar as relações entre humanos e não-humanos sob a ótica de Bruno Latour (1947; 2001; 2004; 2020; 2021) na comunidade Independência, situada no município de São Domingos do Capim, no estado do Pará. Meu objetivo é compreender as dinâmicas de mudança e permanência que emergem das transformações sociais, econômicas e territoriais advindas de processos antrópicos ligados a grandes projetos econômicos, assim como suas repercussões nas comunidades ribeirinhas da região nordeste paraense. Aqui, destaco a perspectiva em que o rio se assume como um elemento central, comanda a vida dos ribeirinhos e está intrinsecamente entrelaçado com suas práticas culturais.

O início da trajetória desta dissertação foi marcado por desafios e ajustes significativos, influenciados por condições externas ao meu controle como pesquisador. Inicialmente, o estudo tinha como foco a categoria “pesca” na região do baixo Tocantins. Contudo, a pandemia de COVID-19 impôs limitações severas à mobilidade e ao trabalho de campo, levando a um redirecionamento para o rio Capim e à reformulação do problema de pesquisa, que agora se centra na categoria “comunidade amazônica”. Esta nova direção é fruto de reflexões e diálogos que buscam conectar meu estudo às questões pertinentes sobre comunidades e relações socioambientais.

Neste percurso, o diálogo com autores que possuem um cabedal teórico sobre a formação socioeconômica da Amazônia e do Estado do Pará foi muito importante, principalmente a região Nordeste Paraense, bem como autores de renome nos estudos sobre a pesca no Brasil e no mundo, sem dúvida, especificamente, a pesca na Amazônia Paraense.

Dentre as referências que orientam este texto, destaco a importância de obras que abordam a pesca artesanal na Amazônia e no estado do Pará. Violeta Loureiro, com sua obra “*Os Parceiros do Mar*” (1985), que explora a pesca no litoral paraense; José Veríssimo, autor de “*A Pesca na Amazônia*” (1895), onde descreve com riqueza de detalhes as nuances da pesca nos rios e lagos amazônicos; e Lourdes Gonçalves Furtado (1981), que analisa a construção dos pesqueiros reais e os processos de formação das colônias de pescadores, bem como suas trajetórias de luta. Por fim, ressalto as contribuições de Antônio Carlos Diegues, por meio de suas obras “*A Pesca Construindo Sociedades*” (2004) e “*Pescadores, camponeses e Trabalhadores do Mar*” (1983), que oferecem uma visão ampla sobre a importância sociocultural e econômica da pesca para essas populações.

Outras obras clássicas e contemporâneas foram incorporadas para contextualizar a história de São Domingos do Capim, destacando elementos como o papel histórico do rio Capim e o conceito de comunidade amazônica. Relatos dos primeiros viajantes europeus, como os organizados por Neide Gondim (2019) e Leandro Tocantins (1973; 1982), revelam que o rio foi um ator central na vida das populações locais, moldando suas práticas e relações sociais ao longo dos séculos. De forma mais específica, como por exemplo “*A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim*” feita por João Barbosa Rodrigues, de Cláudio Ximenez & Alan Coelho (2017).

Estudos recentes apresentam a organização espacial e sociocultural da região, bem como as dinâmicas socioeconômicas movimentadas pelo agronegócio, como o artigo “*Sistema de informação de recursos hídricos como subsídio à elaboração do plano diretor da bacia do Rio Capim – PA*”, de Aline Lima (2005); e a dissertação de mestrado da Maria Saavedra (2017), “*O “ir” para o assalariamento na agroindústria do dendê e o “voltar” para a comunidade quilombola: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará*”. Esses estudos corroboram a ideia de que as interações entre humanos e o meio natural na Amazônia são elementos fundamentais para a compreensão de processos históricos e contemporâneos.

Portanto, a Amazônia é alvo de extensas descrições históricas, registradas pelos primeiros viajantes europeus no início do século XVI. Movidos pela busca de riquezas e lendas, como a de Eldorado e das amazonas, os colonizadores adentraram rios e florestas guiados tanto pela curiosidade quanto pela cobiça. De acordo com Gondim (2019, p. 95), “a penetração do europeu no maior rio da Amazônia data de 1541 e foi redigido pelo dominicano frei Gaspar de Carvajal”.

No entanto, Tocantins (1973; 1982) argumenta que a verdadeira motivação dos espanhóis não foi a mítica cidade dourada ou as guerreiras lendárias, mas sim os valiosos bosques de canela, uma especiaria cobiçada na Europa. Esse episódio revela não apenas a ganância e a violência dos colonizadores, que se sentiam livres do julgamento de suas sociedades de origem, mas também a visão etnocêntrica que negava aos povos indígenas qualquer forma de organização social, justificando, assim, seu extermínio e sua escravização (Gondim, 2019; Tocantins, 1973; 1982).

A colonização da Amazônia — caracterizada por exploração extrativista, violência e transformações ambientais — impactou profundamente as comunidades da região. Segundo Cordeiro *et al.* (2017), a colonização do nordeste paraense ocorre em duas fases, a primeira estava vinculada a exploração para a ocupação do novo mundo; a segunda fase, segue-se nos anos 50 e

80 do século XX, sendo que nesse período, foram abertas às principais rodovias que cortam o estado, como a BR-010, BR-316 e a BR-222. Em conjunto com as ferrovias, a região nordeste foi a primeira fronteira agrícola da Amazônia, em comparação com o restante do estado, que possuía uma economia extrativista (Cordeiro *et al.*, 2017).

Os territórios do Nordeste Paraense sofreram, ao longo dos dois últimos séculos, intensas intervenções antrópicas, cujos impactos resultaram não apenas em problemas socioeconômicos, mas também em acentuados conflitos territoriais e ambientais, como o deslocamento forçado de populações ribeirinhas para os centros urbanos. Esses movimentos de ocupação só foram viabilizados pelas dinâmicas históricas específicas da colonização dos territórios amazônicos (Loureiro, 1992; Magalhães, 1996).

A ação do Estado, por meio do incentivo à ocupação da região, a construção de rodovias como a Belém-Brasília e a Transamazônica, os fluxos migratórios de nordestinos atraídos pela extração da borracha e a implementação de Grandes Projetos, como as hidrelétricas, provocaram a mobilização de uma grande massa populacional de diferentes partes do Brasil em direção ao Pará. Esse processo de reconfiguração territorial esteve, de forma direta ou indireta, inserido nas dinâmicas da globalização, fortemente influenciadas pelas demandas e interesses dos Estados Unidos e da Europa (Magalhães, 1996).

Cada região foi impactada por essas influências de maneira distinta, conforme suas particularidades locais, como diferenças geográficas, condições climáticas e características da vegetação. Na Amazônia, os grandes cursos d'água desempenharam um papel crucial na definição das formas de organização social e econômica das populações. No que diz respeito à economia e à estruturação do trabalho, essas comunidades apresentavam uma organização menos orientada pelos moldes capitalistas (Loureiro, 1992).

Até o final da década de 1950, a subsistência e a dinâmica produtiva dessas populações estavam fortemente baseadas no extrativismo e na agricultura, atividades que envolviam 57,9% da população economicamente ativa, bem como a pesca artesanal (Loureiro, 1992). Esse processo de ocupação e mobilização favoreceu a interação entre diferentes culturas em territórios ainda pouco explorados, gerando encontros, tensões e conflitos entre distintas ontologias e modos de vida (Loureiro, 1992).

A pesca, por exemplo, emerge não apenas como uma atividade econômica, mas também como uma prática cultural e simbólica, central para a identidade dos povos amazônicos. Antes da

colonização as artes de pesca — incluindo técnicas como arpões, anzóis de osso e redes — eram desenvolvidas por povos indígenas em harmonia com os ciclos naturais (Furtado, 1981; 1990). Posteriormente, essas práticas foram transformadas pela introdução de novas tecnologias e pela crescente influência de mercados externos (Furtado, 1981).

A história da pesca enquanto atividade humana vem desde tempos imemoráveis, porém, até hoje, pouco se mudou nas técnicas e nos petrechos utilizados na captura das espécies. Diferente da agricultura, o exercício da pesca ainda conserva em sua prática a extração do recurso diretamente dos ambientes naturais. Os pescadores ainda estão imersos em sistemas simbólicos, como também expostos aos perigos inerentes ao ato da captura (Diegues, 1999).

A importância social e econômica da pesca remete a todos os povos na história, desde o sedentarismo para as organizações em grupos em cidades organizadas da antiguidade. Há um momento histórico de modificação cultural e socioeconômica que fez com que a exploração antrópica se intensificasse, esse momento é após as revoluções industriais e a consolidação do capitalismo como estrutura social, econômica e cultural dos meios de produção. Neste período a atividade pesqueira passa de pescas em pequena escala, de formas artesanais, para pescas direcionadas em suprir as necessidades de empresas e a alimentação em grandes cidades, aqui chamada de pesca predatória (Cumbe, 2023; Gomes, 2018)

Portanto, no início do último século, muitos cientistas desenvolveram estudos para diminuir ou evitar os impactos da pesca industrial nos estoques pesqueiros. No início do século XX, cientistas escandinavos, britânicos, alemães, americanos e japoneses começaram a desenvolver uma ciência quantitativa da pesca, incorporando hidrografia, estudos de determinação de idade e dinâmica populacional (Hubbard, 2017).

Em todo desenvolvimento desta prática, em seus processos de transição influenciada pelas mudanças históricas, não foram medidos esforços para fazer da pesca uma atividade totalmente controlada, e a ciência da pesca caminhou junto com a ânsia de encontrar o equilíbrio entre o alto contingente da pesca industrial e as consequências causadas por ela, quais sejam: a sobrepesca, a poluição e outros impactos ambientais (Hubbard, 2017). Com o desenvolvimento da ciência, vários cientistas de diferentes áreas do conhecimento desenvolvem estudos, preocupados com a preservação de estoques pesqueiros, no entanto, esbarraram nas limitações empregadas pela racionalização da sociedade e a busca incessante pelo lucro (Hubbard, 2017).

Mas para Diegues (1999), a pesca e seus atores possuem particularidades que reforçam uma resistência à total assimilação pelo capital. Em um dos exemplos, Diegues (1990) diz que na Inglaterra do século XIX, apesar da pesca local ter sido desorganizada e assimilada pela industrial, em outros países do norte, as comunidades de pescadores permaneceram com suas antigas práticas, inclusive melhorando e se apropriando das novas tecnologias que surgiam. Em suas palavras, o autor assinala:

[...] nos países do Norte (Escandinávia), a pequena produção pesqueira não desapareceu. Ao contrário, os mestres de pesca que conheciam perfeitamente as condições físicas dos fiordes, conseguiram de adaptar às novas condições técnicas da captura. Utilizando a força de trabalho familiar... conseguiram integrar, ao nível de sua unidade de trabalho, inúmeras inovações técnicas e aumentar consideravelmente a produtividade do trabalho sem se proletarizar (Diegues, 1983. p. 2).

Mesmo com algumas resistências à pesca industrial, a competição entre os pescadores não industriais e industriais era muito desigual, fazendo com que, na maioria dos países europeus, as comunidades tradicionais de pescadores fossem sendo assimiladas pela proletarianização do trabalho (Diegues, 1983). Adentrando à realidade brasileira, a pesca possui um amplo potencial, tanto pela grande variedade de espécies quanto por suas bacias hidrográficas e enorme extensão costeira, abrangendo as regiões em sua quase totalidade. Para Diegues (1999, p. 362),

A atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, entre as quais podem ser citadas: a do jangadeiro, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do caíçara, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo; e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estavam também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase inteiramente da pesca costeira (Diegues, 1999, p. 362).

Desse modo, os pescadores brasileiros, que fazem parte dessas classificações, figuram como transformadores dos espaços biológicos, geográficos e políticos, agindo sempre em total interação com o meio ambiente. É a partir deste ponto, que a pesquisa avança para os pescadores artesanais da região amazônica, conhecidos popularmente como *ribeirinhos*. As populações que ocupam os territórios, como os rios, os lagos e o estuário amazônico, fazem parte de um conjunto específico que são classificados e se auto denominam *ribeirinhos*, figurando dentro dos conceitos

de populações tradicionais¹. As organizações sociais e seus grupos são objeto de estudo da sociologia e da antropologia desde os seus clássicos.

Para falar sobre estes grupos, suas organizações, as relações sociais e interação com o meio ambiente, é considerável tratar sobre as relações sociais dentro do sistema capitalista de produção, que na concepção marxiana, está intrinsecamente ligada à relação dialética entre os indivíduos e o meio ambiente (Marx, 1867). As condições materiais de existência, determinadas pela interação com o ambiente natural e social, moldam as relações sociais, a divisão do trabalho, as classes sociais e as instituições. Marx (1867), enfatiza que essas relações são dinâmicas, marcadas por conflitos e transformações históricas, e que o capitalismo, em particular, cria formas específicas de exploração e alienação que afetam tanto os indivíduos quanto o meio ambiente.

O filósofo e principal crítico do sistema capitalista, também argumenta que os seres humanos transformam o meio ambiente através do trabalho, ao fazer isso, também transformam a si mesmos e suas relações sociais. O trabalho é, portanto, a mediação fundamental entre o indivíduo e o meio ambiente (Marx, 1867). Neste sentido, a forma como os indivíduos interagem com o meio ambiente (por exemplo, através da agricultura, indústria ou comércio) determina como eles se organizam socialmente. Por exemplo, a agricultura levou ao surgimento de sociedades sedentárias e à divisão de trabalho, enquanto o surgimento do capitalismo criou a classe operária e a burguesia (Marx, 1867).

Essa observação deve ser atentada para o contexto de populações tradicionais, consequentemente, associadas ao modo de produção pré-capitalista, fazendo parte do processo histórico, que Marx chama de acumulação primitiva. Acumulação primitiva, segundo Marx (1867, p. 961), [...] não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e os meios de produção. Ela aparece como primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. Ou seja, as culturas tradicionais são, nessa perspectiva, as que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil (Diegues, 1983, p. 84).

Em outras teorias sobre relação social, pode-se complementar à perspectiva de Karl Marx (1867), a teoria da ação social Weberiana, a interpretação de Giddens e a de Bruno Latour,

¹ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

contribuindo para a complexidade do debate sobre as relações sociais. Sob a ótica de Max Weber (1999; 2001), as relações sociais emergem da ação intencional dos indivíduos que, guiados por significados e expectativas mútuas, constroem interações sociais vivas e dinâmicas.

Segundo Weber (1999; 2001 p.14), [...] uma ação que, em seu curso, se determina, ou se co-determinam, de maneira apenas reativa, pelo simples fato de haver uma situação de massa sem que haja uma relação de sentido com essa situação, não seria uma ação social. Ao mesmo tempo, a abordagem de Anthony Giddens (1990; 2009), com sua teoria da estruturação, complexifica essa visão ao enfatizar que as relações sociais não são apenas o resultado de ações individuais, mas também são moldadas por estruturas sociais que se reproduzem e transformam a partir das interações dos agentes.

Por fim, a Teoria-Ator-Rede de Bruno Latour (2001), amplia ainda mais essa compreensão, sugerindo que as relações sociais não podem ser dissociadas dos objetos e não-humanos que também participam ativamente na configuração dessas redes de interação, enfatizando que a gênese das relações sociais é, portanto, um processo coletivo e simétrico, onde humanos e não-humanos cocriam significados e estruturas sociais. Essa articulação entre as diferentes correntes permite uma análise mais robusta e inclusiva das dinâmicas sociais, reconhecendo a complexidade das interações que moldam a experiência humana (Latour, 2001; 2004; 2014; 2021; 2021)

Ao destacar que as relações sociais não se limitam às interações entre humanos, mas incluem também os não-humanos — como o rio, a floresta, os animais, as canoas e os instrumentos de pesca — como atores fundamentais na configuração dessas redes de interação. O rio se torna um ator central para os ribeirinhos influenciando os modos de vida, as práticas culturais e as relações comunitárias; a floresta também participa ativamente na construção de significados, seja como provedora de alimentos, medicamentos ou materiais para construção.

Compreendido este ponto, pode-se avançar para o contexto em que se encontra os ribeirinhos amazônicos, fazendo parte do grupo de povos tradicionais e que, segundo Antônio Diegues (1983) e Débora Lima e Jorge Pozzobon (2005), estão dentro das mudanças socioambientais causadas pela racionalidade econômica capitalista – e mesmo assim desenvolvem um *ethos* de sustentabilidade ecológica.

Diegues (2000) quando produziu o conceito de povos tradicionais, o qual foi utilizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), demonstra uma vertente bastante ampla, inclusive englobando os povos indígenas. A noção de identidade indígena e a garantia de seus direitos advém

da Carta Magna de 1888, por outro lado, a identidade de populações tradicionais toma proporção mediante a Lei nº 9.986 de 18 de julho de 2000 (Cañete, 2012). Por outro lado, pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição [...] (Brasil, 2007, p. 316).

Os territórios também são específicos, bem como a importância em relação ao desenvolvimento sustentável, sendo considerados como:

[...] espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Brasil, 2007, p. 316).

Não se pode desassociar o ribeirão de sua relação com os rios e os estuários amazônicos, consequentemente, sendo relacionado às atividades de extrativismo de recursos aquáticos, bem como toda uma estrutura social, econômica e cultural ligada à dinâmica das águas. O estuário amazônico é formado pelos rios que desaguam no litoral, são eles: o rio Tocantins e o Amazonas, possuindo como característica, a abundância em fitoplâncton; o deslocamento da zona de encontro da água doce com a água salgada e uma alternância de espécies de água doce e marinha, conforme mostram Victoria Isaac e Ronaldo Barthem (1995).

Segundo Melo e Souza (2009), entre essas atividades acima citadas, as atividades extrativistas como a pesca, a coleta de crustáceos e de fauna e flora – que correspondem às localidades costeiras, rios, lagos e baías – representam atividades haliêuticas.

A partir dessa diversidade, Francisco Neto e Lourdes Furtado (2015, p. 158) apresentam o conceito de *ribeiridade* que é a “[...] expressão de um modo de viver dos grupos sociais localizados à margem de mananciais aquáticos, de onde emanam os elementos materiais, imateriais e simbólicos que configuram o modo de vida desses grupos”. Portanto, podem ser taxados como elementos da cultura cabocla.

Sobre essa afirmativa, o termo caboclo faz parte de um grupo específico, que, segundo Francisco Neto e Lourdes Furtado (2015, p. 158), “O ribeirão pode ser um caboclo amazônico, desde que se especifique sua conexão com o meio rural, na mesma medida em que o caboclo pode

ser um ribeirão, desde que sua relação com o rio se sobressaia como o aporte central da análise”. Mas é muito importante que sejam citadas as variedades de ambientes dentro do território amazônico, a exemplo das áreas de várzea, dos lagos, dos grandes rios, do estuário amazônico junto ao salgado. Todos esses locais, pois, possuem ribeirinhos, mas que não correspondem aos mesmos comportamentos socioculturais, tendo em vista que possuem outras formas de se organizar e de relação com a natureza.

Levando em conta esse ponto em específico, é relevante chamar a atenção para o debate trazido por Carmen Rodrigues (2006) sobre a trajetória que ainda continua a sofrer mudanças no contexto acadêmico, político e jurídico, que é a classificação da identidade cabocla. Segundo Rodrigues (2006), o termo caboclo descende de um discurso com conotação negativa, sendo proferido sempre pelo “outro”, referindo-se a pessoas que não fazem parte do processo civilizatório vigente e, por isso, sendo atrasadas. Por outro lado, há outro contexto mais recente, que é a apropriação do termo, ou reformulação em expressões como população tradicional e ribeirão. Fato é que a importância dessas nomenclaturas para a luta não pode trazer invisibilidade para identidade cabocla (Rodrigues, 2009).

Portanto, a categoria “caboclo” não é apenas uma categoria relacional, mas antes de tudo, intersticial, intervalar, categoria mediadora entre o dentro e o fora, o interior e o exterior, e não pode ser apreendida em termos de descontinuidades e rupturas, conceituais ou práticas, entre um espaço regional e um tempo colonial, e os espaços e tempos pós coloniais, translocais e/ou transnacionais (Rodrigues, 2006; 2009).

Não há dúvidas em considerar os debates brevemente mencionados, principalmente para nutrir o campo jurídico. Para Thales Cañete (2012), é possível perceber um caráter político, pois a identidade pública de populações tradicionais foi construída, sendo juridicamente e politicamente reconhecida e garantindo, assim, direitos específicos às pessoas que preencherem essa identidade. Ainda segundo Thales Cañete (2012), a problematização da terminologia populações tradicionais, da qual engloba os ribeirinhos, deve ser feita com o objetivo de evidenciar a necessidade de um caráter amplo para tal termo, não reduzindo o debate ao cenário político ou mesmo aos movimentos sociais.

Por fim, o caráter amplo e de visibilidade é apresentado pelo olhar e descrições antropológicas de Joiciele Lima (2024), que em sua dissertação oferece contribuições importantes para o debate sobre comunidades e populações tradicionais, especialmente no contexto amazônico

e ribeirinho. A autora destaca a importância das águas (rios, igarapés, chuva, lama) como elementos centrais e estruturantes da vida cotidiana das populações ribeirinhas, mostrando como esses elementos naturais moldam as paisagens, as mobilidades e as tecnologias utilizadas por essas comunidades (Lima, 2024).

Essa perspectiva reforça a dimensão prática e vivida do conhecimento tradicional, valorizando o saber construído pela experiência direta com o ambiente natural, contrapondo-se a visões exclusivamente acadêmicas ou jurídicas (Lima, 2024). Isso contribui para ampliar o reconhecimento da diversidade interna e das especificidades culturais das populações tradicionais, além de evidenciar a complexidade das práticas sociais e econômicas que garantem sua reprodução cultural e material (Lima, 2024).

Em face do exposto, as comunidades que surgem nas margens do rio Capim apresentam uma característica herdada da colonização, do séc. XVIII, os antigos aldeamentos, onde funcionavam plantações de cana – de-açúcar e engenhos tinham em sua maioria, habitantes *tapuyas*, após abolição de 1888, se juntam aos escravos libertos e formam novas comunidades, nas cabeceiras de igarapés e fazendas abandonadas (Moraes, 2012). A dissertação descreve Tapuia pelas lentes de José Veríssimo (1970), sendo o pescador, “noventa e nove vezes em cem, um índio semi-civilizado, um tapuio, ou um mameluco, mestiço do índio com o branco”, que segundo Souza (2009), com outras palavras, são:

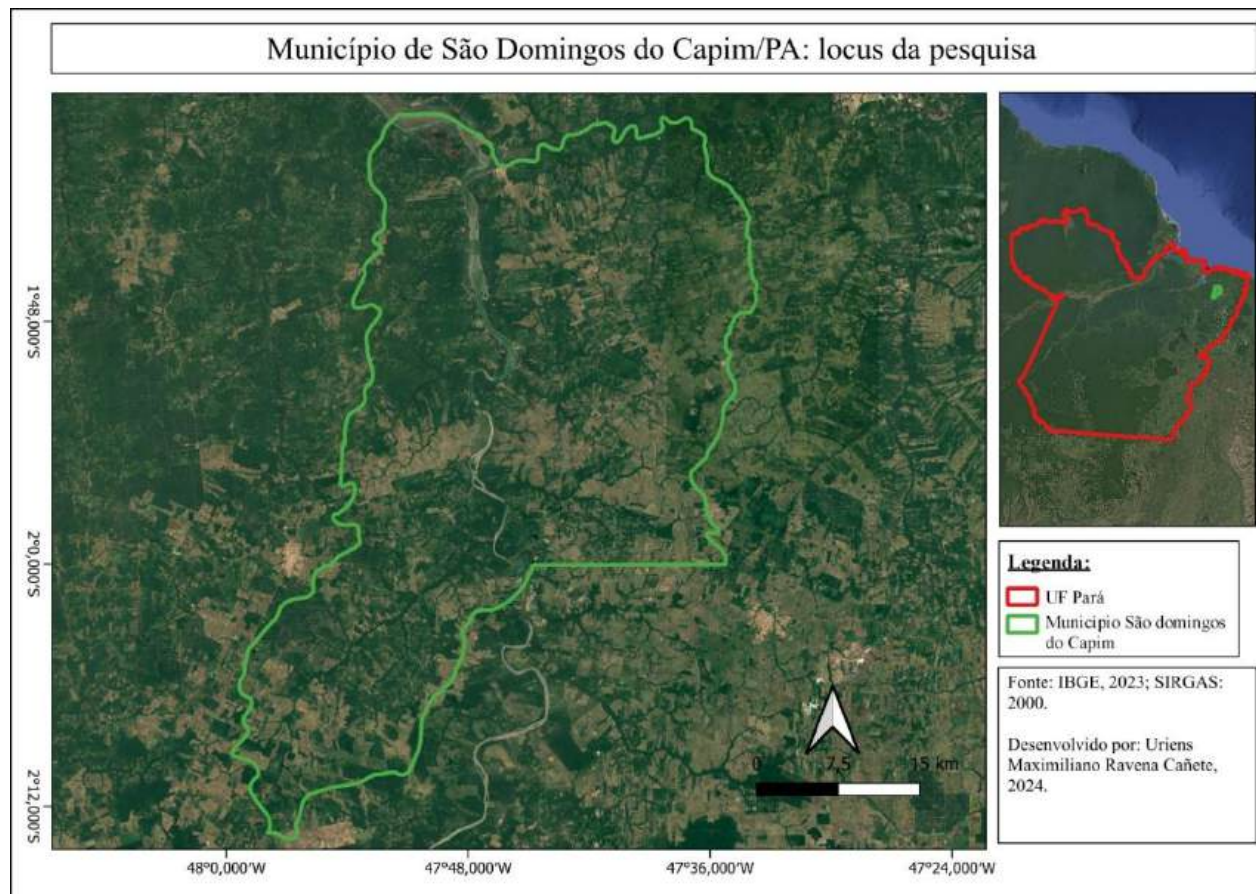
Indígenas, mas que recebeu influências da civilização, este tipo, contemporâneo ao autor, já não tinha era diferente de seus antepassados, havia adquirido hábitos do mundo dos brancos. São raças indígenas semi civilizadas. O tapuio era degradado em relação aos seus antecessores, o contato com o homem branco o fez perder algumas virtudes da raça pura, guardou desta apenas os aspectos selvagens, enquanto que da raça branca incorporou os vícios (Souza, 2009, p. 4).

Essas comunidades tradicionais, ribeirinhas se firmaram e reafirmam hoje, doravante a “mobilização social e política de povos e comunidades tradicionais na luta por direitos etnoterritoriais” (Moraes, 2012, p. 110). Essas lutas não apenas reivindicam a preservação das identidades culturais, mas também buscam garantir o acesso a recursos naturais, fundamentais para a subsistência e a continuidade de seus modos de vida. À medida que a modernização avança e as pressões do desenvolvimento econômico se intensificam, as comunidades *tapuyas* enfrentam o desafio de equilibrar suas tradições com a necessidade de adaptação a um mundo em rápida transformação. A resistência cultural torna-se, assim, um pilar central na busca por reconhecimento

e direitos, com a esperança de que os legados de seus antepassados continuem a existir nas práticas, costumes e espiritualidade que moldam sua realidade atual.

São Domingos do Capim (Figura 02) tem sua história contada desde o período colonial. É localizado na mesorregião do Nordeste Paraense, e na microrregião do Guamá, possuindo sua primeira povoação registrada no ano de 1758. Neste período, até sua criação no final do século XIX, passou de povoado para província, onde ficou conhecido como São Domingos de Boa Vista, e depois de Capim. Em 1890, foi elevado à condição de município, onde permanece até os dias atuais (IBGE, 2023).

Figura 2 – Mapa Territorial do Município de São Domingos do Capim: locus de pesquisa.



Elaboração: Uriens Cañete, 2024.

O município é banhado pelo rio Capim, e segundo Débora Lima (2005) e colaboradores (2012), é dividido em dois trechos, Baixo Rio Capim e Médio Alto Rio Capim. Ainda segundo os autores acima mencionados, o processo de ocupação foi marcado pela dinâmica das aberturas de

estradas e fluxo frequente pelo rio Capim, o que permitiu uma maior entrada e saída tanto de produtos quanto de pessoas vindas de outras partes do Brasil. Esse processo teve em seu auge a política de colonização do governo brasileiro, no ano de 1960 (Lima, 2005; Lima *et al.*, 2012). Ainda conforme Débora Lima (2005) e *et al.* (2012), essa região possui grandes problemas causados pela má gestão territorial da época, que resultou em assentamentos em lugares inadequados e com fortes desigualdades sociais desencadeadas pelo processo de urbanização e industrialização acelerado.

Se tratando da comunidade Independência, que faz parte do município São Domingos do Capim, as condições de produção e reprodução econômica da localidade estão intimamente ligadas ao meio biofísico. A comunidade apresenta características de ocupação territorial descrita por Mark Harris (2017), onde as comunidades ribeirinhas geralmente se organizam em grupos residenciais, que são predominantemente compostos por elos familiares, o que reforça laços sociais e compartilhamento de recursos com um aumento populacional advindo do estabelecimento dos filhos e netos dos antigos moradores, em terrenos próximos ou ao lado das casas mais antigas.

Há uma forte conexão com os ritmos sazonais do ambiente, que influenciam a maneira como o território é ocupado e utilizado, causando à população a necessidade de se locomover pelas vias aquáticas, principalmente para o município sede (Harris, 2017). A partir dessa realidade amazônica, a maioria dos moradores possui barcos de pequeno porte, dos quais fazem uso, inclusive como forma de renda extra, transportando mercadorias e pessoas de São Domingos do Capim para a comunidade.

Diante disso, a principal atividade econômica dos moradores da comunidade é representada pela extração do açaí, pela plantação de roças e pela abertura de pequenos comércios que se estendem ao longo das margens do Rio Capim. Portanto, a intenção de descrever todos esses aspectos de uma comunidade ribeirinha do Nordeste Paraense, junta-se às necessidades de corroborar com o debate acadêmico sobre mudanças e permanências nas relações e modos de vida desses grupos que exercem de certo modo, bloqueios simbólicos aos ataques sociais, econômicos e culturais aos seus modos de existir.

Portanto, a presente pesquisa ocorreu no município de São Domingos do Capim, mais precisamente na Comunidade Independência, entre os meses de junho e agosto. Sendo assim, essa etapa da pesquisa foi dividida em três momentos iniciais e mais dois para conclusão. A primeira, 1) para contatar atores que pudessem indicar intermediários ou ser um intermediário ao acesso para

alguma comunidade pesqueira da região; 2) visita *in locus* no município sede; 3) visitas e estadias em uma residência da comunidade Independência. Foram feitos os primeiros contatos com indivíduos ligados à associação de agricultores familiares do município, dentre os quais, destacam-se duas lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (STRAAF).

O primeiro contato foi por telefone, foram explicados quais eram os objetivos primeiros da pesquisa. A preocupação inicial era sanar as primeiras dúvidas sobre a relação dos moradores da região com o rio Capim. Ainda havia pesca? Quem eram os principais praticantes da atividade pesqueira? Com qual frequência se fazia?

Neste sentido, foram feitas duas visitas no município sede, para reconhecimento dos possíveis lugares e comunidades ribeirinhas que tivessem a prática da pesca artesanal de forma mais frequente, voltada para a comercialização. Na chegada ao porto do município, havia pessoas vendendo peixe e camarão, quando indagados se eram pescados no rio Capim, a resposta foi que não, o peixe chegava de outros municípios, mas se fosse o caso, um pescador conhecido da região, teria para oferecer. A visita inicia imersa em incertezas de um lugar desconhecido para o pesquisador e com novas questões sobre a existência da pesca artesanal e o abastecimento do comércio pesqueiro local.

Sobre as questões levantadas nas entrevistas, as duas fontes iniciam suas falas com uma narrativa trágica sobre a pesca no município, dizendo que os pescadores acabaram por deixar a localidade, adentrando para longe das margens do rio e abandonando a pesca pela escassez de peixe no rio. Em outro ponto da entrevista, houve relatos de que havia sim atividade da pesca na região, só não era abastecido para o comércio local, ou seja, a atividade de marretagem não acontece de forma efetiva no município. Para sanar as contradições que foram surgindo, foi ampliado o número de entrevistados, para atores que realmente exercem a atividade pesqueira na região.

Neste ponto se inicia o terceiro momento da primeira etapa da pesquisa, no qual foi apresentado um dos atores chave para o campo, que será representado pelo código (A1). Este é morador da comunidade Independência, vive às margens do Rio, em uma área reconhecida pelos moradores do entorno por ser um importante ponto de pesca. O **Ator 01** já tem mais de 65 anos, sendo que sua esposa nasceu em Independência e sempre morou na comunidade, e todos os filhos foram criados na localidade.

A pesquisa de campo teve continuidade no dia 19 de agosto de 2022, com a viagem pelo período de três dias, na comunidade Independência. Foram realizadas coleta de dados com três moradores da localidade e com mais outro que mora em São Domingos do Capim, que segundo os próprios moradores, pescavam e ainda pescam no Rio. São eles, **Ator 01 (65 anos)**, **Ator 02 (45 anos)**, **Ator 03 (40 anos)** e **Ator 04 (64 anos)**. Assim sendo, diante da afirmativa de que ainda há uma atividade pesqueira, o trabalho seguiu na busca de entender como ocorre e quais as limitações da atividade em comparação com ela no passado, instigando a memória dos entrevistados, além de descrever as relações que são estabelecidas com o meio ambiente, o rio Capim, a agricultura e o extrativismo.

Diante das transformações observadas na comunidade Independência, este trabalho se propõe a responder à seguinte questão: *em que medida as pressões da sociedade circundante promovem mudanças e permanências nas relações entre humanos e não-humanos em uma comunidade do rio Capim?*

Os objetivos específicos incluem: **1)** Por meio das narrativas, identificar como a pesca esteve presente no cotidiano dos moradores; **2)** Identificar práticas pretéritas e atuais no contexto pesqueiro; **3)** Identificar e descrever o rio Capim como mediador nas interações humanas e não-humanas, destacando sua centralidade para a vida comunitária.

Metodologia

A estrutura metodológica desta dissertação foi delineada a partir da necessidade de se descrever e apresentar uma perspectiva sociológica sobre a visibilidade ribeirinha em meio as modificações causadas pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico para Amazônia, desde o período colonial, passando pelos incentivos agrícolas nos séculos XVIII e XIX, até os dias atuais, tomando como objeto a relação dos moradores da comunidade ribeirinha Independência com o rio Capim e todo ambiente no entorno da comunidade, as relações dos moradores com todos os outros atores, sendo humanos ou não-Humanos.

A partir deste ponto, foram traçados alguns caminhos metodológicos que entregassem esta perspectiva sociológica, levando em consideração a estrutura teórica utilizada na condução da pesquisa, como a categoria “*Comunidades Amazônicas*”, discutidas pelos autores: Eduardo Galvão (1955), Antônio Candido (2010) e Leandro Tocantins (1973; 1982), bem como as relações sociais que expressam características importadas dos arcabouços construídos pelos autores, que determina ser uma comunidade amazônica.

É categórico para a pesquisa, que as formas de se analisar e compreender essas comunidades amazônicas - agregando às representações sociais – possam incluir a teoria Ator Rede, do filósofo Bruno Latour (1947 - 2022), e as relações entre humanos e Não-Humanos, em que os recursos naturais e tecnológicos se tornam agentes condicionantes das representações sociais. Neste sentido, as dinâmicas sociais foram reconstruídas empiricamente, com as lentes destes autores acima citados e com o auxílio de outros paradigmas científicos como a memória coletiva, levantamento de campo (*survey*), História de vida e história oral.

Para compreensão dos fatos sociais que descrevessem as condições históricas da comunidade, a categoria memória de Maurice Halbwachs (2013 [1968]) foi utilizada permitindo que os processos históricos da formação sociocultural da região e da comunidade fossem observados para além dos registros bibliográficos consultados, apresentando a memória dos moradores, absorvendo contextos individuais e coletivos, que se interligam no espaço e tempo da região onde foi construída a comunidade Independência.

Para a coleta e análise do material foram pensadas ferramentas científicas que representassem um modelo qualitativo e quantitativo nas Ciências Sociais, onde mantivesse uma certa “objetividade”², por se tratar de uma pesquisa na área da sociologia, sem perder a capacidade de reflexão crítica dos fenômenos e fatos sociais do contexto no qual o pesquisador está inserido. Em outras palavras, os fatos sociais não podem ser geralmente tratados como coisas, pois são produzidos por atores dotados de emoções, que conduzem a situação de diferentes maneiras, bem como o pesquisador conduz sua pesquisa (Gil, 2008).

Portanto, associada a pesquisa de campo, foram utilizadas a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa, primeiro para descrever as características da comunidade estudada sem manipulação das variáveis utilizando métodos como aplicação de questionários abertos e semiestruturados, segundo para explicar as relações de causa e efeito entre os dados colhidos e as categorias analíticas (Gil, 2008). Assim como a memória é uma categoria norteadora, as entrevistas foram conduzidas com os agentes sociais mais velhos e os mais jovens, no intuito de perceber as diferenças materiais e culturais impostas no tempo e no espaço, como o que persiste na cultura da pesca na comunidade e as mudanças ocorridas principalmente após o açaí passar a ser a principal fonte de renda da comunidade.

² Pressuposto teórico sociológico do qual a objetividade metodológica permite, com ressalvas do próprio autor, a apreensão concreta da realidade Social (Weber, 2003).

Desse modo, foi essencial fazer o uso da história oral ou história de vida que segundo Thompson (2000, p. 9), “[...] a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”, e transitar entre o passado e o presente se faz crucial para as análises de compreensão e interpretação sociológicas (Thompson, 2000).

O trabalho contou com uma observação direta que buscou identificar os agentes sociais importantes para a realização das entrevistas e registro da memória sobre os modos de vida da comunidade Independência. Alguns marcadores devem ser aqui indicados, dado o contexto de mudança, são eles os marcadores de economia, etário e de gênero. A escolha de tal recorte recai sobre a necessidade de compreender mudanças e permanências nos modos de vida a partir de diferentes perspectivas, ou seja, de diferentes papéis sociais e a partir de uma perspectiva geracional.

A pesquisa bibliográfica buscou ter como marcador para as leituras exploratórias a escolha dos temas: a) comunidades amazônicas; b) comunidades ribeirinhas; c) pesca na Amazônia; d) pesca no rio Capim; e) grandes projetos no nordeste paraense; e f) colonização da Amazônia e do nordeste paraense. Após a definição dos critérios que estabeleceram a escolha sobre os diferentes marcadores para seleção de leituras, foram realizadas consultas nas bases de dados acadêmicas digitais, como o Banco de dados da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico, Banco de teses e dissertações da UFPR, Banco de teses e dissertações da UFPA, Banco de teses e dissertações da UFPE.

Usou-se inicialmente só o último quinquênio e posteriormente o último decênio para o banco de teses capes e demais PPG's. Para este exercício, foi também de crucial importância abordar e dialogar com autores que possuem um cabedal teórico sobre a formação socioeconômica da Amazônia e do Estado do Pará, principalmente a região Nordeste Paraense, bem como autores de renome nos estudos sobre a pesca no Brasil e no mundo, sem dúvida, especificamente, a pesca na Amazônia Paraense, como já foi elencado, discorrem sobre a pesca no litoral paraense, a pesca na amazônica e os pesqueiros reais.

Destaco como principal interlocutor, no entanto, Leandro Tocantins, com suas obras “*O rio comanda a vida* (2000 [1973]) e “*Amazônia: Natureza, Homem e Tempo* (1982)”, que apresenta com uma riqueza de detalhes, descrições da vida do homem Amazônico e as primeiras impressões e adaptação do europeu à “planície filha das águas” (Tocantins, 2000 [1973], p. 321). Além desta

descrição, o autor aborda a economia amazônica, o ir e vir das canoas e o comércio das drogas do sertão envolto à uma cultura ribeirinha, por vezes lacustre, que segundo Leandro Tocantins (2000 [1973], p. 321) “cujo destino está entregue aos caminhos que andam”, pois, o rio movimenta não só os transportes fluviais, mas também o tempo de colher, de extrair e de pescar, comandando a vida de todos que estão dentro do contexto dos rios da Amazônia.

Abaixo segue um quadro dos principais trabalhos utilizados e que enriqueceram este texto. Todos foram consultados após a pesquisa de campo, e após as leituras dos clássicos sobre a Amazônia e os outros autores acima citados.

Quadro 1 – Referências Analíticas Pós-Pesquisa.

TEMÁTICA	AUTORES	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO
Amazônia, Agricultura Familiar Ribeirinha	<i>Farias & Costa</i>	Agricultura familiar ribeirinha, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: Ilhas do Combu, Murutucu e Grande	2024	Explora as relações entre a agricultura familiar e a agricultura familiar ribeirinha, destacando as condições únicas dos ribeirinhos nas ilhas da região de Belém.
Etnografia Ribeirinho Amazônia Interior Água	<i>Lima, J.</i>	O “interior” e as águas: entre paisagens, mobilidades e tecnologias de uma vida ribeirinha em São Sebastião da Boa Vista no Marajó-PA	2024	A dissertação contribui para o tema discutido ao trazer uma perspectiva aprofundada, contextualizada e sensível às especificidades ambientais e culturais das populações ribeirinhas amazônicas, destacando a centralidade do conhecimento prático e das práticas sociais vividas, e lançando luz sobre as múltiplas dimensões que compõem a experiência dessas comunidades tradicionais, enriquecendo assim o debate acadêmico e político sobre reconhecimento e direitos.
Rios Urbanos na Amazônia	<i>Plas, P. et al.</i>	O Rio, ator do território amazônico	2023	Relação entre as populações das ilhas e os rios urbanos na Amazônia, destacando a importância do rio como um ator essencial que separa e conecta esses mundos.
Educação na Amazônia	<i>Furtado & Coelho</i>	Educação nas ondas da rádio: Disputas em torno da implementação do sistema educativo radiofônico de Bragança - PA (1960-1964)	2022	Exploram a rica história das campanhas educacionais no Brasil, especialmente entre os anos 1940 e 1964, destacando o papel do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB) na luta contra o analfabetismo nas áreas rurais do Pará.
Pensamento de Bruno Latour	<i>Lemos, A. et al.</i>	O pensamento de Bruno Latour (1947-2022)	2022	Reflexões pessoais sobre a obra de Bruno Latour, um pensador complexo e irreverente, com quem teve contato desde o lançamento de “Jamais Fomos Modernos” em 1991. Ele destaca a importância das ideias de Latour na análise das redes sociotécnicas e na compreensão da cibercultura, um fenômeno social emergente.

Ribeirinhos e modos de vida	<i>Alves et al.</i>	Ribeirinhos do Maúba: Vida social e ambiente na Amazônia Paraense	2020	Este estudo fascinante explora a rica diversidade social e ambiental da Amazônia, focando nos ribeirinhos que habitam as margens do Igarapé Acaputeua.
Realidade sobre os Estudos científicos	<i>Latour, B.</i>	A esperança de Pandora	2017	Este livro explora a filosofia e a teoria da ciência, oferecendo um olhar profundo e crítico sobre a realidade dos estudos científicos.
Perspectivismo, Teoria Ator Rede	<i>Ravena Cañete, T.</i>	Antropologia de populações, povos e comunidades que jamais foram tradicionais: Experiências etnográficas junto ao coletivo de humanos e não humanos de Igarapé Grande, Amazônia Paraense	2017	O autor explora a ideia do perspectivismo, que nos convida a ver o mundo através dos olhos de outros seres, como os animais. Essa perspectiva nos ajuda a entender as complexas relações entre predadores e presas, revelando a riqueza das interações no mundo natural.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

As obras contribuíram para que este trabalho atualize os conceitos já trabalhados, principalmente as interações sociais e ambientais a partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada na Teoria Ator-Rede. Diante disso, buscou compreender como as relações entre humanos e não-humanos moldam os modos de vida, as práticas culturais e as dinâmicas socioeconômicas locais.

Além disso, explorou-se as relações entre a agricultura familiar e a agricultura familiar ribeirinha, destacando as condições únicas dos ribeirinhos dando enfoque na organização social e econômica dessas comunidades. Por fim, a importância das ideias de Latour (2001, 2004, 2014; 2020; 2021) na análise das redes sociotécnicas e na compreensão da cibercultura, um fenômeno social emergente. Essa abordagem crítica ofereceu um olhar profundo sobre a realidade dos estudos científicos. **Contudo, quais foram as mudanças e permanências, que as pressões da sociedade circundante promoveram e promovem, e impôs nas relações entre humanos e não-humanos da comunidade independência?**

A partir do problema, a pesquisa revelou uma interdependência entre não-humanos e humanos, destacando o papel central do rio Capim como mediador das relações sociais, culturais e econômicas, sendo que ao longo do tempo, as práticas tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, foram adaptadas em resposta às pressões externas, como a industrialização, os grandes projetos e as mudanças ambientais. Após a análise sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede, permitiu compreender como elementos materiais, como redes de pesca e o próprio rio influenciam as dinâmicas locais e contribuem para a formação de uma narrativa coletiva de resistência. A

comunidade Independência demonstra um forte potencial de adaptação, mantendo vivas suas práticas culturais e modos de vida tradicionais.

Para produzir estas conclusões, a dissertação foi organizada em três capítulos, sendo o primeiro a *Formação da Comunidade Independência e as Mudanças e Permanências com o Passar dos Anos*; o segundo, *Colonização do Vale do Capim, Suas Mudanças e permanências nos modos de vida*; por fim, o terceiro capítulo, *O Conceito de Comunidade e as Comunidades Amazônicas*. O primeiro insere o leitor ao surgimento da comunidade nos anos 60 e 70 do século XX, destacando o papel da Igreja Católica e das campanhas educacionais, como o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB), na estruturação social e cultural local. Além de apresentar as mudanças ocorridas nas práticas econômicas, especialmente na pesca artesanal e na agricultura, bem como os aspectos que permaneceram ao longo do tempo, com o Rio Capim sendo um elemento central nas interações sociais e ambientais.

O Segundo capítulo contextualiza a formação da comunidade dentro do processo mais amplo da colonização do Vale do Capim, onde são discutidas as transformações no uso da terra, o impacto da agropecuária e da mineração na região e as relações entre os moradores e o meio ambiente. Também são analisadas as resistências culturais às influências externas, especialmente no que se refere à manutenção das práticas agrícolas tradicionais e da pesca como forma de subsistência. O último capítulo fecha a dissertação com o debate teórico sobre os principais conceitos utilizados no trabalho, como por exemplo, comunidades amazônicas e a teoria ator-rede. São analisadas as especificidades das comunidades amazônicas, com destaque para os modos de organização social e econômica, a importância dos rios na estruturação dos territórios e as interações entre humanos e não-humanos, alinhando-se à **Teoria Ator-Rede** de Bruno Latour.

Os capítulos desta dissertação abordam, de maneira complementar, as diferentes dimensões dessa realidade. Dessa forma, a dissertação contribui para um debate mais amplo sobre o impacto das transformações socioambientais nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais. Os achados indicam que, apesar das mudanças impostas por fatores externos, a comunidade Independência preserva sua identidade e mantém sua relação simbiótica com o Rio Capim, reafirmando a importância dos saberes tradicionais e das redes de sociabilidade na construção de um futuro sustentável para os povos da região.

CAPÍTULO 1 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE
INDEPENDÊNCIA E AS MUDANÇAS E
PERMANÊNCIAS COM O PASSAR DOS ANOS



CAPÍTULO 1: FORMAÇÃO DA COMUNIDADE INDEPENDÊNCIA E AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS COM O PASSAR DOS ANOS

Neste capítulo, será apresentado a comunidade Independência, a sua história, como surgiu e como se encontra hoje. Serão exibidos seus modos de vida, bem como as mudanças e permanências que se sucederam mediante ao contexto de antropoceno e as relações humano e não-humano que compõem uma rica dinamicidade cultural da região (Cañete, 2017). A partir da pesquisa de campo, apresentar o que mudou na forma de viver dos moradores, nas relações econômicas, nas práticas de agricultura e as relações com o rio, principalmente no âmbito da pesca artesanal, o que causou as mudanças e como elas aconteceram sob a perspectiva Ator Rede, assim como a identificação das permanências nos modos de vida, tendo o rio capim como principal agente dessas relações (Latour, 2020)

Para descrever o lócus de pesquisa, foi necessário, como primeira etapa, construir a categoria “comunidade Amazônica”, explicitada no capítulo anterior e presente neste, como sendo toda e qualquer aldeia, núcleo agrícola e pequenas cidades onde existam relações humanas, de indivíduo para indivíduo, desenvolvendo cultura e estando sujeitos à cultura local da qual fazem parte. Ou seja, “onde todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais” (Wagley, 1955, p. 44).

Portanto, Independência se apresenta como uma comunidade banhada de práticas culturais, correspondentes às tradições desenvolvidas na região de São Domingos do Capim, uma região que além das influências culturais advindas do contexto de colonização portuguesa, possui fortes traços nordestinos que foram se adaptando ao ambiente e culturas amazônicas, bem como características das populações indígenas e remanescentes de quilombo da região.

O município tem sua história iniciada no período colonial onde já existia como povoado em meados do século XVIII, sendo promovido a freguesia em 1758 pelo irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nos primórdios, chamava-se São Domingos da Boa Vista. Com o advento da república, em 1890, São Domingos da Boa Vista foi elevado à categoria de vila pelo decreto estadual nº 236, sendo constituída como município no ano seguinte. Mesmo após sua criação, ocorreram mudanças em sua nomenclatura, passando a ser chamado de Capim e, posteriormente, voltando a ser chamado de São Domingos do Capim (imagem), em homenagem ao santo padroeiro e ao rio que banha a região (Fapespa, 2023).

Figura 3 – Mapa de localização de São Domingos do Capim, Pará, Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor (elaboração e revisão técnica: Jaime Júnior, 2024).

Seu território passou por diversos desmembramentos para dar origem a outros municípios, como São Miguel e Bujaru, criados em 1943; Paragominas, criada em 1965; Rondon, criado em 1982; e Aurora e Ipixuna, fundada em 1991. Hoje, seu território conta apenas com o distrito-sede, São Domingos do Capim. Atualmente, São Domingos do Capim detém uma extensão correspondente a 0,14% da área total do território paraense, representando 1.686,765 km² (Fapespa, 2023).

A cidade é marcada por sua proximidade com os rios Capim e Guamá, que não apenas definem a geografia local, mas também influenciam a vida cotidiana e as práticas sociais da população. A relação com a água é central para a organização do espaço e para a subsistência dos moradores. A cidade tem uma rica história que inclui a influência de povos indígenas e a presença de comunidades negras, que contribuíram para a formação de saberes e práticas agrícolas, como o cultivo da mandioca. Essa diversidade cultural é um aspecto importante da identidade local (Souza, 2009).

As expressões culturais do município fazem parte de um amálgama manifestado principalmente nos festivais religiosos, e da cultura popular, como as festas de santos e o Círio de Nossa senhora de Nazaré, sendo a primeira, a festa do padroeiro da cidade, São Domingos de Gusmão, que ocorre no mês de agosto e o Círio, no mês de setembro (Fapespa, 2023). Há também os festivais populares, as festas do Boi Bumbá, festas juninas e, atualmente, o Surf da pororoca. O turismo é visto como uma proposta de desenvolvimento, mas também gera tensões entre as políticas públicas e as necessidades da população local (Souza, 2009). O planejamento turístico muitas vezes prioriza a reestruturação físico-territorial em detrimento de questões sociais como educação e saneamento. Festas como as citadas, são exemplos claros de como as comunidades celebram sua herança cultural de maneira dinâmica e envolvente. Essas características revelam um espaço em constante transformação, onde as práticas sociais, a cultura e a geografia se entrelaçam, moldando a identidade da região do Capim (Souza, 2009; Fapespa, 2023).

1.1 Formação da comunidade Independência nos anos 1960 e 1970

A comunidade Independência figura nesse cenário diverso e em constante transformação como uma localidade recém-formada em meados dos anos 60 e 70, nascendo da iniciativa de uma professora chamada Gilda, da comunidade Perseverança, e seu esposo, o Sr. Ladislau, da comunidade Aliança. Ambos já moravam nas margens do Rio Capim, o que facilitou este processo. Houve também forte ajuda da Igreja Católica, que atuava em conjunto da diocese de Bragança, foi então que iniciaram um projeto de alfabetização e catequização no local. Nesse período, segundo relatos do seu Maneco (62 anos) e de sua esposa Maria (60), havia poucas famílias com posse de terra e muitos trabalhavam nas terras cedidas ou arrendadas pelos próprios moradores de comunidades vizinhas. Uma das terras cedidas foi direcionada para o funcionamento das aulas e missas radiofônicas.

Antes das primeiras aulas e das primeiras celebrações religiosas, os moradores ainda não percebiam o lugar com pertencimento de uma nova comunidade, as primeiras missas radiofônicas desempenharam a organização necessária para que uma comunidade surgisse no sentido cultural empregado por Wagley (1955), a educação, a religião, a economia e a política fazendo parte de um todo, ao passo que se refaz em uma interpretação particular desses padrões regionais. Em outras palavras, os padrões socioculturais desenvolvidos durante séculos de colonização local, se misturam a padrões regionais de instituição, como educação, política e religião fazendo parte de

um mosaico sociocultural. Portanto, se faz necessário apresentar um breve panorama de como surge a relação educação e igreja na comunidade aqui estudada.

Este movimento teve início nas campanhas educacionais no Brasil entre os anos de 1940 e 1964 e teve no estado do Pará, o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB), como principal movimento. A nível nacional destaca-se o Movimento Educativo de Base (MEB), onde buscou integrar as populações rurais ao sistema educacional, promovendo uma educação que fosse relevante para suas realidades sociais e econômicas (Furtado & Coelho, 2022).

Essas campanhas refletem um esforço coletivo para enfrentar as desigualdades educacionais no Brasil, especialmente em regiões mais afastadas e carentes, e foram marcadas por um forte componente ideológico, que buscava não apenas a alfabetização, mas também a formação de uma consciência crítica entre os educandos (Furtado & Coelho, 2022).

Já o SERB, foi inaugurado em 1958, com a iniciativa de utilizar o rádio como meio para levar educação a jovens e adultos, especialmente em áreas rurais do Pará. O SERB foi um componente importante do MEB e visava combater o analfabetismo e promover a educação através de programas radiofônicos (Furtado & Coelho, 2022). Durante esse período, diversas campanhas foram organizadas para combater o analfabetismo no Brasil, com foco em populações marginalizadas e rurais. Essas campanhas frequentemente contavam com a colaboração de instituições religiosas, como a Igreja Católica, que desempenhou um papel ativo na promoção da educação (Furtado & Coelho, 2022). O sistema Radiofônico trabalhava com educação de jovens e adultos e tinham o objetivo de combater o analfabetismo:

Na prática a campanha destinou-se ao ensino supletivo, que somente estendia aos adolescentes e adultos a instrução primária que não tiveram acesso nas idades próprias. A partir de 1950, as ações rurais de educação de adultos impulsionaram uma intervenção com propostas de desenvolvimento nas regiões consideradas atrasadas. Essas ações da Campanha de Educação Rural, nos últimos anos da década de 1950, tinham como perspectiva a erradicação do analfabetismo brasileiro que foi criticado pela sua ideologia de trabalho, pois com o aumento do índice de analfabetos no país, as demandas até então realizadas não estavam atendendo com profundidade as ações educativas para os jovens e adultos analfabetos (Fávero, 2006 apud Maciel & França, 2015, p. 143).

Com o golpe de 1964, o SERB teve que mudar o seu programa, adaptando-se aos conceitos ideológicos da ditadura militar. A perspectiva educacional do SERB, que buscava construir uma consciência social e política alinhada ao método de ensino de Paulo Freire, foi vista como ameaçadora pelos setores conservadores da sociedade (Furtado & Coelho, 2022).

Maciel & Castro (2020) comenta que o rádio cativo, como é chamado receptor de áudio da Philips, foi utilizado como um dispositivo de recepção de transmissões radiofônicas que tinham como objetivo a alfabetização e a escolarização de comunidades carentes, especialmente dos caboclos, que eram considerados “ingênuos” em termos de acesso à educação formal e que, apesar da apropriação do aparelho pela ditadura militar em seu viés ideológico, o rádio cativo era um importante recurso educacional que facilitou o acesso à informação e à educação em áreas remotas, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural das comunidades caboclas na Amazônia (Maciel & Castro, 2020).

Para Sousa *et al.* (2020) a fundação da rádio representou uma mudança significativa no foco educacional, que anteriormente estava mais voltado para a catequização religiosa. Com a liderança do Bispo Dom Eliseu Maria Corolli, a educação passou a ser sistematizada com um enfoque mais amplo, visando a alfabetização e a educação integral dos jovens e adultos, sem o deslocamento para centros urbanos (Sousa *et al.*, 2020). Essa relação entre educação e religião foi um aspecto importante do contexto social, pois a rádio e a educação oferecida eram vistas como formas de evangelização e de promoção do bem-estar social nas comunidades (Sousa *et al.*, 2020).

A igreja católica foi e ainda é muito importante para a comunidade e segundo o seu Bernardo (79 anos), filho da dona Gilda e do seu Ladislau, foi a partir do Sistema educativo Radiofônico de Bragança (SERB), que incentivou a formação da comunidade:

Olha, a comunidade de dependência surgiu assim por um grupo católico, né? Aqui o vigário de São Domingos, ele, em conjunto com os padres de Bragança, eles resolveram criar a comunidade para ver se melhorava a comunidade católica, para ver se melhorava mais o custo de vida, aprendizagem, essas coisas tudo, né? E aí escolheram as pessoas. de dentro da comunidade e de outras que não faziam parte, porque quando fizesse o limite das comunidades, aquelas pessoas já ficariam trabalhando dentro da comunidade, né? E eu fiquei, participei de uns treinamentos em Bragança, uma dificuldade muito grande. Eu saía lá de casa, que eu morava lá no interior. Só que não era lá no Arraiá, era lá do lado, né? Onde primeiro funcionou a comunidade (Bernardo, 79 anos - Entrevista presencial em maio de 2023).

Além da alfabetização, foram ministrados cursos para elaboração de um pomar comunitário, que segundo um dos moradores, teve muito sucesso durante um tempo, depois não foi para frente. Neste sentido, os primeiros moradores da comunidade foram indivíduos que frequentavam comunidades vizinhas, como Aliança e Perseverança, e que após a construção da capela, passaram a ir às celebrações e aulas onde hoje é a comunidade Independência.

O principal meio de sustento dos moradores naquela margem do rio era a agricultura com a produção da farinha de mandioca, atrelado ao extrativismo do açaí, a plantação da roça de arroz, feijão, maxixe, quiabo, banana, e outras frutas e legumes complementando a alimentação; a caça e a pesca era muito praticada por todos, sendo que alguns moradores sustentavam suas famílias com essas duas atividades em conjunto com a fabricação de farinha. Aqui fica evidente as características tipicamente da microrregião, que foi a primeira fronteira agrícola da Amazônia e possui profunda influência da cultura do nordestino (Wagley, 1955; Loureiro; Pinto, 2019).

Essa influência é adaptada ao caráter natural e social da cultura cabocla e ribeirinha, que segundo Candido (2010), a satisfação dos impulsos orgânicos vai depender do grupo para se configurar. Neste sentido, o equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre necessidades e sua satisfação, e o meio de subsistência é cumulativo e relativo ao meio tecnológico e não pode ser considerado apenas o meio natural (Cândido, 2010)

Havia também a plantação da cana-de-açúcar e do café, como conta um dos interlocutores, o Sr. José Serqueira (66 anos), produzia o próprio café que era torrado com açúcar, mas quando não tinha açúcar, era adoçado com o caldo de cana produzido no local. Afora o café, no pomar era cultivado o cupuaçu, que dele se fazia o chocolate caseiro. Além da roça e do pomar, o Sr. José Serqueira conta como o rio Capim era farto e como era fácil pegar os peixes que hoje quase não encontra, “era a base de alimentação da gente, o peixe que tinha muito ... a gente fazia os currais e quando a maré secava assim, ia tirar o peixe do curral”. As pequenas criações, principalmente de porco, eram muito utilizadas quando não estava em boas luas para caçar ou pescar, sendo uma fonte de proteína aproveitada com frequência.

Diante do exposto, fica evidente em vários momentos os relatos de fartura do Capim, tanto na pesca quanto em suas roças, hortas e pomar. Foi uma época satisfatória inclusive para os que estavam na jornada de construção do arraial, um movimento inteiramente realizado pelos moradores da comunidade. A igreja foi responsável pelos cursos e formações, mas segundo o seu Bernardo (79 anos), não teve nenhuma ajuda financeira por parte do município ou da Igreja.

A partir do exposto, é possível corroborar que a comunidade Independência foi formada na confluência de esforços educacionais e religiosos, revelando a complexa interação entre desenvolvimento social e cultural nas regiões ribeirinhas do Pará. A influência da Igreja Católica, através de iniciativas como o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB), foi crucial para a alfabetização e formação integral dos moradores com a colaboração direta entre religião e

educação que promoveu a evangelização, mas também incentivou o bem-estar social e a coesão comunitária. Os relatos dos moradores mais velhos, como seu Bernardo e Sr. Serqueira, sublinham a importância dessas iniciativas na construção da identidade e sustentabilidade local.

A prosperidade da comunidade, evidenciada pela fartura de alimentos e a colaboração nos projetos de desenvolvimento, refletiu na adaptação das tradições nordestinas às condições amazônicas, criando um mosaico cultural único. Esse período inicial de formação foi marcado por um senso de pertencimento e coletividade, impulsionado por atividades econômicas baseadas primordialmente na agricultura, mas tendo na pesca, um componente fundamental para a subsistência.

Assim, a formação da comunidade Independência é um testemunho da resiliência e da capacidade de organização dos moradores, que mesmo com recursos limitados e desafios significativos, conseguiram construir uma comunidade próspera e unida. A integração dos valores educacionais e religiosos foi essencial para moldar uma identidade comunitária robusta, que continua a influenciar as gerações seguintes, promovendo a coesão social, a manutenção de práticas culturais locais, bem como a promoção de normas morais e éticas e a proteção do bem estar da comunidade (Galvão, 1955).

1.2 Descrevendo a comunidade Independência atualmente.

A comunidade (figura 4) fica localizada na margem esquerda do rio Capim, aproximadamente 15 km de distância do município sede (via fluvial rio Capim), e aproximadamente 12 km, (via terrestre) indo de carro até o trapiche do Tóyo. Deste trapiche, deve-se atravessar o rio para chegar à comunidade. Ambas as viagens são prazerosas, com uma acentuada demora indo de barco ou rabeta, onde se está imerso na “temporalidade do rio”, e de carro, segue-se por uma estrada não asfaltada, onde passa pela comunidade Monte de Ouro antes de chegar até o local da travessia (Alves *et al.*, 2020).

Figura 4 – Mapa de localização da Comunidade Independência - São Domingos do Capim/PA.



Fonte: Elaborado pelo autor (elaboração e revisão técnica: Jaime Júnior, 2024).

Na comunidade, os moradores vivem em áreas alagáveis no inverno, por este motivo, levam a vida no ritmo das águas, onde segundo Galvão (1955), são influenciadas pelas estações do ano, com um ritmo que oscila entre as cheias e as vazantes dos rios, afetando as atividades de pesca, caça e cultivo. Portanto, o encher e a vazante da maré, caracteriza uma comunidade que é também de várzea, principalmente na cheia, onde há um aumento significativo do nível do rio, alterando o ir e vir dos moradores que se identificam como ribeirinhos e que vivem o rio em sua plenitude, negociando suas atividades.

As casas (figura 5) em sua maioria são de madeira, possuem uma arquitetura vernacular com trapiches (figura 5), que se alongam entre 15 e 30 metros da ribanceira. Alguns trapiches são cobertos, outros não, mas o que mais chama atenção, é a sua função de “frente das casas,” além de porto, dando acesso à “rua principal” que no contexto ribeirinho, é o rio (Mesquita, 2017; Plas *et al.*, 2023). Provocando uma comparação com a arquitetura urbana das cidades, é como se fosse

uma “garagem ribeirinha”, sendo assim, de grande importância para desembarcar humanos e não humanos, acolher as embarcações e fornecer uma boa conexão com a internet, pois geralmente dentro das casas, o sinal dos fornecedores de internet não é muito bom. Em noites sem chuva, pode ser um local de socialização entre as famílias e amigos, nos trapiches com telhado e cobertura, este espaço de socialização é utilizado em qualquer hora do dia e da noite, a depender das condições do tempo.

Figura 5 – Trapiche coberto às margens do rio Capim.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

A organização espacial da comunidade segue um modelo que reflete nas características representadas em sua história e nas relações *humanos e não-humanos* que foram se desenvolvendo desde a sua criação (Cañete, 2017). Além da paisagem tipicamente ribeirinha, que segundo Alves *et al.* (2020), é estruturado em torno de um tripé chamado de *rio-casa-mato*, onde o rio não é apenas um recurso, mas um elemento central que influencia as relações sociais e a cultura local, a comunidade possui um centro onde fica o “arraial”. Neste arraial funcionam três edificações que

representam as instituições presentes na comunidade: **1)** Igreja de Nossa Sra. do Perpétuo Socorro; **2)** a Escola municipal João da Silva Lobo; **3)** e a barraca de reuniões e atividades da comunidade. Além dessas três estruturas, atrás da Igreja, fica localizado o cemitério local. A igreja (imagem), como já foi explicado no tópico sobre o surgimento da comunidade, é um ator central para formação e preservação das relações sociais, de sua organização e coesão enquanto comunidade.

Figura 6 – Arraial da comunidade.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

O local (figura 4) onde a capela foi construída, foi cedida por um dos primeiros moradores da comunidade, o sr. Ângelo Bastos e a sra. Mariana Lobo e segundo o relatório de avaliação de imóveis de 2017, a área é titulada como definitiva denominada como área pública, com 800 m². O lugar escolhido fica distante das casas devido elas serem próximas do rio e inundaram com as cheias. O arraial se encontra em terra firme, em uma parte mais alta, longe da várzea. Na época de

sua construção, foi um movimento que mobilizou toda a comunidade, os mais antigos contam que carregavam pedras do rio na cabeça para levar até o local do arraial:

Olha, esse Tomé, a gente carregava material, não tinha estrada. A gente carregava esse material de barco. Tirava pedra, lá tem uns lugares que tem pedra, tirava pedra no fundo, punha na canoa para levar. Tinha vez de ela alagar a canoa carregada com pedra, aí a maresia alagava. A valência aqui era a fundura mais ou menos essa (não ficou bem específico) assim, a gente tirava só de maré seca. E deu para aproveitar a canoa, porque se fosse num lugar mais fundo, nem afundava com tudo. Não podia tirar, né? Porque a pedra estava dentro. E aí nós conseguimos fazer esse trabalho tudo. Antes, na beira do rio, bem lá onde é o porto, aquilo nós roçamos tudo, destacamos e tal, tem igarapezinho que passa por dentro (Bernardo, 79 anos - Entrevista presencial em maio de 2023).

Figura 7 – Mapa do arraial da comunidade visto de cima e seus principais espaços.



Fonte: Elaborado pelo autor (elaboração e revisão técnica: Jaime Júnior, 2024).

Foi erguido primeiro uma capela de madeira e um barracão, hoje a igreja encontra-se reformada e já são realizados casamentos, batismos, missas e o Círio de Nossa senhora de Nazaré. Antes da construção da capela e o desenvolvimento da comunidade, os moradores só tinham contato com missas e celebrações em épocas de festividades, quando iam para o município ou nas

missões feitas pelos padres que realizavam batismos e a primeira eucaristia. Conforme as palavras de José Serqueira: “Aqueles missões dele, em tal lugar, em tal sítio. Aí chamava, avisava os donos do sítio, olha, avisa o pessoal tem batizado, tem casamento, tem isso, tem aquilo e saiu na missão dele”.

Figura 8 – Igreja N. Sra. do Perpétuo Socorro.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

A escola (figura 9) pertence ao poder público municipal de São Domingos do Capim e segundo o Plano Municipal de educação do município, a maioria das escolas municipais estão localizadas na zona rural e são divididas por setores (Semed, 2015). O setor do qual a comunidade faz parte é o C, que abriga 16 escolas, contando com a da comunidade Independência. O restante das comunidades que compõem o setor C são: **São Lopes; São Bento; Ourinho; Livramento I; Tauarí; Baixo Tauarí; Trindade; Pirateua; São José; Matinha; e Sagrada Família** (Semed, 2015). Além do prédio da escola, a comunidade concede outro local para a realização das aulas, que opera além das reuniões do grupo da igreja, a catequese e as aulas de crisma. A maioria das

escolas funcionando na zona rural são multisseriadas, atendendo alunos de 05 a 17 anos (Semed, 2015).

Figura 9 – Escola Municipal de Ensino Fundamental João da Silva Lobo.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

A outra edificação, o barracão (figura 10), além de uma sala de aula, tem seu espaço utilizado para reuniões da comunidade, principalmente sobre assuntos pertinentes à organização e

arrecadação em eventos, prestações de conta e formações relacionadas às atividades da igreja, como bingos, vendas de comida, primeira eucaristia etc.

Figura 10 – Espaço Comunitário.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

Em conformidade com o que foi descrito, a comunidade vem sendo moldada pelas relações históricas entre os habitantes e o ambiente, refletindo uma organização espacial que não é apenas funcional, mas também simbólica (Cañete, 2017). A organização espacial, marcada pela presença de “garagens ribeirinhas”, reflete a importância do rio na vida cotidiana e na socialização comunitária, bem como todas as práticas de subsistências que dependem do rio para se manter. A história da Independência, desde sua formação até os dias atuais, destaca a importância das tradições e práticas culturais que, juntamente com as mudanças trazidas pelo tempo, moldam a

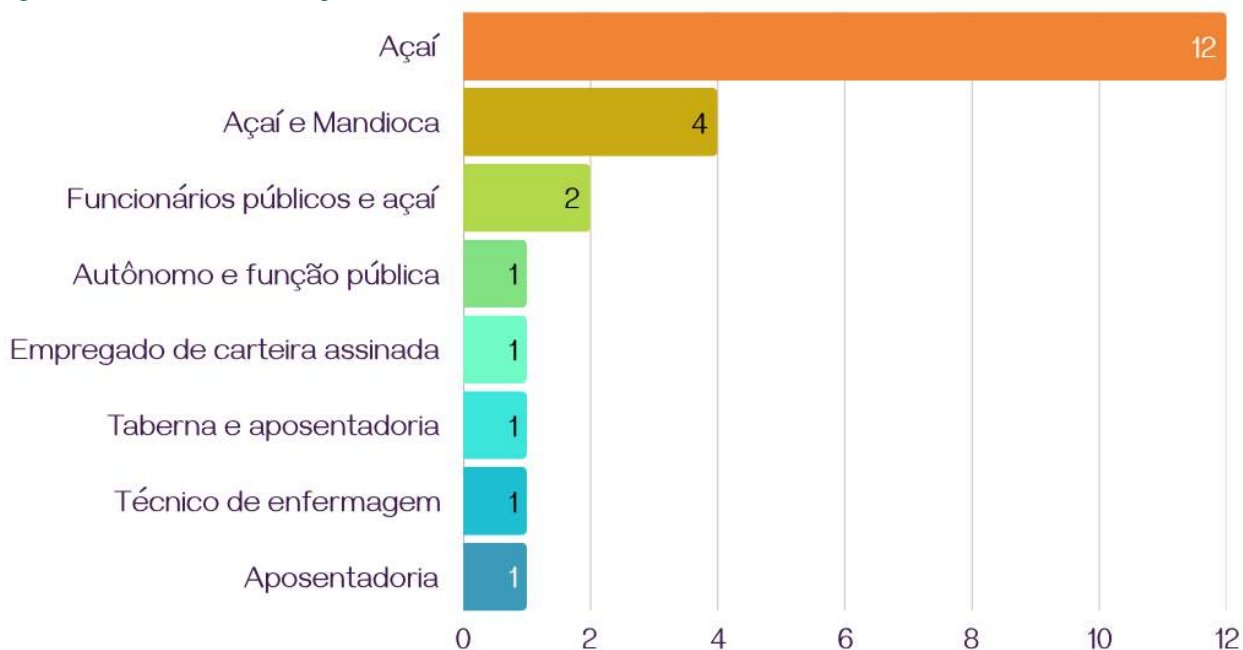
dinâmica desta comunidade única. As relações humanas e não-humanas foram cruciais para a escolha do local onde é o centro da comunidade hoje, assim como as mudanças e permanências nos modos de vida dos residentes.

O Rio Capim, principal agente não-humano, exerce uma influência significativa sobre a organização espacial e as práticas culturais da comunidade Independência. Devido às cheias periódicas, tiveram a necessidade de deslocar o antigo ponto de reuniões e missas radiofônicas das proximidades do rio para uma área de terra firme, mais elevada. Esse fenômeno hidrográfico, no entanto, permite que a comunidade mantenha e conserve diversas práticas tradicionais, tais como o extrativismo do açaí de várzea e a pesca artesanal. Essas atividades são fundamentais para a subsistência local e refletem a estreita relação entre os moradores e o ambiente ribeirinho.

1.3 Atividades econômicas

As atividades econômicas das comunidades amazônicas, em especial, os ribeirinhos, segundo Conceição & Maneschky (2003), são caracterizadas pelo uso sustentável dos recursos naturais e a diversificação das atividades, incluindo a pesca, agricultura e o extrativismo. Aqui, neste contexto de atores humanos e não humanos, o rio promove uma conexão com outras comunidades facilitando a compra e venda das mercadorias, bem como acordos informais moldados pela condição haliêuticas refletindo uma lógica de cooperação entre moradores e comerciantes (Plas *et al.*, 2023).

Figura 11 – Gráfico: Principais fontes de renda da comunidade.

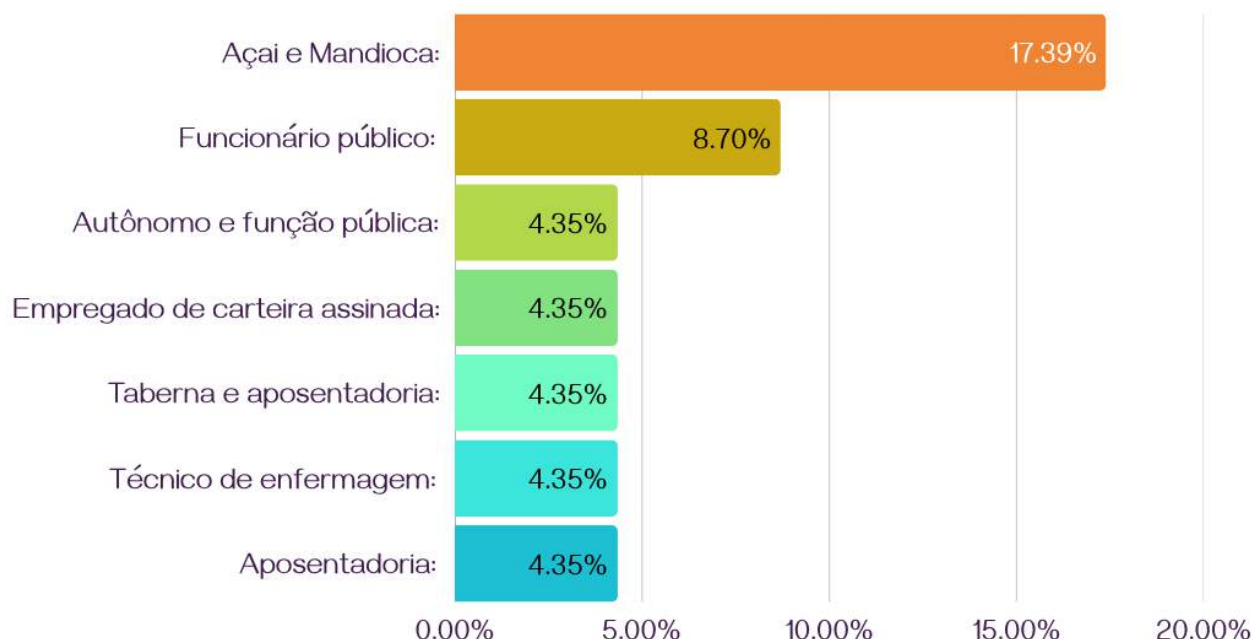


Fonte: Pesquisa de campo, dados organizados pelo autor, 2024.

A principal atividade econômica da comunidade é o extrativismo do açaí nativo e a retirada do açaí plantado, seguido da produção de farinha e outras culturas, como milho, feijão, legumes e hortaliças. Como pode ser observado na (tabela) abaixo, dos(as) 23 entrevistados, 12 afirmam que o açaí é sua principal fonte de renda e 4 adicionam a produção de farinha neste cálculo. Segundo a pesquisa de campo, pode-se inferir que 52,17% dos moradores consultados dependem da venda do açaí como sua maior fonte de renda (tabela).

Há outras atividades secundárias como o ofício de barqueiro, carpinteiro e o trabalho no funcionalismo público municipal, mas são em menor número. A atividade do plantio de roça é organizada de modo familiar, onde o casal trabalha em conjunto com seus filhos, já na retirada do açaí, é comum se pagar um trabalhador (peconheiro) para fazer a retirada dos frutos.

Figura 12 – Gráfico da centralidade do Açaí como maior relevância econômica.



Fonte: Pesquisa de campo, dados organizados pelo autor, 2024.

Na maior parte, a produção de farinha e do açaí é direcionado a princípio para o consumo familiar (figura 12), depois é deslocado para a venda, isso quando é encomendado por um atravessador local, seja das comunidades na redondeza, ou de fora do município, o que constitui uma relação não apenas econômica, mas também de garantia da própria alimentação. Portanto, é possível afirmar que a comunidade Independência hoje, ainda pratica atividades que correspondem à agricultura familiar pelos seguintes aspectos aqui apresentados: a) relação com o meio ambiente que reflete uma lógica de adaptação aos ecossistemas e a gestão cuidadosa dos recursos; b) autonomia e sustentabilidade em relação ao mercado capitalista, pois a comunidade ainda exerce certa resistência às pressões externas; c) dependência da mão de obra familiar em diversas atividades agrícolas; d) histórico cultural tradicional onde as práticas agrícolas são influenciadas por saberes tradicionais; d) desafios econômicos e sociais como a falta de assistência técnica acesso a mercados e condições econômicas melhores (Farias & Costa, 2024; Paz, 2017; Rebello, 2012).

Figura 13 – Casa de Farinha.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

Quando se compara com a comunidade do passado, é perceptível as mudanças e dificuldades que são enfrentadas por esses agricultores para manter suas roças, e suas atividades de plantio e o extrativismo do açaí. Segundo um dos entrevistados na pesquisa de campo, **Ator 02 (45 anos)**, a muito não há nenhum tipo de apoio ou incentivo externo, como por exemplo, assistência técnica, de maquinário ou educacional: *“Pra nós nada, nunca tive, nunca, nós nunca vimo uma máquina aradando terra aqui, nunca! Olha, eu to com 47 anos aqui e nunca vi uma máquina arando aqui, fazendo um trabalho aqui Ator 02 (45 anos)”*.

Fato muito diferente da margem direita do rio Capim, na qual fica o município sede e que recebe muito mais atenção da prefeitura de São Domingos do Capim, que do lado esquerdo, e por

isso que, segundo o interlocutor, o isentivo à monocultura do Dendê vem substituindo as roças e pomares do outro lado do rio:

“Nenhum deles olharam aqui ... agora, para li (do outro lado do rio capim) eles estão trabalhando muito com o dendê, veio uma empresa aí, montou aí, aí todos os agricultores passaram pra isso. Hoje eu acho que eles estão bem, que eu converso com o menino, tão bem... isso está com uns 5 anos ou mais eu *acho*. Mas eles estão colhendo a muito tempo, muitos já tem os tratores deles... tão bem” (Entrevista em 2023 com Ator 02, 45 anos).

Realidade que também foi exposta por outro interlocutor, o **Ator 01 (65 anos)**, que relata a perda de interesse dos mais jovens em continuar trabalhando com as roças devido a dificuldade imposta principalmente pelo solo úmido, que acaba por apodrecer a roça de mandioca e a dificuldade que é trabalhar sem o auxílio de maquinário em terra firme:

[...]é por conta do nosso terreno aqui é quase selvagem, né? Quase só igapó. A terra firme é só juquirá, tucumã, tudo que não presta. [...] aí (terreno alagado) não tem a vantagem que morre muito aí, apodrece muito a mandioca. A gente cria uma roça com um ano, um ano, dois meses. Tem roça aqui que com cinco meses tá caindo, tem nada, nem que queira fazer não tem, porque é muito molhada a terra, né? Tem área aí que apodrece tudo. Aí meus filhos foram se desgostando (Entrevista em 2023 com Ator 01, 65 anos).

Quando a comunidade foi formada, os moradores foram orientados a participar de cursos formadores, onde foram direcionados a criar um pomar, uma roça e uma horta comunitária. Segundo o Seu Tomé e a sua esposa dona Edna, funcionava como se fosse um clube agrícola, que havia plantação de pimenta do reino, horta e frutas, como a laranja e o limão:

Os homens participavam do grupo agrícola e as mulheres também, que trabalhavam com pomar. E a gente tinha troca de trabalho e de ajuda. Às vezes a gente ajudava as mulheres no pomar [...] aí nós tínhamos o clube agrícola que a gente plantava a pimenta, cheguei a plantar mandioca na rotação de cultura, no qual eu fiz até o curso de rotação de cultura (Entrevista em 2023 com Ator 01, 65 anos).

Com o passar do tempo, ambos os projetos foram abandonados. Atualmente, o pomar está tomado pela vegetação secundária, e as roças se transformaram predominantemente em monocultivos de mandioca. Esse processo exemplifica de forma empírica o conceito dialético discutido por Candido (2010) ao evocar Marx, ressaltando o desenvolvimento histórico no qual homem e natureza são indissociáveis na satisfação das necessidades. A organização da comunidade, portanto, acabou por abandonar os projetos originais em favor de atividades que demandassem menos assistência técnica e proporcionassem um retorno mais rápido. Portanto, essa transição para monocultivos de mandioca e açaí reflete não apenas uma adaptação às condições

econômicas e sociais atuais, mas também uma reconfiguração das relações entre humanos e não humanos no espaço rural (Latour, 2020; 2001; Cañete, 2017).

A escolha por práticas agrícolas que exigem menos suporte técnico e oferecem um retorno mais imediato evidencia a busca por segurança e sustentabilidade em um contexto de incertezas. Assim, a dinâmica entre a comunidade e o meio ambiente se transforma, revelando como as decisões humanas são moldadas por fatores históricos, sociais e ecológicos. Essa realidade ressalta a importância de repensar as interações entre os humanos e não-humanos, reconhecendo que a resiliência das comunidades amazônicas depende da capacidade de integrar saberes tradicionais com inovações sustentáveis, promovendo um equilíbrio que respeite tanto as necessidades humanas quanto a saúde dos agentes não-humanos (Latour, 2020, 2001; Cañete, 2017).

1.4 A pesca na comunidade Independência

A pesca é uma atividade milenar e realizada por diversas culturas ao longo da história. Dependendo da cultura, se utiliza diferentes técnicas e petrechos para a captura em diferentes ambientes aquáticos. Na Amazônia, os registros que se tem dessa atividade advêm desde antes da colonização, onde eram utilizados o arco e flecha, em conjunto com a narcotização, em que eram empregadas ervas tóxicas para lavar os igarapés. Além das técnicas mencionadas, os indígenas faziam uso da tapagem de rio, arpões e anzóis, confeccionados em osso, e de redes pequenas chamadas de puçás (Veríssimo, 1895; Furtado, 1981). Os primeiros dados mais refinados sobre a pesca advêm de relatos da família real portuguesa que foram grandes consumidores de pescado da região amazônica.

Em toda a região amazônica, a pesca em sua grande maioria obedece a sazonalidade. As características ecológicas contribuem também para o estilo de pesca a ser praticada pelos pescadores (Santos; Santos, 2005). Victoria Isaac e Ronaldo Barthem (1999), em seu artigo sobre os recursos pesqueiros da Amazônia, trazem grandes contribuições sobre as especificidades dos movimentos das águas na Amazônia e suas implicações nas composições físicas e biológicas dos rios:

O primeiro semestre do ano é conhecido na região como “inverno”. No estuário esta época é caracterizada pelo afastamento das águas mais salinas, de origem oceânica, que são deslocadas para longe da foz pela forte descarga do rio Amazonas. No “verão”, com a diminuição da pluviosidade, ocorre o fenômeno inverso e a zona de mistura salina se aproxima da foz amazônica (Isaac; Barthem, 1999, p. 297).

As pescarias ocorrem nos rios, lagos e estuários propriamente amazônicos, podem ser de água correntes, marítimas e de transição (Veríssimo, 1895). Na Amazônia está dividida em duas “macrorregiões”, sendo elas a pesca na Amazônia Central e a pesca na Amazônia Estuarina. No contexto da comunidade Independência, a pesca praticada é a continental, que segundo Isaac e Barthem (1995), acontece em locais de várzea e nos canais de rios. Ela também ocorre nos lagos pela ocorrência das cheias, onde os peixes acabam entrando nas áreas alagadas para se alimentar e fugir dos predadores. É uma atividade frequente na comunidade e está conectado ao caráter tradicional enquanto herança cultural, herdada dos primeiros moradores da região. Mesmo não fornecendo uma receita significativa para tomar posição relevante na renda familiar, por ser uma comunidade às margens de um grande rio, os moradores sempre estão consumindo o peixe que é pescado muitas vezes na frente de suas casas, como pode ser visualizado abaixo (figura 14).

Figura 14 – Pesca de Malhadeira.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

Durante o estudo de campo, foram identificados diversos tipos de pesca praticados na comunidade, juntamente com os apetrechos utilizados e as espécies capturadas. Foram listados oito tipos de pesca, organizados de acordo com sua importância e frequência de uso pelos moradores. As técnicas identificadas incluem a pesca com anzol, linha de mão, piraquera, curral, mergulho, espinhel, tarrafa e malhadeira, sendo as quatro últimas as mais praticadas.

Todos os interlocutores que sempre pescaram no rio Capim, em frente a comunidade, alegam que muitas artes de pesca que eram praticadas no passado, hoje quase não existem mais, como a **piraquera** e o **curral**, já outras persistem e permanecem atualmente, como a **tarrafa**, muito usada na pesca de rios para captura de peixes pelágicos e nos lagos onde captura grande variedade

de espécies e a **malhadeira**, que também captura uma variedade infinita de peixes, dependendo do tamanho utilizado, espécies como o Mapará e o bagre (Batista *et al.*, 2004; Furtado, 1981; Isaac; Barthem, 1995; Veríssimo, 1895). Abaixo seguem os petrechos listados de maior importância de acordo com o número de entrevistas realizadas e suas porcentagens.

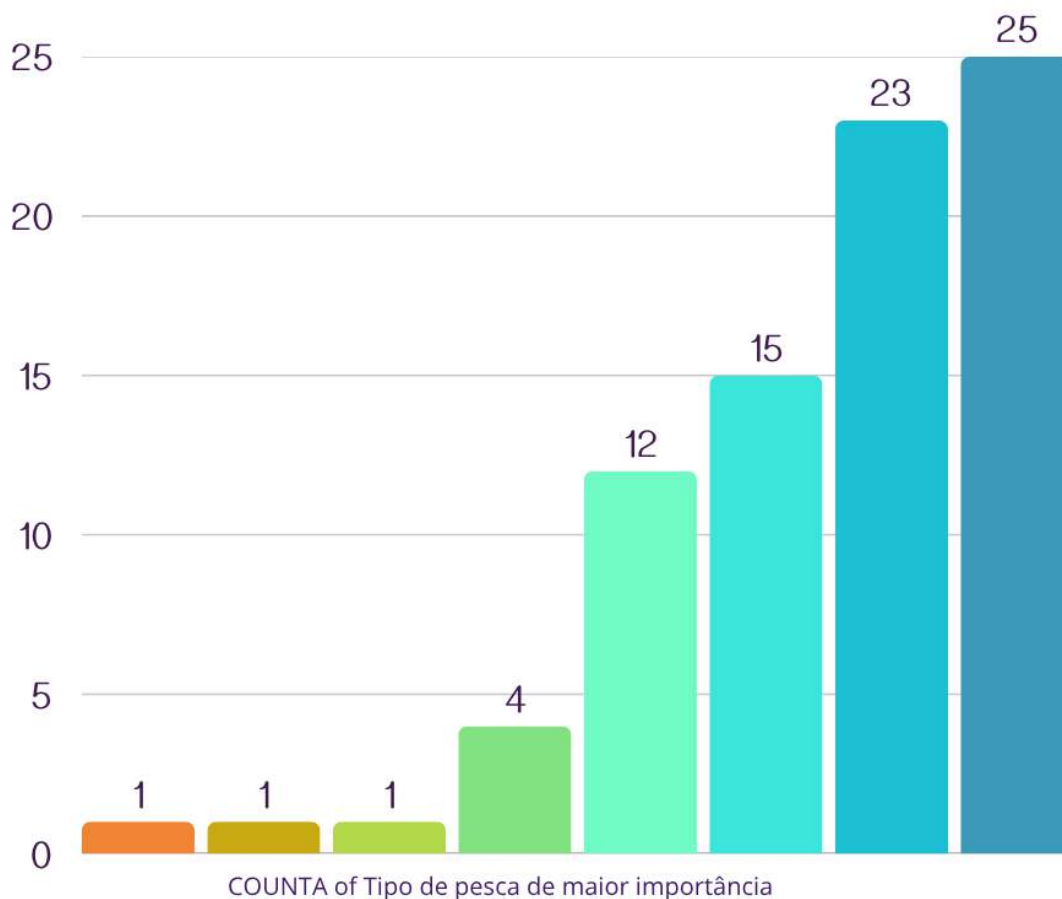
Quadro 2 – Relação da Pesca de maior importância.

PESCA DE MAIOR IMPORTÂNCIA	Nº	%
Anzol	1	4%
Linha de mão com isca artificial	1	4%
Piraquara	1	4%
Curral	4	16%
Mergulho	12	48%
Espinhel	15	60%
Tarrafa	23	92%
Malhadeira	25	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Segundo os dados colhidos no campo, as pescas mais utilizadas e que possuem relevância sociológica para esta pesquisa são: a pesca de **Mergulho**, com 48% dos entrevistados dizendo que praticam esta pesca, o **espinhel**, com 60% dos (as) entrevistados (as) que ainda acham a pesca relevante para a comunidade, e os dois petrechos principais, a tarrafa 92% e malhadeira com 100% dos (as) consultados e consultadas, seja por pescadores mais velhos e os mais jovens, é com a malhadeira (imagem) que se consegue a maior quantidade de peixes fornecendo alimento para familiares e amigos..

Figura 15 – Pesca de maior importância.



Fonte: Pesquisa de campo, dados organizados pelo autor, 2024.

Esses dados evidenciam a importância da pesca e de seus apetrechos para a comunidade, tanto no aspecto sociológico empregado nas relações humano e não-humanos, quanto na prática cotidiana. O uso do espinhel, da tarrafa e principalmente da malhadeira desempenha influências cruciais na subsistência e na manutenção das tradições locais. A unanimidade na utilização da malhadeira destaca sua eficiência e centralidade na pesca, refletindo uma prática intergeracional que fortalece os laços comunitários e assegura o fornecimento de alimento. Esses elementos são fundamentais para compreender a relevância sociocultural da pesca na comunidade estudada.

Figura 16 – Pesca de malhadeira no Rio Capim.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

A pesca quando foi evocada pela história de vida, no contexto da memória dos mais antigos, pôde abranger a sua importância na vida de todos da comunidade Independência, na alimentação, no fortalecimento dos laços familiares e na preservação dos modos de vida daquela região. Durante todos os relatos sobre a prática na comunidade e no rio Capim, as histórias contadas eram da fartura de peixes que o rio Capim proporcionava e a facilidade com que se pegavam peixes de várias espécies, como conta *Ator 01 (65 anos)*, quando perguntado sobre a pesca do Barí, no período de formação da comunidade:

É quando ele (barí) estava na safra, assim, a gente montava o pano por cima da canoa de noite, assim, sabe? E remava fazendo zoadá. Aí batia no pano e ele se assustava. Ele pula quando a gente passa por cima, fazendo barulho. Ele pula, tchom, tchom, tchom. Aí ele

batia na vela. Batia na vela e caía dentro do casco (Entrevista em 2023 com Ator 01, 65 anos).

Esta pescaria foi uma técnica usada em um tempo quando a quantidade de peixe nas margens à frente das casas era muito maior que hoje, essa prática não é realizada mais atualmente, assim como a pesca de curral quase não existe e a piraqueira. Esta mudança e diminuição da quantidade de peixes, segundo os próprios moradores, está relacionada à poluição do rio e principalmente, à exploração dos recursos pesqueiros, devido ao aumento da atividade nos pontos de pesca que foram identificados. O que a pesquisa indica é que nunca houve acordos de pesca na comunidade Independência. O *Ator 01 (65 anos)*, também comenta nas entrevistas sobre a facilidade nas capturas dos peixes logo quando ele chegou na comunidade, no ano de 1970:

Era mais fácil a gente conseguir o peixe. Até mesmo porque se usava uma malha mais graúda, só pegava peixe graúdo. E sempre a gente pescava aqui pra ajudar na despesa do dia a dia. Hoje mudou um pouco. Existe a pesca ainda, mas eu já pesco bem pouquinho. Aí entrou a outra fonte de renda, no qual o açaí entrou para o mercado (Entrevista em 2023 com Ator 01, 65 anos).

O relato apresentado pelo seu Tomé traz a mudança do tamanho da malha, que no início da comunidade, era usada a de 30 e a de 25 entre nós, hoje é de 20 cm. A falta de uma fiscalização ou organização permite que sejam usadas redes com malhas bastante pequenas entre os nós, o que ocasiona a captura de peixes antes que atinjam seus tamanhos ideais, muito antes de chegar a fase adulta (Oliveira *et al.*, 2021). Há também mudança econômica apartir da venda do açaí, que permitiu uma segurança maior em suas rendas familiares. Muitos relatos seguem uma linha de afirmações de que falta uma fiscalização desta atividade na região, e sua organização pela própria comunidade, que segundo Oliveira *et al.* (2021), ao se organizarem, permite que os moradores possam se unir para gerenciar coletivamente os recursos pesqueiros, fortalecendo ainda mais a participação social e o senso de pertencimento no local.

Afora a atividade *Haliêutica* constante, a comunidade Independência apresenta uma variedade de petrechos de pesca, como por exemplo: malhadeira (imagem), tarrafa e o espinhel, e em complemento destas artes de pesca mais tradicionais do cenário amazônico, é praticada também a pesca de mergulho, onde é usada uma ferramenta que se assemelha à um arpão e muitas vezes é confeccionada pelos próprios pescadores, chamada de flecha (imagem).

A malhadeira é usada principalmente na pesca do Barí, espécie de água doce bastante apreciada pela população da comunidade. Inclusive, existem tempos determinados em que se

captura o peixe com mais facilidade e esse período é chamado pelos pescadores de safra. A safra do bari, segundo os pescadores entrevistados, vai de maio até outubro, correspondendo ao período do verão amazônico.

Figuras 17 e 18 – Arpão caseiro para pesca subaquática



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023.

O ator 02 (45) é perguntado sobre a pesca ser para a venda ou só para o consumo, a resposta foi por tempos de safra, quando o peixe está mais abundante, algumas pessoas acabam pegando e vendendo:

Na verdade, é assim, porque aqui a pescaria é mais por safra. Tem a safra do bari, tem a safra da branquinha, essas questões, né? Aí, nesse período, algumas pessoas aqui acabam pegando para vender, né? Mas são poucos. O que eu pego para viver é mais consumo
Ator 02 (45).

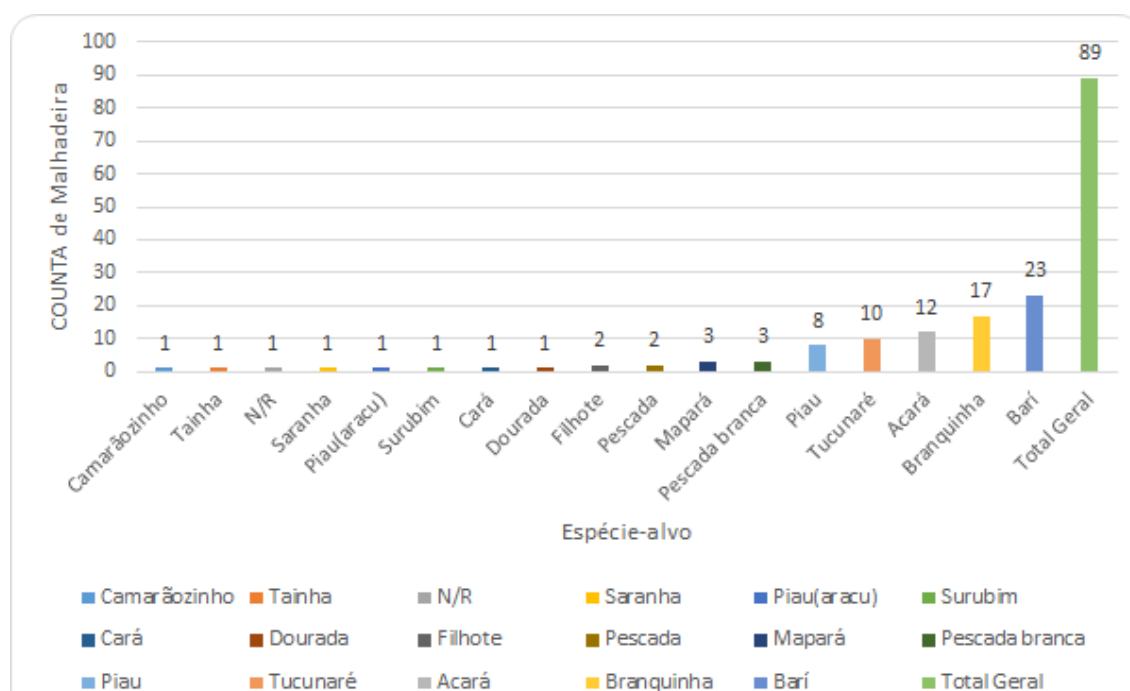
Portanto, a pesca não é direcionada sempre para a venda, para que isso aconteça é necessária a soma de alguns fatores, como a existência da safra, a quantidade pescada e a espécie de peixe pescado. Geralmente o bari é o mais apreciado pelos moradores da comunidade Independência e comunidades próximas.

Com base no que já foi exposto sobre as artes de pesca mais usadas na comunidade, foi possível identificar as espécies que são capturadas de acordo com cada apetrecho. Para o espinhel, foram identificados 3 espécies apanhadas por esta arte de pesca, são elas, o surubim

(*pseudoplatystoma corruscans*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), dourada (*Brachyplatystoma flavicans*); para a tarrafa, foram identificadas a branquinha (*curimata inornata*), o acará (*geophagos proximos*), tucunaré (*cichla monoculos*) e o barí; há espécies que são capturada pela tarrafa e pela malhadeira, como o barí, branquinha e o acará, sua maior diferença está na quantidade que é capturada de uma só vez, sendo a malhadeira muito mais eficaz neste sentido.

Abaixo segue a tabela com as espécies que são capturadas pela malhadeira, e apesar do barí e da branquinha serem os mais capturados, há uma variedade enorme de espécies que caem na malhadeira, como a saranha (*Rhaphiodon vulpinus*), a tainha (*Mugil brasiliensis*), o camarão da amazônia (*Macrobrachium amazonicum*) e até o mapará (*Hypophthalmus marginatus*), que é muito apreciado na microregião de cametá

Figura 19 – Tabela de Espécies que são Capturadas com a Pesca de Malhadeira..



Fonte: Pesquisa de campo, dados organizados pelo autor, 2024.

CAPÍTULO 2: COLONIZAÇÃO DO VALE DO CAPIM,
SUAS MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA E A
ORIGEM DA COMUNIDADE INDEPENDÊNCIA



CAPÍTULO 2: COLONIZAÇÃO DO VALE DO CAPIM, SUAS MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA E A ORIGEM DA COMUNIDADE INDEPENDÊNCIA

Esta segunda parte aborda a colonização na Amazônia, especificamente na região do Vale do Capim, Pará, destacando a complexidade das relações sociais e econômicas entre europeus, indígenas e africanos. A natureza amazônica, com seu clima, geografia e recursos naturais, desafiou as ambições coloniais portuguesas, levando à formação de alianças e conflitos com os povos originários.

A colonização na Amazônia, resultou em uma cultura híbrida, com a integração de práticas indígenas e europeias, e a economia da região se desenvolveu mais em torno da extração de recursos naturais do que da agricultura, devido às características ambientais únicas da região. Também explora a dicotomia entre “humano e não humano”, argumentando que essa distinção é artificial e que a natureza desempenhou um papel ativo na formação sociocultural da região. Por fim, aponta a transição da economia extrativista para uma agricultura diversificada voltada para a exportação e o abastecimento local na região nordeste do Pará.

2.1 Estrutura dos conceitos, cenários e categorias discutidas no capítulo.

Para começar este capítulo é importante compreender alguns pontos que estruturam o desenvolvimento dele, que vão ajudar a inserir o leitor nos contextos particulares da comunidade. Os esforços foram direcionados em entender de que forma e em que medida, a colonização do europeu na Amazônia e as relações sociais que estruturam de forma violenta, fabricam “interações” próprias da região, que seguem em transformação até os dias atuais, deixando estabelecida mudanças que compõe novas redes de relações (Law, 2021).

Levando em conta essas novas redes de relações (Law, 2021), mesmo se, para o Português já houvesse contato com regiões consideradas exóticas pelos europeus, como nos continentes africano e asiático, ainda sim a Amazônia apresentou uma natureza inflexível para as ambições econômicas portuguesas, ambições essas, de desenvolver ainda mais a economia colonial e expandir seu território. Dentre os obstáculos naturais, estavam o clima tropical, o desconhecimento geográfico, botânico e zoológico, o que fez com que o invasor produzisse alianças com os originários. No entanto, havia populações que não cederiam antes de lutar, guerreando contra colonizadores e seus aliados.

Contudo, logo o sistema escravagista absorve os povos indígenas, dos quais serviram aos europeus. Além das atividades braçais nas lavouras, auxiliaram com seus conhecimentos sobre a floresta, guiando-os pelas matas fechadas e imensidão de rios. Leandro Tocantins (1982) comenta sobre as contribuições sociais do indígena, onde as suas técnicas de pescar, de remar, de caçar e de plantar, foram incorporadas às do europeu e ainda são conservadas até os dias atuais, fazendo parte da cultura das populações na região Amazônica.

Os Rios, que desde o início da colonização, no século XVI, para além de um simples caminho por entre o desconhecido, foi o extraordinário Rio das Amazonas, composto de jardins paradisíacos e que levava ao mundo perdido, e este ponto, em especial, criado pelos primeiros viajantes que navegaram no Rio Amazonas, foi superado após um lúcido afastamento das emoções e delírios do século XVI e XVII, ficando evidente que o rio Amazonas e seus afluentes, detinham muito mais importância do que se imaginavam os colonizadores (Gondim, 2019).

Neste ponto é interessante que se abra um parêntese sobre uma das categorias que percorre todo texto, a categoria “humano e não humano”, que faz parte de uma construção social e filosófica que possui raízes na modernidade, sendo cada vez mais questionada por abordagens que reconhecem a complexidade e interconexão das interações sociais, dissolvendo as dicotomias e dualidades ancoradas nas Ciências Sociais (Marras, 2020). Diante disso, Bruno Latour (2012) desafia essa dicotomia, argumentando que a distinção entre humano e não humano é artificial e não reflete a complexidade das relações sociais, portanto, tanto humanos quanto não humanos são considerados “actantes” que possuem agência e desempenham papéis ativos nas redes de atores (Marras, 2020). No próximo capítulo, as categorias serão aprofundadas, mas o destaque neste ponto, para o “Rio Capim”, faz-se necessário, pois compreende o principal actante que media as redes de interações (Law, 2021).

Após destacar a natureza como uma “entidade”, de atores importantes na formação sociocultural da região, a segunda observação destaque foi compreender as particularidades desta formação social, ecológica e cultural da região, resultado da interação entre o branco, os povos Indígenas e africanos, com ênfase no ameríndio e o português. Como já foi mencionado na introdução, o regime violento do europeu em seu método de colonização no Brasil, impôs sua estrutura cultural aos dos autóctones, como a religião, idioma, trabalho escravo, vestimentas, hábitos e estrutura familiar cristã, com determinadas adaptações desenvolvidas e implementadas

pelos indígenas e admitidas pelo português, como uma língua unificada na matriz Tupi, resultando, segundo Wagley (1985) e Galvão (1955), na cultura do caboclo da Amazônia.

Diante disso, é possível afirmar que a Amazônia tem sua história conectada ao meio ambiente de forma mais intensa que outras regiões do Brasil? Ou é apenas uma interação diferente de outros lugares? Será o clima tropical, ou a composição bioquímica dos solos que impossibilitou o modelo plantation colonial? Ou foram as grandes extensões de florestas? Leandro Tocantins (1982) comenta, sobre esse tema e afirma que a terra encontrada nas regiões do nordeste, detinha um solo que favorecia a monocultura da Cana de Açúcar no período colonial, de toda sorte, que na Amazônia, o modelo econômico da cana não teve o mesmo sucesso nordestino e acabou por ceder espaço para consolidação do padrão econômico tipicamente amazônico, que era, segundo Tocantins (1982), a extração de produtos naturais associado à escravidão do indígena.

Esta narrativa de Leandro Tocantins (1982; 2000) é reforçada por Eduardo Galvão (1955), quando em *“Santos e Visagens”* apresenta uma realidade similar, onde descreve que nos povoados da “Amazônia é pouco acentuada a transição da feitoria colonial para o moderno barracão do seringalista ou comerciante”, o que nos leva aos pontos levantados sobre a tendência ao trabalho extrativista do colono português em detrimento de uma agricultura consolidada em polos econômicos, como foi incentivado a partir da Cana-de-açúcar (Galvão, 1955, p. 13). Na verdade, o que se tem como resposta é que o ambiente amazônico interferiu e condicionou a vida de todos os atores que estavam inseridos no contexto, seja ele indígena, colono ou missionário, onde o trabalho de extração de produtos naturais são mais adaptáveis ao bioma amazônico. Diante disso, com estes questionamentos, foi possível ancorar e enriquecer ainda mais neste trabalho, as concepções de que “homem e natureza surgem como aspectos indissolúvelmente ligados de um mesmo processo, que se desenrola como História da sociedade” (Candido, 2010).

Por último, esta formação sociocultural não se concretiza sem as relações econômicas que foram impulsionadas pela abundância dos recursos naturais, ou até mesmo sendo o contrário, mas certo é, que em comparação com diferentes localidades no Brasil, a economia em seu início na Amazônia não conseguiu se manter em um modelo majoritariamente agrário (Galvão, 1954). Neste sentido, ao consultar as obras clássicas sobre a agricultura na Amazônia, nota-se uma sociedade recém inserida nos modelos econômicos pré-capitalista e depois capitalista, que desenvolveu sua agricultura associada à extração das drogas do sertão e, posteriormente, à economia da borracha. Segundo Galvão (1955): “a abundância de produtos naturais, de interesse comercial,

sobretudo as especiarias, ou “drogas do sertão”, como denominavam o cravo, baunilha, salsaparrilha, de cacau, de castanhas, de madeiras, de produtos animais” preteriu a agricultura local de garantir o sustento da economia na região (p.13).

No entanto, este cenário correspondeu com maior frequência às regiões mais afastadas da capital Belém, como no sul e sudeste do estado, conforme as pesquisas desenvolvidas por Tocantins (1973; 1982), Galvão (1955) e Wagley (1985), fato é que a economia extrativista, na região nordeste do Pará, foi sendo substituída por uma diversidade de culturas direcionadas para a exportação, como a Pimenta-do-reino, o Cacaueiro, Palma de Óleo e a produção para o abastecimento das feiras locais, contribuindo para uma variedade de produtos ligados à alimentação da população, como a mandioca, feijão, milho, arroz e hortaliças (Rebello, 2012)

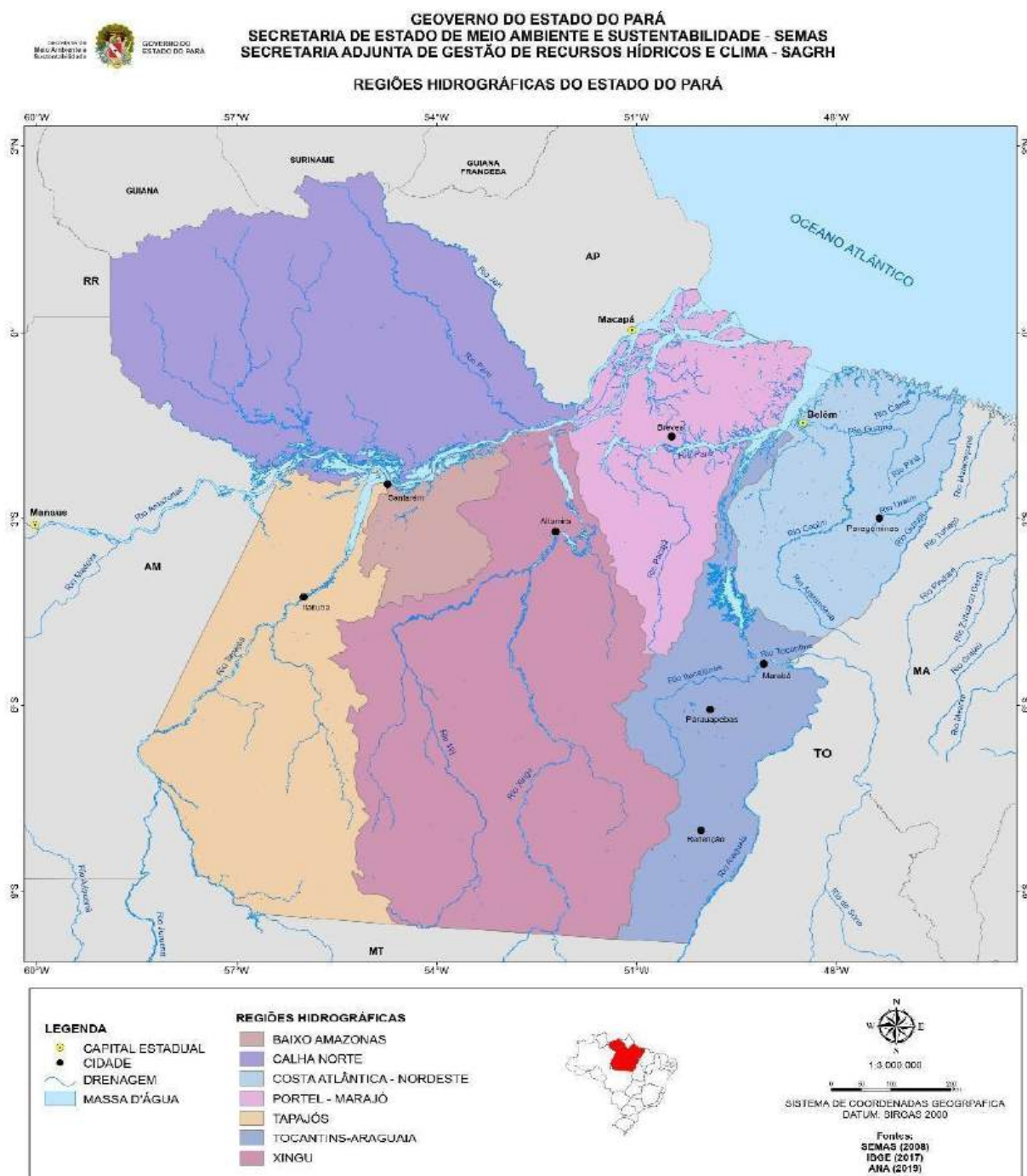
Portanto, na sequência deste primeiro capítulo, serão apresentadas características relacionadas à formação sociocultural e suas transições e transformações aportadas na colonização, relação humanos e não humanos e o desenvolvimento econômico da região do vale do Capim.

2.2 Os processos de Colonização do Vale do capim no Nordeste Paraense (Século XVII ao Século XX)

A história da colonização do Nordeste Paraense é uma narrativa de transformação econômica e social, marcada por ciclos de exploração e resistência, que moldaram a identidade e a dinâmica socioeconômica da região até os dias atuais.

É relevante situar o leitor, além das transformações que a região passa, mas no contexto geográfico, no que tange as microrregiões e região hidrográfica do nordeste paraense hoje. Neste sentido, começo apresentando as regiões hidrográficas que compõem o Estado do Pará (Figura 01) sendo divididas em sete: 1) Costa Atlântica-Nordeste, 2) Tocantins-Araguaia, 3) Xingu, 4) Portel-Marajó, 5) Tapajós, 6) Baixo Amazonas e 7) Calha Norte (SEMA, 2012). A macrorregião relevante para este estudo é a Costa Atlântica-Nordeste, ocupando 9,5% da área do estado, tendo como principais bacias a Guamá-Moju e a Gurupi (SEMA, 2012).

Figura 20 – Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado do Pará.

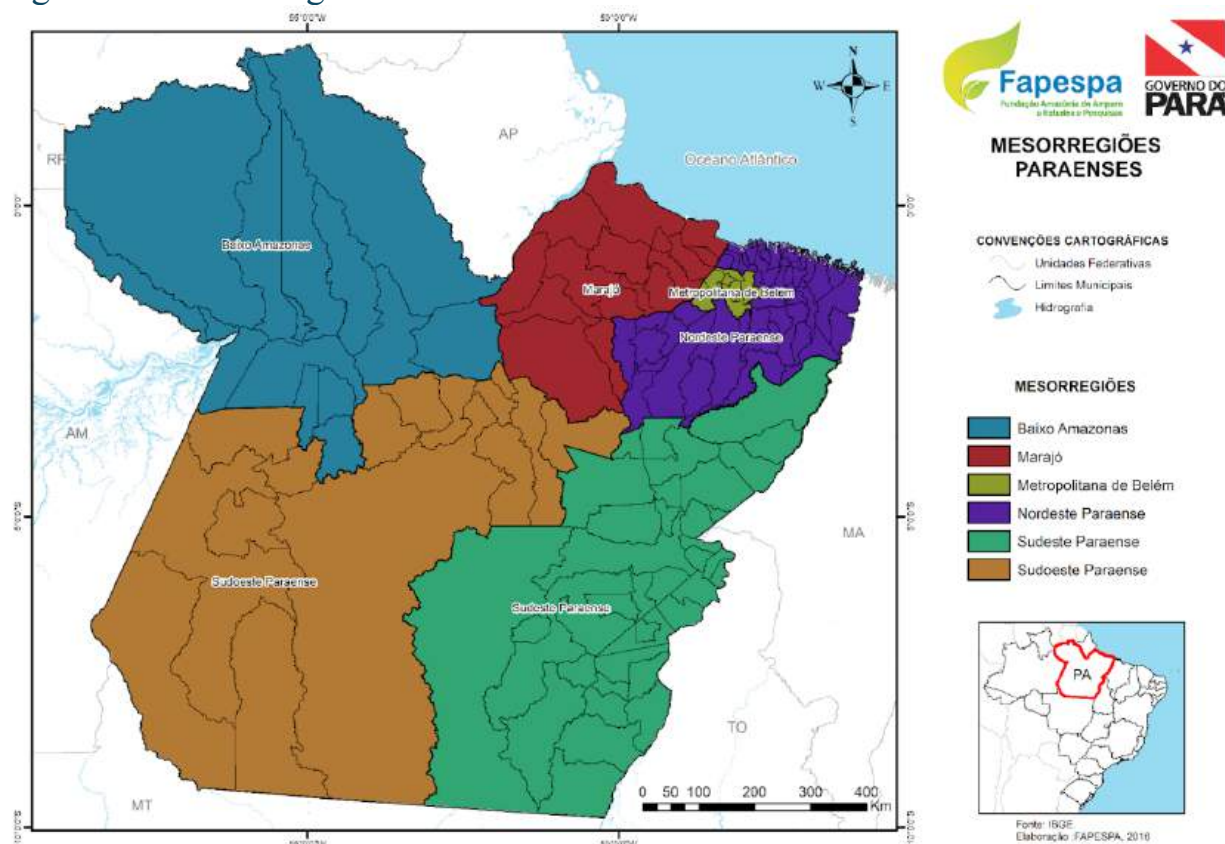


Fonte: SEMAS (2008).

A região Nordeste Paraense, junto às outras seis mesorregiões demonstradas no mapa abaixo (Figura 20), abrange 49 municípios, destacando-se Ourém e São Domingos do Capim como os primeiros núcleos fundados em 1727 e 1755, respectivamente. Historicamente, essa região foi moldada por processos de ocupação desiguais e transformações econômicas significativas.

Inicialmente impulsionada pela extração madeireira, agricultura de corte-queima e pecuária, hoje é caracterizada por um sistema produtivo diversificado com predominância da agropecuária.

Figura 21 – Mesorregiões do Estado do Pará



Fonte: FAPESPA (2016).

Neste sentido, o Nordeste paraense é a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará e esses processos de colonização foram, segundo Cordeiro *et al.* (2017), desiguais, identificando dois momentos, chamado pelos autores de grandes ciclos de ocupação:

A região onde está inserido o Nordeste Paraense foi uma das primeiras áreas de colonização na Amazônia. Dos 49 municípios que integram a mesorregião, Ourém é o mais antigo (fundado em 1727), seguido de São Domingos do Capim (fundado em 1755). Ao longo do tempo estes dois municípios tiveram suas terras desmembradas para dar origem a outros municípios [...] em suma, os municípios que compõem a mesorregião Nordeste Paraense fazem parte da fronteira de ocupação antiga da Amazônia, marcados pelas seguintes atividades antrópicas: I) extração madeireira; II) agricultura de corte-queima e III) pecuária. Hoje possuem um sistema produtivo diversificado, com o domínio da agropecuária (Cordeiro, *et al.* 2017, P. 28;32)

Antes da intervenção do governo português, especialmente sob a liderança de Pombal, as condições no nordeste paraense eram caracterizadas pela baixa população, economia predominante extrativista, desafios naturais como a dificuldade de acesso às terras e aos recursos hídricos e conflitos entre os europeus e os indígenas, como também entre o colono e os jesuítas (Dias, 1967). Situação que mudou após a Companhia Grão – Pará e Maranhão, que incentivou a transição de práticas de extrativismo e agricultura de subsistência para uma agricultura mercantil, incluindo culturas tropicais como o cacau, algodão, arroz, café e tabaco (Dias, 1967).

O primeiro ciclo é resultante das primeiras viagens dos europeus pelos rios ao interior do estado; já o segundo, avançou dos anos 50 até os anos 80 do século XX, com as aberturas de estradas e grandes rodovias, a partir do plano de integração nacional dos governos militares (Cordeiro *et al.*, 2017). Segundo Cordeiro *et al.* (2017), os rios que foram utilizados para as primeiras viagens ao interior do estado, foram os rios Acará, Guamá e o Capim, sendo este último, de maior importância para este trabalho.

Moraes (2012) contribui com o debate sobre a colonização da região, dizendo que em verdade, “a colonização portuguesa na região desses rios da Amazônia oriental teve como epicentro político, econômico e social, a consolidação da cidade de Belém no início do século XVII, concordando com Dias (1967), sendo governada pelas capitânias reais e hereditárias o que levou a um crescimento da cidade em grande escala, econômica e demográfica (Moraes, 2012, p. 99).

Diante todo esse primeiro momento, a capital do estado do Pará já possuía domínio na região no período colonial. Esta colonização teve como principal motor a mobilização nacional, que transformou a região em um espaço de desenvolvimento econômico (Dias, 1967). O sucesso estava ancorado pelo ciclo econômico do cacau (1678 – 1822) e da borracha (1876 – 1912), gerando demandas por alimentos e insumos, e a partir do séc. XVIII, a colonização atingiu seu ponto auge, gerando o desenvolvimento e abastecimento dos mercados de Belém (Rebello, 2012).

2.2.1 Colonização do Vale do Capim (Séc. XVII ao Séc. XIX)

No tocante à região do vale do capim, a mesorregião e microrregião são importantes para o surgimento de uma economia agrária e é crucial descrever como ocorreu sua colonização, que teve início no Séc. XVII, e foi até o final do. XIX, com a abolição da escravidão negra (Moraes, 2012). Durante a ocupação do rio capim, o trabalho escravo consistia nas grandes e pequenas plantações de Cana- de Açúcar que se localizavam próximas das várzeas. Em terra firme, continha o cultivo

do arroz, roça de mandioca e milho, associadas ao extrativismo vegetal. Segundo Moraes (2012, p. 101), “nesse primeiro período vigorou o trabalho escravo indígena, que junto com os colonos representavam a dominância demográfica até o final do séc. XVIII”.

Às margens do rio Capim, foram construídas grandes feitorias para a produção de açúcar e engenhos de alambique, em conjunto a essas grandes atividades econômicas, associava-se o cultivo do arroz, algodão e outros produtos que supriam o comércio local e o externo (Farias, 2021). Se tratava de engenhos reais, que utilizavam os ciclos da maré para mover as rodas d’água. Já ao final dos anos oitocentos, a “farinha, milho, feijão, tabaco, madeiras, borracha, cravo, copaíba, breu, aves, porcos, peles e frutas como o bacurí, ananás, laranjas e abacates, eram produzidas para o consumo interno e comercialização externa” (Farias, 2021, p. 902)

Sobre as plantações de cana-de-açúcar na Amazônia, a região do Vale do capim e proximidades, foi uma das mais importantes no ramo, haja visto o insucesso do empreendimento em outras regiões do estado, devido às condições do solo, o clima e a tendência ao trabalho da extração animal e vegetal (Tocantins, 1982). Um reforço dessa hipótese se encontra na busca sobre os principais produtores de açúcar do estado do Pará no século XVIII, e a região nordeste figura como a principal, sendo o município do Acará o grande representante da importância dos engenhos de açúcar na região, se diferenciando de outras regiões do estado em vários aspectos, incluindo a escala de produção, a estrutura social e as condições geográficas (Marin, 2000). Vale aqui destacar o que fez a região do vale do capim ser diferente de outras do estado.

Segundo Marin (2000), pode-se apresentar três condições que fizeram da região, o diferencial para a produção de açúcar e aguardente, a primeira é a **escala produtiva**: A produção era uma das principais atividades econômicas, contendo vários engenhos dedicados ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar; a segunda é a **estrutura social**: A presença de engenhos no nordeste paraense estava associada a uma estrutura social que incluía uma classe de senhores de engenho que possuíam escravos e lavradores. Em outras áreas do Pará, a estrutura social poderia ser mais diversificada, com uma maior presença de pequenos agricultores e menos concentração de poder nas mãos de grandes proprietários de terras; a terceira está nas **condições geográficas**: com suas terras alagadas e a proximidade dos rios, favorecia o cultivo da cana-de-açúcar, embora também apresentasse desafios, como a dependência das vazantes para a produção. Em contraste, outras regiões do Pará poderiam ter condições mais favoráveis para diferentes tipos de cultivo ou

atividades econômicas, como a pecuária ou a agricultura de subsistência, que não dependiam tanto da produção açucareira (Marin, 2000)

Tocantins (1982) já apontava algumas dessas condições, quando afirmou que as capitanias hereditárias mais afastadas incorporaram muito mais o trabalho extrativista que o adotado no sul do Brasil. Além do mais, houve a intensificação da extração de produtos naturais após a primeira revolução industrial. Farias (2021), também contribuiu com esse ponto, apresentando as condições geográficas como condicionante para o êxito das feitorias do capim, decorrendo da utilização do rio como força energética para mover as moendas e fertilizar os canaviais amazônicos. O que ficou evidente é que a região do vale do capim, aglutinou todos os fatores para uma economia canavieira e as outras regiões apresentaram diversidade de atividades e estruturas sociais particulares da sua região.

No início do séc. XVIII, as aldeias ainda estavam em posse dos religiosos, “quando a coroa portuguesa proibiu a utilização de mão de obra indígena nos canaviais, engenhos e áreas de cultivo de tabaco”, ocasionando a dispersão e o esvaziamento de vilas, e o surgimento de outras (Moraes, 2012, p. 101). Essa proibição foi por meio da lei de 6 de julho de 1755, conhecida como Diretório do índio (Farias, 2021; Moraes, 2012). Durante este processo o trabalho escravo foi intensificado na mão de obra escrava vinda da África, pela companhia de comércio Grão Pará e Maranhão, onde segundo Farias (2021), no ofício de compra dos escravos dizia apenas que eram etíopes e que seriam mais adequados à aplicação das lavouras, em relação aos indígenas e brancos pobres. De acordo com Moraes (2012, p.103), “no período de 1870 havia no rio capim 10.163 almas, entre as quais predominaram o Tapuya, com o seu cruzamento, e a preta, que geralmente representava a escravatura que se achava dividida pelos engenhos”.

Desse modo, com a abolição da escravidão dos povos africanos, as unidades de beneficiamento de cana de açúcar não tiveram mais tanta produtividade, e devido a diminuição da mão de obra, o poder do latifúndio enfraqueceu e os grandes engenhos foram abandonados (Moraes, 2012). Alguns ex cativos saíram das fazendas e espalharam-se, outros permaneceram nas fazendas, próximas dos rios e igarapés, formando comunidades, comunidades estas que permanecem até os dias atuais, se tratando de “distintos processos de territorialização étnica dos vales, desses rios e igarapés Amazônicos, notavelmente demonstrados na atualidade pela mobilização social e política de povos e comunidades tradicionais na luta por direitos etnoterritoriais” [...] (Moraes, 2012, p.110).

Portanto, destaca-se neste primeiro momento da colonização a primeira grande mudança, destacando que essa região foi uma das primeiras áreas de ocupação na Amazônia da qual incentivou a transição de uma economia extrativista para uma agricultura mercantil. A exploração do cacau e da borracha, bem como a produção de açúcar, foram atividades econômicas marcantes. A escravidão indígena e africana desempenhou um papel central na colonização, e a abolição da escravidão levou ao declínio das grandes propriedades agrícolas. Posteriormente, as comunidades formadas por ex-escravos e povos tradicionais passaram a lutar por direitos etnoterritoriais.

2.2.2 O Segundo ciclo de colonização do Vale do capim e suas mudanças no Século XX

Após um breve panorama da colonização do vale do capim do século XVII ao século XIX, decorre o segundo ciclo da colonização, cujo estruturou a organização territorial que se conhece atualmente. Os territórios no Nordeste Paraense, passaram ao longo dos dois últimos séculos, por atividades antrópicas de extremo impacto, como a construção da rodovia federal BR-010 (Belém – Brasília), a expansão do agronegócio representado pela soja, a extensão de pastagens de gado, a agricultura mecanizada e a extração de minério, alterando as relações de trabalho e criando conflitos territoriais na mesorregião (Cordeiro *et al.*, 2017; Moraes, 2012).

Resistindo e se adaptando aos impactos na microrregião, há ribeirinhos, agricultores e quilombolas, além de seis territórios indígenas, sendo que quatro estão localizadas no alto capim, nos municípios de Nova esperança do Piriá e Santa Luzia do Pará, sendo elas, a Timbira, Urubu, Kaapore e Tembe (Cordeiro *et al.*, 2017). A demarcação de terras que corresponde aos remanescentes de povos quilombolas, na microrregião do Guamá, segundo Cordeiro *et al.* (2017), possuem quinze áreas demarcadas pelo INCRA e ITERPA, onde São Domingos do Capim possui sessenta e seis famílias vivendo nessas áreas demarcadas.

As consequências desses impactos, trouxeram junto aos problemas socioeconômicos, conflitos territoriais e ambientais, como por exemplo, o deslocamento de populações tradicionais e ribeirinhos de seus territórios para os centros urbanos, bem como a poluição de rios e igarapés. Esses movimentos só foram possíveis, mediante a característica de ocupações dos territórios na Amazônia, que obteve inúmeros acordos de incentivos e financiamento para o agronegócio e a mineração, sendo uma delas, o incentivo à vinda de imigrantes japoneses e sulistas (Loureiro, 1992; Magalhães, 1996; Cordeiro *et al.*, 2017).

O outro movimento migratório foi o de nordestinos, para a extração da borracha e outros projetos econômicos da época. Decorreu do estado o estímulo para sua colonização que acabou por ocasionar a interação de culturas diferentes em territórios desconhecidos, conflitos de ontologias e modos de viver. Loureiro (1992) descreve como esses migrantes, em especial os nordestinos, enfrentaram uma natureza desconhecida:

[...] a dificuldade de reconhecer as árvores e de extrair delas as essências medicinais e os frutos. Desconhecem a arte ou o ofício da pesca – já procedem de áreas secas do nordeste do Brasil. Lá tem eles uma secular vinculação com a agricultura, cultivando o algodão e, especialmente o arroz... Esta súbita necessidade de adaptação à Amazônia lança os migrantes que chegam à região noutras atividades, diferentes daquelas praticadas regularmente pelos naturais do nordeste (Loureiro, 1992. p. 22)

Até o final dos anos 1950, dependia-se das produções extrativistas e de agricultura, chegando em termos percentuais de 57, 9 %, ou seja, mais da metade da população ativa economicamente (Loureiro, 1992). O discurso feito nessas épocas pelos governos Ditatoriais do Brasil, com o intuito de incentivar grupos de trabalhadores rurais de outras regiões do Brasil a virem para a região Norte era ligado às promessas de fartura de terras, de que havia uma terra selvagem que precisava ser domesticada, sendo deixado de lado, o fato de que havia pessoas morando nesses lugares, grupamentos que faziam parte da região desde muito tempo, conforme o caso do Vale do Capim (Araújo, 2015).

Como já foi mencionado no tópico anterior, o Vale do Capim e o nordeste paraense como um todo fez parte da primeira fronteira agrícola da Amazônia, onde acostumou seus moradores às intempéries do modelo “*plantation*” feudal. As novas alterações trouxeram aos atingidos a necessidade de se organizar politicamente e lutar por seus direitos à terra e à permanência de seus modos de vida. Como fala Cordeiro *et al.* (2017):

Nessa mesorregião a condição histórica e geográfica influenciou no sistema de manejo do solo, com reflexos no valor cultural, social, econômico, político e ambiental da população local. Todo esse processo relacionado com agricultura, extrativismo, produção mecanizada e os grandes projetos de extração minero-metalúrgicos e agropastoris levou, em grande parte, a expulsão de muitas comunidades tradicionais dos seus locais de origem (p. 21)

A abertura da BR-316, representou um marco significativo na infraestrutura de transporte do nordeste paraense. Inaugurada em um contexto de desenvolvimento econômico e social, a rodovia facilitou a conexão entre a capital paraense, Belém, e o interior do Brasil, promovendo a

integração regional. Antes da sua construção, a região era caracterizada por um acesso limitado, dependente de transportes aéreos dispendiosos e de navegação fluvial esporádica (Rebello, 2012).

Rebello (2012) explica em sua tese, que a nova rodovia não apenas melhorou a mobilidade, mas também possibilitou o escoamento de produtos locais, como a farinha, para mercados consumidores em estados vizinhos, como Maranhão e Piauí, ampliando as oportunidades econômicas para os habitantes da região, mas também surgindo alguns problemas oriundos de ocupação indevida de terras e desmatamento.

Portanto, com a chegada deste empreendimento, uma série de atividades comerciais e de serviços emergiu ao longo da rodovia (Rebello, 2012). O surgimento de marreteiros, que ofereciam uma variedade de produtos, desde roupas a munições, e a instalação de oficinas de automóveis, hotéis e restaurantes, são exemplos das transformações econômicas que ocorreram, como fica evidente:

É digno de nota que o advento dessa fez rodovia florescer uma gama de gama de comércio e serviços à beira da estrada. Um deles eram os marreteiros com sua diversidade de produtos, que iam roupas do popular, perfumes baratos, munições de armas de caça até cordões de ouro confeccionados no Ceará [...] as próprias empresas de transporte, como a Transbrasiliana, tiveram que edificar garagens, postos de combustíveis, hotéis e restaurantes como forma de assegurar a infraestrutura necessária aos seus veículos, funcionários e passageiros (Rebello, 2012. p.143)

A rodovia também impulsionou o crescimento da pecuária, resultando na abertura de churrascarias nas áreas de pastagem. Essa diversificação econômica foi crucial para a geração de empregos e a melhoria das condições de vida na região, que antes enfrentava desafios significativos, como a escassez de infraestrutura e serviços básicos (Rebello, 2012).

Além das transformações econômicas, a abertura da rodovia teve um impacto social profundo. A migração de trabalhadores das empreiteiras que construíram a estrada contribuiu para a miscigenação de raças na região, promovendo um intercâmbio cultural significativo (Rebello, 2012). O casamento entre pessoas de diferentes origens, como elementos do sul do Brasil e nativos da região, resultou em uma nova dinâmica social. Essa interação não apenas enriqueceu a cultura local, mas também ajudou a estabelecer novas comunidades e redes sociais, fundamentais para o desenvolvimento regional (Rebello, 2012).

Entretanto, a expansão da infraestrutura rodoviária também trouxe desafios. A presença de grileiros e a exploração de recursos naturais se tornaram preocupações crescentes, à medida que a rodovia facilitava o acesso a áreas antes remotas. O crescimento desordenado e a falta de

planejamento estratégico resultaram em problemas sociais e ambientais, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir um desenvolvimento sustentável. A experiência do nordeste paraense serve como um alerta sobre os riscos associados à rápida urbanização e à exploração econômica sem a devida consideração pelas comunidades locais e pelo meio ambiente

Em suma, a abertura da BR-316 e a rodovia Belém-Brasília transformaram profundamente o nordeste paraense, promovendo a integração econômica e social da região. Embora tenha trazido benefícios significativos, como a diversificação econômica e a melhoria das condições de vida, também apresentou desafios que exigem atenção contínua. O equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade é essencial para garantir que as transformações ocorram de maneira justa e benéfica para todos os habitantes da região (Rebello, 2012).

2.2.3. Dendê e Mineração

A cultura da palma de óleo inicialmente se desenvolveu de forma subespontânea, especialmente no litoral da Bahia. No entanto, foi somente na década de 1960 que a industrialização do óleo de palma começou a ganhar força, com a criação da Opalma, uma subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional, que visava atender à demanda do setor siderúrgico nacional. Essa iniciativa marcou o início de um processo que buscava não apenas a produção de óleo para consumo interno, mas também a exploração comercial em larga escala (Rebello, 2012).

Segundo Rebello (2012), com o passar dos anos, o estado do Pará emergiu como um dos principais focos para o cultivo de palma de óleo, especialmente após a criação da empresa Dendê do Pará S.A. (DENPASA) em 1974. A entrada da iniciativa privada nesse setor trouxe uma nova dinâmica à atividade, com a instalação de fábricas de beneficiamento de óleo e a primeira exportação de óleo de palma para a Holanda ocorrendo em 1980. O governo federal também se envolveu, lançando o Programa Nacional de Óleos Vegetais para fins Energéticos (PROOLEO), que visava estimular a produção de óleo de palma para misturas com óleo diesel. No entanto, o programa enfrentou dificuldades devido à queda nos preços internacionais do petróleo, o que limitou seu sucesso (Rebello, 2012).

Nas últimas duas décadas, os projetos agrícolas vinculados à monocultura do dendê vem sendo o novo vilão para as populações do vale do capim, no entanto, o dendezeiro chega ao nordeste paraense um pouco antes, nas décadas de 1940 e 1950, como projeto estatal, assim como outras

culturas já mencionadas (Nahun *et al.*, 2020), durante esse primeiro período, a região de São Domingos do Capim passa sem grandes alterações, mas após o Decreto nº 7.172, que aprovou o zoneamento agroecológico da cultura de palma de óleo (Brasil, 2010), criou-se as condições necessárias para o estabelecimento e o surgimento de novas empresas no ramo (Nahun *et al.*, 2020).

Antes dos programas de incentivo aos dendeicultores, havia quatro empresas na região de Tomé-açu, eram elas o Grupo Agropalma, a MARBORGES, a DENDETAUÁ e a DENPASA, hoje são treze empresas funcionando, e duas no município de São Domingos do Capim, a BBB/GALP e a ADM (Nahun *et al.*, 2020). Segundo Moraes (2012), essas empresas atuam com estratégias de compra de áreas de fazendas, exercendo pressão e coerção de lideranças das entidades dos movimentos do campo, como fica evidente em sua tese sobre os povos quilombolas da região:

[...] a pressão decorrente do avanço dos projetos de monocultura de dendê, vem desde o município de Concórdia do Pará pela margem esquerda do rio, sob o controle principal da empresa Biovale, e pela margem direita de São Domingos do Capim através do recente estabelecimento da empresa ADM (Moraes, 2021, p. 67).

O crescimento desordenado da indústria, sem um planejamento adequado, resultou em conflitos de terra e na degradação de ecossistemas locais. Além disso, a dependência de uma única cultura para o desenvolvimento econômico levantou preocupações sobre a sustentabilidade a longo prazo e a resiliência da economia regional (Rebello, 2012).

Em pesquisas mais recentes sobre os impactos da cultura do Dendê, na região nordeste paraense, em especial, no município de Concórdia, a pesquisa de Saavedra (2017), traz os problemas que eram anunciados, e hoje são evidenciados como transformações negativas, e essas transformações incluem: **1) impacto no modo de vida; 2) Mudanças ambientais; 3) Submissão a lógica capitalista; 4) Desintegração Social.**

A primeira, **1)** a introdução da monocultura do dendê e a presença da Biopalma alteraram significativamente os modos de vida tradicionais dos quilombolas, que historicamente dependiam da agricultura familiar e dos recursos naturais de seus territórios, bem como a transição para o trabalho assalariado na agroindústria muitas vezes não foi positiva, levando a uma desvalorização das práticas agrícolas tradicionais; **2)** na segunda, a expansão das plantações de dendê resultou em alterações no meio ambiente, incluindo desmatamento e degradação dos ecossistemas locais que não afetam apenas a biodiversidade, mas também comprometem os recursos naturais que as

comunidades quilombolas utilizam para sua subsistência; **3)** na terceira, a presença da Biopalma e outras empresas do setor agrícola impuseram uma nova lógica de reprodução do capital, que muitas vezes submete as populações locais a condições de trabalho precárias e a uma dependência econômica das grandes empresas, levando à perda de autonomia e controle sobre suas próprias vidas e territórios; por último, a quarta é a mudança nas dinâmicas de trabalho e a migração de trabalhadores para a agroindústria que causam a desintegração social nas comunidades, afetando as relações familiares e comunitárias, causando a busca por empregos assalariados que resultam em um afastamento das práticas comunitárias e da solidariedade que caracterizavam a vida quilombola (Saavedra, 2017).

Para Saavedra (2017), essas transformações negativas destacam os desafios enfrentados pela comunidade quilombola Santo Antônio em Concórdia do Pará, mas que podem ser aqui tomadas como medidas de comparação com o contexto da pesquisa realizada na comunidade Independência, apesar da mesma não se considerar uma comunidade quilombola, compartilham alguns aspectos dos seus modos de vida como a agricultura, pesca e o cultivo do açaí, e fazem parte da mesma mesorregião.

De acordo com Moraes (2012), não são apenas os projetos do dendê que impactam a vida e o meio ambiente dos moradores do Vale do Capim, a mineração do caulim e bauxita nos municípios de Paragominas, Ipixuna e Moju, vem provocando a contaminação das águas dos rios, igarapés e lençóis freáticos com resíduos químicos na região. As principais empresas são a Pará Pigmentos (PP) e a Rio Capim Caulim (RCC), ambas fazem parte da Vale AS (Moraes, 2012).

Ambos os projetos, tanto do Dendê, quanto da mineração, trazem impactos ao meio ambiente e afetam diretamente os modos de vida dos ribeirinhos do Vale do Capim, afetando a pesca, a agricultura e o extrativismo vegetal na região. Deste modo, as águas do Rio Capim e seus igarapés, ao longo dos anos da implementação da mineração, tem se tornado imprópria para o consumo, “de forma que as comunidades têm sofrido com casos de doenças de pele, além da brusca diminuição do pescado na sua dieta devido a mortandade de peixes” (Moraes, 2012, p. 131)

Para Cordeiro *et al.* (2017), apesar das investidas do agronegócio, e os impactos da mineração, a base da economia na região ainda é a agricultura de subsistência, de base familiar ou comunitária, que foi incentivada no final da década de 80, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mas também com a organização dos movimentos sociais que construíram políticas públicas para o fortalecimento da agricultura

familiar. De todo modo, o movimento econômico impulsionou também, alguns avanços dentro da perspectiva capitalista da modernidade, como a melhoria de serviços, infraestrutura e logística onde antes não havia. Impulsionou os comércios locais, o acesso aos industrializados se tornou uma alternativa rápida e passaram a depender menos de Belém para a compra e venda de alimentos e produtos essenciais para sua reprodução econômica.



CAPÍTULO 3: O CONCEITO DE COMUNIDADE E AS COMUNIDADES AMAZÔNICAS

CAPÍTULO 3: O CONCEITO DE COMUNIDADE E AS COMUNIDADES AMAZÔNICAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas contribuições de autores da sociologia e antropologia sobre o conceito de comunidade, em especial, as comunidades amazônicas, a partir das viagens de campo, apresentando as teorias e categorias socioantropológicas que sustentam esta pesquisa. A relação humano e não humano neste capítulo ganhará mais importância que nos anteriores, portanto, será empregado um tópico para seu desenvolvimento, tendo o “Rio Capim”, como principal entidade.

Para o exercício de apropriação e “análise” do conceito comunidade/comunidade Amazônica, foi utilizado autores como Antonio Candido (2010), com sua obra *Os parceiros do rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*; Charles Wagley (1955), com *Uma comunidade Amazônica: Estudo do homem nos trópicos*; e Eduardo Galvão (1955) em *Santos e visagens: Um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. Estes clássicos da Sociologia e da Antropologia conduziram esta dissertação à estruturação do que vem a ser uma comunidade, conectando ao objeto de estudo da dissertação, a comunidade Independência.

Os autores clássicos acima são os principais norteadores deste capítulo, no entanto, outros trabalhos que discutem a temática contribuíram para o condensar, principalmente no que tange o contexto atual, como por exemplo, Thales Cañete (2017); Renato Caetano (2022); e Neuzeli Pinto (2013), em suas teses de doutorado, traçando novas abordagens e contribuições sobre comunidades rurais amazônicas ou ribeirinhas, com suas particularidades, mudanças e permanências no decorrer do tempo. Por fim, as contribuições de conceitos sociológicos e antropológicos de George Simmel (1858-1918), em seus escritos sobre a sociabilidade em *“Questões Fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade (2006)”*; na teoria Ator-Rede (ANT), de Bruno Latour, a partir de John Law (2020); e uma reflexão sobre a economia da comunidade, segundo Karl Polanyi (1886-1964), em *a Subsistência do Homem: a falácia economicista* de 2012 [1977].

3.1 Reflexões sociológicas sobre o conceito de Comunidade

Antes de proceder à descrição dos conceitos de comunidade e das comunidades amazônicas, torna-se necessário apresentar algumas reflexões sociológicas sobre as relações sociais, a partir das contribuições teóricas de Karl Marx (1867), complementadas pela perspectiva de Max Weber

(2012). Esta reflexão visa estruturar os conceitos subsequentes e conferir sustentação à proposta de análise socioantropológica que orienta a caracterização das comunidades amazônicas, articulando com exemplos práticos observados na pesquisa de campo.

No âmbito das concepções marxianas, a análise sociológica sobre a formação das organizações e dos grupamentos sociais fundamenta-se na relação entre os indivíduos e o meio ambiente, mediada pelo trabalho enquanto atividade essencialmente social e transformadora. Para Marx (1867), ao transformar a natureza por meio do trabalho, o ser humano não apenas satisfaz suas necessidades materiais, mas também transforma a si mesmo, constituindo as bases objetivas das relações sociais. Em outras palavras, a forma como são produzidos os meios de produção, pressupõe as relações sociais de uma sociedade (Marx, 1867).

Contudo, essa relação não se estabelece de maneira harmônica ou neutra. Sob a lógica do modo de produção capitalista, a interação entre sociedade e natureza tende a provocar a degradação ambiental e a expropriação dos recursos naturais, em função da centralidade da acumulação de capital. Tal dinâmica expressa a contradição inerente ao capitalismo, na qual o trabalho, ao mesmo tempo em que cria riqueza, também fomenta desigualdades sociais e impactos ecológicos negativos.

É nesse contexto que Marx (1867) elabora o conceito de acumulação primitiva, fundamental para compreender a separação histórica entre os produtores e os meios de produção. Conforme aponta Marx (1867, p. 961), “[...] não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e os meios de produção. Ela aparece como primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. Assim, as culturas tradicionais podem ser interpretadas, nessa perspectiva, como aquelas que se desenvolvem em modos de produção pré-capitalistas, frequentemente vinculadas à pequena produção mercantil e a formas mais diretas e sustentáveis de relação com a natureza.

A incorporação dessa leitura é particularmente relevante para a análise das comunidades amazônicas, dado que estas, historicamente, se organizam com base em relações sociais que precedem e resistem, em certa medida, à lógica da grande produção capitalista, configurando modos próprios de interação com o meio ambiente e de reprodução social.

No que se refere às comunidades amazônicas, tomando como exemplo a comunidade Independência, as relações ainda se constituem de forma familiar e comunitária: há divisão igualitária do peixe entre os parceiros, empréstimo e troca de redes e ajuda mútua entre irmãos e

vizinhos. A produção da farinha é outra atividade que é realizada envolvendo vários familiares, fixando a ajuda mútua, não existindo exploração formal da força de trabalho. A produção não é voltada prioritariamente para o mercado, mas para o autoconsumo.

Outro ponto importante para ser mencionado sobre a comunidade é a utilização das técnicas e ferramentas como a tarrafa na pesca e a enxada na agricultura, predominando a não mecanização das atividades. Neste sentido, a introdução de ferramentas mecanizadas e técnicas de larga escala caracterizam a transição para formas capitalistas ou mais complexas de produção.

Nota-se transições mais evidentes na comunidade Independência, quando se passou a plantar açaí não só para o consumo, mas também para venda, aproveitando a maior facilidade de escoamento da produção com a abertura de estradas que ligam a comunidade a outras localidades. O processo de substituição da roça de mandioca, de trabalho coletivo, pelo açaizal, que pode ser gerido individualmente, aponta para uma individualização crescente do trabalho.

Complementarmente, à perspectiva marxiana é possível agregar a interpretação Weberiana sobre as relações sociais. Para Weber (2012), a relação social é definida como uma forma específica de comportamento orientado pelo sentido que os indivíduos atribuem às suas ações, na medida em que essas ações se referem reciprocamente entre si. Segundo Weber (2012, p. 16):

Por “relação” social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto ao seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. As relações sociais consistem, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade (Weber, 2012, p. 16).

Essa dimensão relacional comprova que, mesmo em interações que podem apresentar elementos de unilateralidade objetiva — como quando um pescador empresta uma rede de pesca, ou uma canoa, esperando que, no futuro, o favor seja retribuído, mas sem uma garantia concreta —, há uma relação social efetiva, pois as ações são orientadas pela referência recíproca às atitudes esperadas dos demais (Weber, 2012). Assim, Weber (2012) contribui para a compreensão da complexidade e da fluidez dessas relações, afastando a ideia de que apenas interações perfeitamente simétricas constituem relações sociais. Assim, a integração entre as contribuições marxianas e weberianas oferece uma compreensão das relações sociais que estruturam as comunidades amazônicas, permitindo problematizar tanto suas bases materiais quanto simbólicas, a partir de uma perspectiva socioantropológica crítica.

Neste sentido, as comunidades amazônicas estão em qual momento histórico do processo de produção e reprodução capitalista? Fato é que, seja conservando uma certa tradicionalidade afetiva ou não, as comunidades amazônicas possuem seus próprios modos de vida. Compreendido este ponto, pode-se avançar para o contexto em que se encontram as comunidades amazônicas, fazendo parte do conceito de populações tradicionais, e que, segundo Diegues (1983) e Lima e Pozzobon (2005), estão dentro das mudanças socioambientais causadas pela racionalidade econômica capitalista – e mesmo assim desenvolvem um *ethos* de sustentabilidade ecológica.

É possível destacar diferenças conceituais entre comunidades tradicionais, povos e populações tradicionais, que ajudam a compreender suas especificidades e posicionamentos no debate socioambiental. Tendo como base os estudos de Manuela Carneiro da Cunha (1999; 2001), Thales Cañete (2012), Brandão (2015) e Diegues (2000), é importante destacar que o conceito de “populações/povos e comunidades tradicionais” resulta de um longo processo de tensões e lutas sociais. Nesse processo, os próprios agentes sociais historicamente excluídos e pauperizados desempenharam um papel fundamental na construção de suas identidades, bem como na conquista do reconhecimento jurídico-político de seus direitos (Cañete, 2012).

Essa perspectiva contribui para romper com dicotomias simplificadoras, tais como moderno/tradicional ou rural/urbano (Cañete, 2012). Ao invés disso, evidencia-se a dinâmica complexa de interlocução entre esses grupos e a sociedade mais ampla, inclusive mediante sua inserção em mercados e sua relação com políticas públicas, o que demonstra a heterogeneidade e a vitalidade dessas populações no contexto contemporâneo (Cañete, 2012).

O conceito de povos tradicionais, o qual foi utilizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), demonstra uma vertente bastante ampla, inclusive englobando os povos indígenas. A noção de identidade indígena e a garantia de seus direitos advém da Carta Magna de 1888, por outro lado, a identidade de populações tradicionais toma proporção mediante a Lei nº 9.986 de 18 de julho de 2000 (Cañete, 2012). Por outro lado, pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição [...] (Brasil, 2007, p. 316).

Os territórios também são específicos, bem como a importância em relação ao desenvolvimento sustentável, sendo considerados como:

[...] espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (Brasil, 2007, p. 316)

A perspectiva marxiana destaca a interação entre o homem e a natureza, fundamental para a compreensão das populações tradicionais que operam dentro de um modo de produção pré-capitalista, marcado pela acumulação primitiva. Por outro lado, a perspectiva weberiana enriquece essa análise ao enfatizar a importância das ações sociais dotadas de significado e a distinção entre relações comunitárias e associativas (Marx, 1867; Weber, 2012).

Ao integrar essas perspectivas, é possível avançar para a análise específica das comunidades amazônicas. Esses grupos, considerados povos tradicionais, enfrentam mudanças socioambientais impulsionadas pela racionalidade econômica capitalista, mas ainda mantêm um ethos de sustentabilidade ecológica. A definição de povos tradicionais, conforme o Decreto nº 6.040/2007, ressalta sua organização social única e a dependência dos territórios para a reprodução cultural, social, religiosa e econômica.

Dessa forma, a análise socioantropológica das comunidades amazônicas deve considerar tanto as interações históricas e econômicas quanto às práticas culturais e de sustentabilidade que definem esses grupos. Essa abordagem permite uma compreensão mais abrangente e profunda das complexas relações que caracterizam as comunidades amazônicas, proporcionando um suporte teórico essencial para futuras investigações e políticas voltadas à preservação e valorização desses povos.

Assim sendo, quando se propõe a desenvolver as características da categoria “comunidade” e “comunidades amazônicas”, Antônio Candido (2010), descreve uma comunidade no contexto da vida do “caipira” paulista, seria como *“uma unidade social dinâmica sendo caracterizada por interdependência e relações de solidariedade, que possuem alguns aspectos, por exemplo: A estrutura ecológica e social; níveis de dependência; flexibilidade e coesão; relações com o exterior; cultura e identidade”* (Candido, 2010).

Esses elementos trazidos por Candido (2010), refletem a complexidade das comunidades caipiras, que foram moldadas por suas interações sociais, culturais e econômicas, e que enfrentaram

desafios por estarem mergulhadas em um contexto de mudança e transformações. Para a sociologia e antropologia, trazer esses conceitos para o debate é enriquecedor, inclusive para que continuem os avanços das ciências sociais nestes estudos.

Devido a categoria “comunidade” ser um conceito central na sociologia e antropologia, será apresentado algumas contribuições para o conceito a partir das perspectivas de George Simmel e Karl Polanyi. Esses pensadores oferecem uma visão única que enriquece nossa compreensão sobre o que constitui uma comunidade, seus elementos e sua importância nas estruturas socioeconômicas.

Simmel (2021), em seu livro *Sociologia: os estudos sobre as formas de sociação*, destaca a importância das interações face a face e o papel das emoções na construção de vínculos comunitários. Ele sugere que a vida comunitária é caracterizada por um sentimento de pertencimento e solidariedade, onde os indivíduos compartilham valores e experiências comuns. A intensidade dessas interações é o que diferencia uma comunidade de uma sociedade, que, segundo Simmel (2021), é mais marcada por relações impessoais e instrumentais. Ou seja, em uma cidade, as relações se constroem por relações profissionais, pela falta de envolvimento emocional, ou pela busca de um objetivo específico para alcançar outro objetivo (Simmel, 2021).

Além dos vínculos e o compartilhamento de valores, Simmel (2021) se preocupa em apontar digressões nas relações em sociedade, e a formação de uma comunidade pode ser influenciada pela percepção dos indivíduos sobre si mesmos em relação ao grupo. Quando os membros de uma comunidade não se veem como distintos, mas como partes de um todo, isso pode levar a uma brutalidade que é diferente da tirania de um príncipe, pois a reciprocidade na relação é perdida (Simmel, 2021).

Portanto, para Simmel (2021), as relações sociais são essenciais para a formação de comunidades, e que a dinâmica entre os indivíduos e o grupo pode influenciar tanto a coesão quanto a brutalidade dentro dessas comunidades e depende da ausência ou permanência de reciprocidade, pois sem ela não há sustentação na sociedade.

Já na contribuição de Karl Polanyi (2012) em sua abordagem sobre a economia, critica o liberalismo econômico, analisa a relação do mercado nas comunidades “primitivas” e a partir do seu estudo, afirma que a economia de mercado antes do estabelecimento da estrutura capitalista, tinha suas raízes vinculadas nas relações sociais, situação que não se encontra na economia capitalista liberal. Em outras palavras, nas comunidades primitivas o mercado era um espelho das

relações sociais, já no sistema capitalista, as relações sociais são direcionadas pelos mecanismos econômicos que não surgem das relações sociais (Cangiani, 2012).

Polanyi (2012) argumenta que nas “sociedades primitivas”, as transações econômicas estão profundamente entrelaçadas com aspectos sociais, políticos e culturais. Isso contrasta com a visão moderna de uma economia de mercado isolada, destacando a necessidade de entender as interações sociais que moldam a economia. Nessas comunidades, o comércio não era motivado por lucro individual, mas sim por relações sociais e cerimoniais. As trocas são frequentemente organizadas em contextos de reciprocidade e solidariedade, o que sugere que a economia pode ser fundamentada em princípios diferentes dos que dominam as economias de mercado contemporânea (Polanyi, 2012; Cangiani, 2012). Segundo Polanyi:

Nas sociedades primitivas, o processo econômico se relacionava especialmente com o grupo familiar, o Estado, a magia e a religião. Esses domínios também geravam os sistemas de *status*, dos quais as transações econômicas tenderam a se “desprender”. A formação do Estado oferece uma explicação para o salto aparente que separa o nível da tribo ou do clã, de um lado, e a sociedade arcaica, de outro (p.107)

Para este trabalho, as contribuições de Polanyi sobre a economia, corresponde na formulação de economias próprias das comunidades, que podem ser organizadas de maneira mais sustentável e socialmente responsável, desafiando a ideia de que o mercado é a única forma viável de organização econômica, enfatizando a importância das relações sociais na formação das práticas econômicas (Cangiani, 2012). Neste sentido as contribuições de Antônio Candido (2010) sobre a interdependência, solidariedade e dinâmica social das comunidades caipiras servem como ponto de partida para compreender estruturas similares nas comunidades amazônicas. O que pode ser dialogado com Simmel (2021), pois suas teorias demonstram a importância das interações face a face e das emoções na construção de vínculos comunitários, além dos riscos da ausência de reciprocidade.

Já a visão crítica de Polanyi e Cangiani (2012), sobre a economia de mercado, destaca como nas sociedades primitivas, as transações econômicas eram profundamente interligadas às relações sociais, sugerindo um modelo alternativo para a organização econômica. Essas abordagens, quando aplicadas ao contexto amazônico, revelam que as comunidades não são apenas unidades geográficas, mas sistemas complexos onde a cultura, a economia e as relações sociais estão interconectadas, desafiando modelos econômicos e sociais modernos ao propor uma perspectiva mais integrada e sustentável.

Após se compreender a importância das relações sociais e o conceito de comunidade que irá conduzir este capítulo, e como ele dialoga com as comunidades amazônicas, será apresentado as contribuições sobre as características de uma comunidade amazônica, segundo Candido (2010) e Galvão (1955). Portanto, será apresentada a partir da sua estrutura social e a relação com o meio ambiente.

3.2 Comunidade Amazônica e Relação com o Ambiente

Uma comunidade amazônica é frequentemente caracterizada por uma estrutura social baseada na interdependência. As famílias se organizam em grupos que compartilham recursos, conhecimentos e práticas culturais. Essa solidariedade é fundamental para a sobrevivência em um ambiente que pode ser tanto rico em recursos naturais quanto desafiador devido à sua diversidade ecológica (Candido, 2010).

Para Galvão (1955) as comunidades amazônicas são marcadas por uma organização social e econômica que gira em torno de pequenos povoados e freguesias, onde a economia é baseada na coleta de recursos naturais, como borracha e castanha, além de uma agricultura de subsistência. A vida nas comunidades é influenciada pelas estações do ano, com um ritmo que oscila entre as cheias e as vazantes dos rios, afetando as atividades de pesca, caça e cultivo como fica evidente nas palavras do antropólogo:

A economia da região depende da exploração de produtos naturais, principalmente a coleta da borracha, da castanha, da piaçaba, do timbó, do corte de madeiras, da pesca e da salga do peixe. A agricultura é uma atividade para subsistência local, praticamente não pesa no mercado de exportação. Essa dependência sobre atividades coletoras determina o padrão demográfico. A maioria da população amazônica está distribuída pelos pequenos povoados e sítios ou “freguesias”, em geral situados nos pontos de confluência de igarapés e paranás, as estradas naturais que levam para os seringais e castanhais. Cada um desses povoados ou “freguesias”, raramente conta com mais de duzentos habitantes, que se dispersam durante o fabrico da borracha (Galvão, 1955, p. 2)

Essa relação é marcada por um profundo conhecimento ecológico, onde os membros da comunidade desenvolvem uma compreensão detalhada dos ciclos naturais e da biodiversidade, utilizando esse conhecimento para garantir a sustentabilidade de suas atividades (Candido 2010; Galvão, 1955). A religião desempenha um papel central na vida social e cultural dos habitantes, com a fusão de elementos ibéricos e ameríndios criando um sistema religioso que reflete as particularidades da vida amazônica, como traz Galvão (1955) em sua descrição:

A descrição da vida religiosa do caboclo, deixa perceber esses dois componentes, o ibérico e o indígena, principalmente porque nessa área a fusão desses elementos culturais não resultou num sistema ou ideologia religiosa extremamente unificada ou homogênea, tal como sucedeu em outras regiões da América (Galvão, 1955, p.10).

As comunidades geralmente têm uma forte devoção aos santos padroeiros locais, e as festividades religiosas são organizadas em honra a esses santos, muitas vezes de maneira que não coincide com o calendário oficial da Igreja Católica. As irmandades religiosas, que são instituições tradicionais, atuam como o núcleo da organização local, promovendo a coesão social e a identidade comunitária (Galvão, 1955). Sobre a influência externa, o autor explica que:

[...] forças econômicas e sociais que penetraram no vale, vindas de fora, produziram mudanças no passado e continuam a operar no presente. As instituições religiosas das pequenas comunidades sofreram igualmente a influência desses agentes, tal como o resto da cultura (Galvão, 1955, p. 10).

Neste sentido, a escala de sincretismo e influência do elemento cultural indígena nas instituições religiosas das comunidades vai depender de quanta interferência foi exercida pela igreja católica, promovendo uma forma mais ortodoxa de catolicismo nas práticas religiosas (Galvão, 1955). Não se pode desassociar essas comunidades de sua relação com os rios e os estuários amazônicos, conseqüentemente, sendo relacionado às atividades de extrativismo de recursos aquáticos, bem como toda uma estrutura social, econômica e cultural ligada à dinâmica das águas. Segundo Melo e Souza (2009), entre essas atividades acima citadas, as atividades extrativistas como a pesca, a coleta de crustáceos e de fauna e flora – que correspondem às localidades costeiras, rios, lagos e baías – representam atividades haliêuticas.

Nem todas as comunidades amazônicas são ribeirinhas, no entanto, a comunidade Independência, foco deste trabalho, é uma comunidade vista por outras localidades (comunidades próximas à São Domingos do Capim) como uma comunidade pesqueira, onde seus moradores se consideram ribeirinhos. Segundo Neto e Furtado (2015, p. 158), “O ribeirinho pode ser um caboclo amazônico, desde que se especifique sua conexão com o meio rural, na mesma medida em que o caboclo pode ser um ribeirinho, desde que sua relação com o rio se sobressaia como o aporte central da análise”, sendo um elemento que também se faz presente na comunidade. Por fim, as comunidades amazônicas são definidas pela interdependência e solidariedade entre seus membros, organizadas em torno de uma relação simbiótica com o meio ambiente. Isso é destacado por Candido (2010) e Galvão (1955), que enfatizam como esses grupos desenvolvem práticas

sustentáveis e um profundo conhecimento ecológico, adaptando suas atividades às variações sazonais e utilizando os recursos naturais de maneira equilibrada. As comunidades amazônicas exemplificam uma forma de organização social e econômica que valoriza a reciprocidade, a cooperação e a integração com o meio ambiente, desafiando os modelos modernos de desenvolvimento e propondo uma perspectiva mais holística e sustentável.

Nem todas as comunidades ribeirinhas podem ser consideradas comunidades amazônicas; no entanto, a comunidade Independência, foco deste trabalho, é percebida por localidades vizinhas (comunidades próximas a São Domingos do Capim) como uma comunidade pesqueira, cujos moradores se autodefinem como ribeirinhos. Segundo Neto e Furtado (2015, p. 158), “o ribeirinho pode ser um caboclo amazônico, desde que se especifique sua conexão com o meio rural, na mesma medida em que o caboclo pode ser um ribeirinho, desde que sua relação com o rio se sobressaia como o aporte central da análise”, aspecto também presente na comunidade em questão. Assim, a identidade ribeirinha da comunidade Independência está fortemente vinculada às práticas cotidianas relacionadas ao rio, que orientam tanto sua organização social quanto suas estratégias de subsistência.

Por fim, as comunidades amazônicas são definidas pela interdependência e solidariedade entre seus membros, organizadas em torno de uma relação simbiótica com o meio ambiente. Isso é destacado por Candido (2010) e Galvão (1955), que enfatizam como esses grupos desenvolvem práticas sustentáveis e um profundo conhecimento ecológico, adaptando suas atividades às variações sazonais e utilizando os recursos naturais de maneira equilibrada. Nesse sentido, os dados levantados durante a pesquisa indicam que a comunidade Independência pode ser compreendida como uma comunidade amazônica, pois expressa essas mesmas características: reciprocidade, cooperação e integração com o meio ambiente, configurando-se como um exemplo concreto dessa forma de organização social e econômica que desafia modelos convencionais de desenvolvimento e propõe uma perspectiva mais holística e sustentável.

3.3 Abordagens contemporâneas sobre comunidades e a relação humanos e não-humanos

Atualmente, as comunidades amazônicas exemplificam uma forma de organização social e econômica que valoriza a reciprocidade, a cooperação e a integração com o meio ambiente, desafiando os modelos modernos de desenvolvimento e propondo uma perspectiva integrada ao

meio. Essas comunidades geralmente têm uma estrutura social e econômica que gira em torno da exploração de recursos naturais, como a coleta de açaí e outras atividades extrativistas.

As casas dos moradores em comunidades ribeirinhas costumam ser afastadas umas das outras, e o acesso a elas é frequentemente feito por meio de barcos ou canoas, o que destaca a relação intrínseca entre a geografia da região e o modo de vida das pessoas que ali habitam (Pinto, 2013). Além disso, as comunidades ribeirinhas são descritas como tendo uma dinâmica social particular, onde as relações de gênero e as redes de apoio social desempenham um papel crucial na vida cotidiana e nas atividades econômicas das mulheres (Pinto, 2013). A autora explica em sua tese que:

Além de toda a dinâmica de funcionamento interno da família que a mulher vivencia, vários outros sistemas fora dela exercem importante influência em suas interações com seu contexto, e, mais especificamente, nas atividades de ocupação e renda. Dentre esses sistemas, podem se destacar o local de trabalho, a vizinhança, as associações comunitárias e a própria comunidade (p. 85).

Portanto, o trabalho desenvolvido pelas mulheres não apenas aumenta o conjunto de atividades e papéis que elas assumem, mas também fortalece e amplia as redes de suporte social, o que ajuda a mitigar os impactos negativos da multiplicidade de papéis. Essas características tornam as comunidades ribeirinhas únicas, com desafios e oportunidades específicas que influenciam a vida e o trabalho de seus habitantes (Pinto, 2013).

E neste contexto globalizado, onde a região amazônica já sofreu e ainda sofre com a exploração capitalista, como foi explicado no capítulo anterior, potencializa a importância dessas comunidades que se reinventam em formas sociais que de algum modo, beneficia as relações com todo o ecossistema que os envolve, seja ela na agricultura, na pesca ou no extrativismo, essa relação íntima com a natureza é fundamental para a sua sobrevivência e para a reprodução de seu modo de vida em um território que vem sofrendo mudanças, que as impõe em suas vidas.

A expressão “integração com o meio ambiente” se repete ao longo do capítulo, todas as vezes que se propõe trazer alguma colaboração dos autores sobre o conceito de comunidades amazônicas. É segundo esta “integração”, que conectamos o debate sobre as interações entre o conceito de atores humanos e não-humanos. Segundo Cañete (2017), as comunidades amazônicas não fazem uma separação rígida entre humanos e não-humanos, em vez disso, elas formam coletivos que incluem tanto seres humanos quanto elementos da natureza, reconhecendo a agência e a “personitude” de outros seres, como animais e plantas.

Para o autor as comunidades amazônicas são caracterizadas por uma constante adaptação e transformação cultural e enfatiza que a cultura não é um conjunto de práticas imutáveis, mas sim um processo dinâmico que evolui em resposta a mudanças internas e externas. Essa interconexão é fundamental para entender suas práticas sociais e culturais.

Deste modo, rotulá-las como “tradicionais” ignora essa fluidez e a capacidade de inovação que essas comunidades demonstram (Cañete, 2017). Em outros termos, as comunidades amazônicas nunca foram “tradicionais” no sentido fixo e estático que muitas vezes é atribuído a elas na antropologia clássica (Cañete, 2017). O termo tradicional que é criticado é o que está condicionado ao enrijecimento de um modo de viver e que não se modifica.

Este debate surge diante da crítica à modernidade, feita por Latour (2020; 2001), que critica a modernidade por sua tendência a dividir o mundo em dualidades rígidas, como natureza/cultura e humano/não-humano. A sua intervenção finda por contestar o sentido de separação do termo “humano e não-humano”, pois é fruto da dualidade que ele tanto critica (Law, 2021). Não é objetivo deste capítulo prosseguir com este debate, mas apenas apresentar categoria (humano e não-humano) e sua importância, pois proporciona à pesquisa, fazer as relações de forma mais precisas entre a “integração” dos moradores da comunidade independência e todos os atores de seu entorno.

Para apresentar a categoria Humano e Não-humano, é necessário explicar o conceito central que se relaciona a várias outras ideias fundamentais de Latour (2020; 2001), bem como ANT – Teoria Ator rede e a mediação. A mediação é um conceito referente ao processo do qual diferentes actantes interagem e influenciam uns aos outros em uma rede (Lemons, 2020). Essa interação não é apenas um transporte de informações ou ações, mas ela implica na transformação, tradução e modificação do que é transmitido. Em outras palavras, a mediação é o ato de transcrever, transpor, deslocar, transferir e então transportar transformando (Lemons, 2020). Segundo Latour (2001), a mediação é explorada em quatro sentidos distintos, são elas: 1) **Interferência**; 2) **Translação de objetivos**; 3) **Ação Sociotécnica**; 4) **Construção de redes**.

A **interferência** refere-se à mediação como uma forma onde um agente (humano ou não-humano) influencia e altera a ação de outro. Por exemplo, uma arma pode ser vista como um mediador que interfere na intenção de um atirador, alterando o resultado da ação. Na **Translação de Objetivos**, a mediação é entendida quando dois agentes interagem, seus objetivos podem ser combinados ou transformados em um novo objetivo composto, que é diferente dos objetivos originais de cada um (Latour, 2001).

A mediação também é vista como uma ***ação sociotécnica***, onde a interação entre humanos e não-humanos é mediada por artefatos e tecnologias. Isso implica que as relações sociais não são apenas entre humanos, mas também envolvem a tecnologia e outros elementos não-humanos que desempenham um papel ativo nas interações (Latour, 2001). Por último, a ***Construção de redes*** que incluam tanto humanos quanto não-humanos. A mediação, nesse contexto, é o processo pelo qual diferentes atores se conectam e interagem, formando um coletivo que é mais do que a soma de suas partes. Esses quatro sentidos de mediação ajudam a entender como as interações entre humanos e não-humanos são complexas e multifacetadas, desafiando a visão tradicional que separa sujeito e objeto, ou humanidade e tecnologia (Latour, 2001).

Portanto, as entrevistas realizadas na Comunidade Independência evidenciam a centralidade das mediações e da construção de redes sociotécnicas na conformação da vida social, produtiva e simbólica local, em consonância com as contribuições teóricas de Latour (2001; 2020). Como já foi descrito no primeiro capítulo, a formação da comunidade não resultou de um processo espontâneo ou puramente humano, mas de uma articulação complexa entre diversos actantes, incluindo líderes religiosos, técnicos, ferramentas, instituições e elementos naturais. O rádio, como ferramenta técnica, não apenas transportou conteúdos educacionais, mas transformou práticas, traduzindo e reconfigurando o espaço social, tal como Latour (2001) conceitua o processo de mediação como interferência, translação de objetivos e ação sociotécnica.

A **pesca artesanal**, realizada com **espinhéis, currais, tarrafas e malhadeiras**, e a coleta de **açaí**, por exemplo, são atividades que não podem ser compreendidas apenas como ações humanas sobre a natureza, mas como processos mediados por ferramentas (petrechos), saberes tradicionais e condições ambientais, que se transformam reciprocamente.

Diante do exposto, é possível identificar que, no contexto da comunidade amazônica descrita neste trabalho, o Rio emerge como o principal ator que media e articula as relações entre os demais atores, sejam eles humanos ou não-humanos. As comunidades amazônicas frequentemente incorporam elementos não-humanos em suas cosmologias e práticas espirituais como os animais, plantas e até mesmo fenômenos naturais são considerados entidades com as quais se pode estabelecer uma relação de respeito e reciprocidade. O rio ocupa um papel central, pois suas ações e dinâmicas influenciam diretamente as práticas, os ciclos produtivos e a organização social da comunidade, ou seja, uma forma de agência e reconhecimento enquanto sujeito, adquirindo uma dimensão ontológica específica, sendo dotado de personitude (Cañete, 2017).

A integração entre humanos e não-humanos é central para entender a dinâmica dessas comunidades. Elas não fazem uma separação rígida entre os dois, reconhecendo a agência e a “personitude” de elementos naturais como rios, animais e plantas. Esse reconhecimento desafia as dualidades modernas, como natureza/cultura e humano/não-humano, criticadas por filósofos como Latour.

Por fim, a dimensão religiosa e organizativa, expressa na criação de equipes pastorais, educativas e recreativas, revela como a mediação é também um processo simbólico e político de formação de sujeitos e de fortalecimento identitário, conforme propõe Latour ao discutir a mediação como processo criativo de redes e coletivos. A Comunidade Independência, portanto, exemplifica de forma concreta como as interações entre humanos e não-humanos são complexas, dinâmicas e multifacetadas, sendo fundamental compreendê-las a partir das noções de mediação e de rede sociotécnica propostas pela Teoria Ator-Rede.

No contexto das comunidades amazônicas, o rio emerge como um mediador central, influenciando e moldando as ações da comunidade, evidenciando a profunda conexão e interdependência entre os atores humanos e não-humanos. Em suma, este capítulo reforça a importância de uma abordagem socioantropológica que reconheça a fluidez cultural e a capacidade de inovação das comunidades amazônicas, destacando sua resiliência e adaptação frente às transformações impostas pela globalização e exploração capitalista.

Nem todas as comunidades amazônicas são ribeirinhas; no entanto, a comunidade Independência, foco deste trabalho, é percebida por localidades vizinhas (comunidades próximas a São Domingos do Capim) como uma comunidade pesqueira, cujos moradores se autodefinem como ribeirinhos. Segundo Neto e Furtado (2015, p. 158), “o ribeirinho pode ser um caboclo amazônico, desde que se especifique sua conexão com o meio rural, na mesma medida em que o caboclo pode ser um ribeirinho, desde que sua relação com o rio se sobressaia como o aporte central da análise”, aspecto também presente na comunidade em questão. Assim, a identidade ribeirinha da comunidade Independência está fortemente vinculada às práticas cotidianas relacionadas ao rio, que orientam tanto sua organização social quanto suas estratégias de subsistência.

Por fim, as comunidades amazônicas são definidas pela interdependência e solidariedade entre seus membros, organizadas em torno de uma relação simbiótica com o meio ambiente. Isso é destacado por Candido (2010) e Galvão (1955), que enfatizam como esses grupos desenvolvem práticas sustentáveis e um profundo conhecimento ecológico, adaptando suas atividades às

variações sazonais e utilizando os recursos naturais de maneira equilibrada. Nesse sentido, os dados levantados durante a pesquisa indicam que a comunidade Independência pode ser compreendida como uma comunidade amazônica, pois expressa essas mesmas características: reciprocidade, cooperação e integração com o meio ambiente, configurando-se como um exemplo concreto dessa forma de organização social e econômica que desafia modelos convencionais de desenvolvimento e propõe uma perspectiva mais holística e sustentável.

3.4 Fotoetnografia durante o trabalho de campo

Neste item, apresento uma proposta de fotoetnografia realizada durante o campo de pesquisa. Me inspirei ao campo da antropologia visual, estudo pioneiro de Luiz Eduardo Achutti (1997) em seu trabalho *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Achutti (1997) propõe que o estudo a partir das imagens vá além de um mero apoio na coleta de dados. Ele sugere que as linguagens fotográfica e visual devem ser exploradas como abordagens significativas para enriquecer a pesquisa antropológica, permitindo uma compreensão mais profunda da cultura.

Assim, a construção de narrativas visuais, ao ser articulada com o texto verbal, contribui para uma interpretação mais complexa da sociabilidade, refletindo a densidade dos universos sociais. A partir da perspectiva de Achutti, a fotoetnografia emerge como uma técnica que envolve o “ato de recortar, enquadrar e recortar elementos da realidade num plano” (Achutti, 1997, p. 64). Este conceito transforma a fotografia em um elemento central da pesquisa antropológica, permitindo que a linguagem visual não apenas complemente, mas também concretize o saber antropológico.



































CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, a pesquisa apresentou a história do surgimento da comunidade Independência e como ela se encontra hoje, onde o trabalho de campo averiguou, com o auxílio da história oral e história de vida, uma diversidade de atores e agentes que contribuíram para que a comunidade fosse formada. Este grupamento possui uma história recente enquanto organização comunitária aos moldes descritos por Wagley (1955), como reflexo da sociedade do entorno, sendo marcada por sua localização, as margens do rio Capim.

Independência pertence ao município de São Domingos do Capim e o contexto de sua formação corresponde a esforços que passaram pela influência da igreja católica e de dois moradores de comunidades vizinhas, Perseverança e Aliança, a Sra. Gilda e o sr. Ladislau. Este período corresponde aos anos 60 e 70, quando o *Sistema Educativo Radiofônico de Bragança* (SERB) estava sendo monitorado pela ditadura civil-militar.

Os ribeirinhos que utilizavam as terras que hoje fazem parte da comunidade, obtinham-nas por meio de arrendamentos ou eram cedidos por quem já tinha a posse da terra. Dessa forma que a casa do Sr. Ladislau serviu no início do assentamento, tanto como escola quanto igreja, criando o primeiro ponto de encontro para a formação de uma nova comunidade. O SERB era voltado ao ensino supletivo, oferecendo instrução primária a adolescentes e adultos que não tiveram acesso a ela na idade adequada e tinham como principal objetivo a erradicação do analfabetismo no Brasil.

Mesmo com as dificuldades de conseguir locais adequados para as aulas e missas radiofônicas, os encontros foram determinantes para a evangelização e para a sistematização da educação dos ribeirinhos da região (Sousa *et al.*, 2020). Além da educação formal, a igreja católica promoveu cursos de formação nas áreas de fruticultura e hortaliças, incentivando o trabalho comunitário e a divisão sexual do trabalho, onde os homens cuidavam do pomar e as mulheres da horta.

Nos acessos à memória de formação da comunidade que foram possíveis por meio do questionário aberto, os relatos de moradores mais velhos, como o Sr. José Serqueira e seu Bernardo, destacam a fartura de alimentos e a importância da pesca e da agricultura na subsistência da comunidade, além de práticas como a criação de pequenos animais e o cultivo de cana-de-açúcar e café.

Diante disso, a pesquisa constatou que houve uma integração de valores educacionais e religiosos na formação de Independência, conformando-se ao texto clássico de Eduardo Galvão

(1955), Santos e Visagens, que apresenta a relação entre as comunidades amazônicas e a religiosidade, desempenhando um papel central na vida dos habitantes, principalmente na devoção dos santos padroeiros locais e na coesão social e na identidade comunitária. Os ribeirinhos da comunidade capiense vivem em uma área de várzea, onde as cheias e vazantes do rio moldam o ritmo de vida, direcionando a pesca e a agricultura. As casas são construídas sobre palafitas, com trapiches que servem como ponto de acesso ao rio, considerado a “rua principal”. A organização espacial da comunidade é centrada no rio, com um arraial que abriga a igreja, a escola e um barracão para reuniões comunitárias que foi construída afastado das margens do rio Capim para não ser atingido pelas cheias.

A economia que antes era mais diversa e com base na subsistência, hoje é centralizada na produção do açaí e da farinha de mandioca, sendo que o açaí foi identificado em primeiro lugar nos dados do campo, com mais de 50% dos entrevistados dependendo da comercialização do fruto como sua principal fonte de renda. A pesca também é uma atividade importante, embora menos relevante economicamente, sendo praticada com técnicas tradicionais como tarrafa, malhadeira e espinhel, bem como práticas modernas, como a pesca de flecha ou pesca de mergulho.

O capítulo também apresenta as mudanças nas práticas de pesca como a introdução de malhadeiras grandes e com malha miúda, que capturam peixes ainda jovens, impedindo que cresçam e se reproduzam. Essa prática reduziu a disponibilidade de peixes maduros, comprometendo a renovação dos estoques naturais. Por esse motivo, as técnicas tradicionais, como a pesca com tarrafas e malhadeiras pequenas, tornaram-se menos eficazes devido à diminuição da quantidade de peixes. Atualmente, a pesca eficiente é limitada aos meses de safra (junho a setembro), quando a captura de peixes, como o Barí, é mais viável.

Também há em curso na comunidade, um desaparecimento de práticas antigas, como a pesca de curral e a piraquera, que quase não existem mais. Essas técnicas, que eram eficazes no passado, foram abandonadas devido à redução da quantidade de peixes e às mudanças nas condições do rio. A comunidade não possui acordos de pesca e não há fiscalização. No entanto, os moradores reconhecem a necessidade de estratégias sustentáveis para garantir a preservação dos estoques pesqueiros, mas até o momento, não houve iniciativas concretas para implementar tais práticas.

A comunidade ainda conserva outros elementos culturais de antes da chegada dos grandes projetos como: a *agricultura familiar*, resistindo à imposição de monoculturas voltadas para o

mercado externo, como a plantação de dendê; e as *festas religiosas*, que seguem desempenhando um papel central na vida comunitária, reforçando a coesão social e a identidade cultural, apesar das tensões geradas por eventos turísticos que desconsideram essas tradições.

As transformações nas práticas de pesca artesanal refletem um cenário de mudanças ambientais e econômicas que afetaram a região. A poluição do rio, a introdução de técnicas de pesca inadequadas e a falta de organização para a gestão dos recursos pesqueiros são fatores que contribuíram para a diminuição da eficácia da pesca artesanal. Apesar disso, a comunidade continua a adaptar-se, buscando novas formas de subsistência e mantendo viva a sua conexão com o rio Capim, que permanece um elemento central em sua vida social e cultural.

Outro dado relevante que o trabalho apresenta são os laços de parceria e amizade fortalecidos pela atividade pesqueira, sendo na hora de cercar o peixe com a malhadeira, ou no momento da divisão entre a tripulação, sempre é feita em partes iguais, e quando se pega em boa quantidade, há distribuição entre parentes e vizinhos, prevalecendo o comércio apoiado na reciprocidade (Polanyi, 2012). Essa prática garante que eles possam assegurar uma quantidade de açaí colhido pelo vizinho ou já pronto para o consumo, entre outros gêneros que são cultivados na comunidade. Por fim, para a comunidade, o rio não apenas molda o seu ritmo, influenciando as cheias e vazantes que regulam atividades como pesca, agricultura e extrativismo, mas também serve como eixo central da organização social e cultural comandando a vida de todos e todas as moradoras e moradores.

No segundo capítulo da dissertação, foi possível destacar a correlação entre as mudanças do período colonial (Séc. XVII – XIX) e a expansão agrícola do nordeste paraense especialmente com a introdução da monocultura do dendê e a mineração, sendo entendida através de vários aspectos interconectados, que abrangem a transformação econômica, social e ambiental da microrregião do qual a comunidade se localiza. Portanto, conclui-se que a partir da abolição da escravidão, houve uma transição para modelos de produção agrícola que buscavam potencializar o lucro, o que culminou na introdução da cultura do dendê, sendo importante frisar, que ambas as fases refletem uma busca contínua por maximização dos recursos, mas enquanto o período colonial utilizava mão de obra escrava, o período da expansão agrícola introduziu um novo modelo, que embora abandonasse a escravidão, ainda perpetuou a exploração das comunidades locais através de relações de trabalho precárias.

O modelo colonial, que já realizava desmatamentos para a monocultura da cana-de-açúcar, estabeleceu um precedente para a expansão agrícola. Assim, tanto a indústria do minério quanto a monocultura do dendê exemplificam a exploração desenfreada dos recursos naturais em busca de lucro. O impacto social do colonialismo, que resultou em uma estrutura social hierárquica baseada na exploração e na desigualdade, também se refletiu nas mudanças sociais durante a expansão agrícola. A transição para o trabalho assalariado em plantações de dendê deslocou as comunidades locais de suas práticas tradicionais, impactando a coesão social e as relações familiares causando dependência econômica à monocultura na região do capim. Esses fatores, mas as lutas por direitos etnoterritoriais demonstram a necessidade de uma continuidade histórica de resistência contra a exploração, que começou no contexto colonial e se perpetua na era da industrialização agrícola.

As mudanças ambientais desencadeadas pelos grandes projetos econômicos e a exploração de recursos naturais provocaram alterações nas redes de relações com o rio Capim, que exerce um papel de agente (Não-Humano) central nas dinâmicas sociais e econômicas. Uma das principais alterações foi o acesso à água do rio, que antes era usada para várias atividades domésticas (cozinhar, lavar roupa etc.), inclusive para o consumo. Os relatos que seguiram na pesquisa, esclarecem casos de exposição aos resíduos da mineração em comunidades próximas à mineradora e que acarretou sérios problemas de saúde, como doenças de pele e complicações relacionadas ao consumo de alimentos contaminados.

Isso impõe um novo conjunto de desafios às comunidades da região, que precisam adaptar suas práticas de cuidado e saúde em resposta a essas novas ameaças. Apesar da comunidade Independência não estar próxima a extração de minério, ou não ter sido impactada diretamente pela monocultura do Dendê, algumas mudanças foram indicadas na pesquisa, sendo consequência da poluição do rio, por exemplo, a diminuição do peixe e a mudança da cor da água, apresentando sedimentos que antes não havia.

Em conclusão, o terceiro capítulo faz uma análise socioantropológica dos conceitos “Comunidade” e “Comunidades Amazônicas”, junto da teoria Ator Rede (TAR), destacando sua organização social, práticas sustentáveis e a profunda conexão com o meio ambiente por meio das relações de humanos e não- Humanos. Ao integrar teorias clássicas e contemporâneas, o capítulo adiciona ao debate a importância de reconhecer a fluidez cultural e a capacidade de adaptação dessas comunidades frente às transformações impostas pela globalização e exploração capitalista trazendo para o debate, a junção entre natureza e cultura.

Portanto, a contribuição de clássicos como Marx (1867), Polanyi (2012) e Weber (2012) sobre o conceito de comunidade em seu contexto mais generalizado, enfatiza a relação do homem com a natureza, destacando a acumulação primitiva e os modos de produção pré-capitalistas relacionadas às ações sociais, que são guiadas por ações afetivas e tradicionais. Essas perspectivas ajudam a entender as comunidades amazônicas como grupos que mantêm um *ethos* de sustentabilidade e modelos de trocas comerciais, sustentadas em contextos de solidariedade e reciprocidade, apesar das pressões do capitalismo, exercendo resistência ao racionalismo econômico da sociedade do entorno.

Diante disto, o capítulo direcionou a pesquisa para as redes de relações desenvolvidas na comunidade independência, notando que refletem a interdependência entre seus membros e o rio Capim, compondo-se como agente mediador não-Humano mais importante para o grupo. Com o auxílio teórico de Bruno Latour (2020; 2001) e Thales Cañete (2017), a pesquisa destacou as práticas culturais que refletem um profundo conhecimento ecológico no qual a integração entre os atores humanos e não-humanos com a Teoria Ator Rede (TAR) se faz necessário para a compreensão dela, como a pesca artesanal, a produção de roça e da farinha de mandioca na agricultura familiar. A pesquisa também demonstrou que o açaí (*euterpe oleracea*) é um ator que apesar de estar conectado em outras redes de relações, possui profunda dependência com o rio Capim, seja nas ações ligadas a fertilização, por se tratar de espécies nativas de várzea, ou na comercialização, pois em sua maioria, é realizada nos trapiches, as margens do rio.

Por fim, a pesquisa revelou que além disso, o rio Capim possui uma “personitude”, sendo visto como uma entidade com agência própria, capaz de moldar as ações humanas através de suas cheias, vazantes e recursos naturais disponíveis. Dessa forma, este agente não só estrutura o espaço físico, mas também organiza a vida cotidiana, as práticas produtivas e os laços culturais da comunidade, sendo um elemento vital na manutenção da identidade local e na resistência às transformações impostas por projetos de desenvolvimento e capital estrangeiro.

Este estudo reforça a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades das comunidades ribeirinhas, e que promova um modelo de desenvolvimento sustentável que valorize os saberes locais e preserve as interações essenciais entre humanos e não-humanos. Assim, a experiência da comunidade Independência não apenas ilumina os desafios enfrentados pelas populações amazônicas, mas também aponta caminhos para uma convivência mais equilibrada e harmônica com o ambiente natural.

Referências

ALVES, Leonne Bruno Domingues; CAÑETE, Voyner Ravena; RODRIGUES, Carmem Izabel. Ribeirinhos do Maúba: vida social e ambiente na amazônia paraense. **História e Cultura**, vol. 9, no 2, 2020, p. 487-510. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3017>. Acesso em: 14 out. 2022.

ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. **A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: Trabalhadores Rurais em deslocamento (1970 – 1985)**. 2015. 156 p. Dissertação (mestrado no Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BATISTA, V. da S.; ISAAC, Victoria Judith; VIANA, João Paulo. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, Mauro Luis. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. **ProVárzea**, Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, IBAMA MMA, p. 63-151, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: UDRY, Consolación; EIDT, Jane Simoni (orgs.). **Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal**. Brasília: EMBRAPA, 2015.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 316, 8 fev. 2007.

CAETANO, Renato Fernandes. **No banzeiro das águas e das relações**: entre cheias e ameaças de desterritorialização–identidade, histórias e memórias de resistência da Comunidade Ribeirinha Tradicional de São Carlos, no Baixo Madeira (Porto Velho/RO). 247 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAÑETE, Thales Maximiliano R. **Direito e populações tradicionais no Brasil**: da revisão à crítica de aplicabilidades e definições acadêmicas/jurídicas/legais. 2012. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Belém, p 125.

CAÑETE, Thales Maximiliano R. **Antropologia de populações, povos e comunidades que jamais foram tradicionais**: experiências junto ao coletivo de humanos e não humanos de Igarapé Grande, Amazônia paraense. 2017. 2017. Tesis Doctoral. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

CANGIANI, Michele. Introdução. In: Karl Polanyi. **A subsistência do Homem e ensaios correlatos**. Trad. Vera Ribeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO, 2012. P. 11 – 44.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da; MANESCHY, Maria Cristina. **Pescadores, agricultores e ribeirinhos na Amazônia Oriental**: associativismo e sustentabilidade. Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), n. 27, p. 1-13, 2003.

CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. (Org.). **Nordeste Paraense**: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Belém, PA: EDUFRA, 2017. p. 19-58.

CUMBE, Mário José Chitaúte. **A História da pesca artesanal em Moçambique**: Ilha de Chiloane (1892-1991). 2023. Tesis Doctoral. Universidade de Lisboa (Portugal).

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. Povos indígenas, povos tradicionais e conservação na Amazônia. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental; Estação Liberdade, 2001. p. 184-193.

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. **Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica**. Estudos Avançados, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40141999000200008>. Acesso em: 28 mai. 2024.

DIAS, Manuel Nunes. Colonização da Amazônia (1755-1778). **Revista de História**, São Paulo, v. 34, n. 70, p. 471-490, 1967. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126117>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126117>. Acesso em: 25 mai. 2025.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Cemar/USP: São Paulo, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. A sócio-etnologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, 1999, v. 3, no 2, p. 361-376.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/750>. Acesso em: 03 out. 2022.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. NUPAUB-USP, 2004.

FARIAS, Silvio Kanner; COSTA, Gilson da Silva. **Agricultura familiar ribeirinha, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia**: ilhas do Combu, Murutucu e Grande. *Novos Cadernos NAEA*, v. 27, n. 1, p. 163-186, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/13393>. Acesso em: 6 nov. 2024.

GAIA FARIAS, William. Um engenho fortaleza: terra, política e herança no rio Capim-PA, segunda metade do século XIX. *Topoi*: Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 897–918, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02204815>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/4YKTcxTznpk36rqcX6FbN4w/>. Acesso em: 25 mar. 2025

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Boletim agropecuário do Pará 2017**. 1. ed. Belém: Fapespa, 2015. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2025.

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Estatística municipal**: São Domingos do Capim. Belém: Fapespa, 2023. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2025.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Departamento de Ciências Humanas, Antropologia, 1990. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/809>. Acesso em: 11 fev. 2024.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesca Artesanal: Um delineamento de sua História no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 24, n. 79, 1981.

FURTADO, João Victor da Silva; COELHO, Luiza Accácia Ferreira. A educação nas ondas da rádio e as disputas em torno da implementação do sistema educativo radiofônico de Bragança-PA (1960-1964). **Manduarisawa**, 2022, vol. 6, no 1, p. 313-329. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/10824>. Acesso em: 3 ago. 2023.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

GIDDENS, Anthony. On rereading the presentation of self: Some reflections. **Social Psychology Quarterly**, 2009, vol. 72, no 4, p. 290-295.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Brenda Suellen Franklin de Farias. **Pesca amadora marinha e suas implicações ambientais**. 2018. 65f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Editora Valer, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013 [1968].

HARRIS, Mark. Descobrindo conexões ao longo do rio no Baixo Amazonas, Brasil. **Anuário antropológico**, 2017, vol. 42, no 1, p. 111-135.

HUBBARD, Jennifer. Fisheries science and its environmental consequences. *In: Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science*. May 24, 2017. Oxford University Press. Date of access 28 May. 2025, <<https://oxfordre.com/environmentalscience/view/10.1093/acrefore/9780199389414.001.0001/acrefore-9780199389414-e-370>. Acesso em: 05 abr. 2024.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Brasília, DF: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-domingos-do-capim/historico>. Acesso em: 20 de out. 2023.

ISAAC, Victoria J.; BARTHEM, Ronaldo Borges. **Os Recursos pesqueiros da Amazônia brasileira**. Emílio Goeldi, v. 11, n. 2, 1999.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LATOUR, B. Redes, Sociedades, Esferas: Reflexões de um Teórico Ator-Rede. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2013. DOI: 10.22456/1982-1654.36933. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/36933>. Acesso em: 28 maio. 2023.

LATOUR, Bruno, *et al.* “Para Distinguir Amigos e Inimigos No Tempo Do Antropoceno.” **Revista de Antropologia**, vol. 57, no. 1, 2014, p. 11–31. JSTOR, <https://www.jstor.org/stable/26605446>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26605446>. Acesso em: 24 mai 2023.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. São Paulo: SciELO-Editora UNESP, 2017.

LATOUR, B. **Onde estamos?** A Terra como ator político. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no antropoceno. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=sbTvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT27&dq=Onde+estamos%3F+A+Terra+como+ator+pol%C3%ADtico+BRUNO+LATOUR+&ots=1VW7uy_wUE&sig=IEFPkXjzkro6t4Vk9EHky1Qlhik#v=onepage&q=Onde%20estamos%3F%20A%20Terra%20como%20ator%20pol%C3%ADtico%20BRUNO%20LATOUR&f=false. Acesso em: 12 set. 2024.

LATOUR, Bruno. A antropologia no tempo do Antropoceno. *In: ALZAMORA, Geane; ZILLER, Joana; COUTINHO, Francisco Ângelo (orgs.). Dossiê Bruno Latour*. Belo Horizonte: SciELO-Editora UFMG, 2021. p. 19-36. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=mzUzEAAQBAJ&lpg=PP3&ots=vA_rBQJcK&dq=DOSSIE%20BRUNO%20LATOUR%20&lr=es&pg=PP6#v=onepage&q=DOSSIE%20BRUNO%20LATOUR&f=false. Acesso em: 21 ago. 2023.

LAW, John. Teoria Ator Rede e Semiótica Material. *In*: ALZAMORA, Geane; ZILLER, Joana; COUTINHO, Francisco Ângelo (ed.). **Dossiê Bruno Latour**. SciELO-Editora UFMG, 2021.

LEMOS, André. Comunicação, Mediação e Modo de Existência na Cibercultura. *In*: ALZAMORA, Geane. et al. (Org.). **Dossiê Bruno Latour**. BH: Ed. UFMG, 2020. p. 179.

LEMOS, André, *et al.* O Pensamento de Bruno Latour (1947-2022). **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 469–479, 2022. Disponível em: <https://periodicosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/humanas/article/view/11249>. Acesso em: 16 abr. 2023.

LIMA, Aline Maria Meiguins. Sistema de informação de recursos hídricos como subsídio à elaboração do plano diretor da bacia do Rio Capim-PA. **Anais do XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. São José dos Campos: INPE, 2005, p. 3789-3796.

LIMA, Aline Maria Meiguins, *et al.* Dinâmica da paisagem da bacia do rio Capim-PA. **Revista Brasileira de Geografia Física**, vol. 5, no 1, 2012, p. 127-142.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, 2005, vol. 19, p. 45-76.

LIMA, Joicieli Pereira de. **O “interior” e as águas: entre paisagens, mobilidades e tecnologias de uma vida ribeirinha em São Sebastião da Boa Vista no Marajó-PA**. Orientadora: Michele Escoura Bueno; 2024. 96 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16624>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Os parceiros do mar**. Belém, CNPQ/Museu, 1985.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: Cultural Brasil, 1992.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, JNA. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume, 2019, p. 197-224.

MACIEL, Rogerio Andrade. O rádio cativo nas escolas radiofônicas: um artefato cultural de ensino para os caboclos ‘ingênuos’ na Prelazia do Guamá, Amazônia paraense (1961-1971). **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 20, p. 116, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e116>. Acesso em: 24 out 2024.

MAGALHÃES, Sônia. O desencantamento da beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. *In*: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Associação de Universidades Amazônicas, 1996, p. 697-746.

MARIN, Rosa Elisabeth. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Papers do NAEA**, Belém, n. 153, out. 2000.

MARRAS, Stelio *et al.* O mundo desde o fim: desafios expiatórios da modernidade. *In*: ALZAMORA, G; ZILLER, J; COUTINHO, F (org.). **Dossiê Bruno Latour**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2020.

MARX, Karl. **Prólogo a la primera edición alemana del primer tomo de El capital**. Editorial Progreso. Obras escogidas de Carlos Marx y Federico Engels, 1867, vol. 2. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1310675180.lflacso_1867_01_marx.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

MELO, Leonízia Valdeci *et al.* Ampliação do Porto do Forno na Reserva Extrativista Marinha em Arraial do Cabo–RJ. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, 2009, vol. 3, no 2, p. 163-186.

MESQUITA, Fernando José Lima de. **Arquitetura vernacular ribeirinha, patrimônio cultural nas Amazônias: o caso de Afuá-PA**. 2017. Dissertação. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

MORAES, Irislane Pereira de. **Do tempo dos pretos d’antes aos povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)**. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4038>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MORAES, Irislane Pereira de. **Do tempo dos pretos d’antes aos povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)**. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4038>. Acesso em: 14 fev. 2025.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Leonardo Sousa dos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Formação da dendeicultura na Amazônia paraense. **Mercator**: Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19007>. Acesso em: 25 abr. 2025.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), 2015, vol. 24, no 24, p. 158-182.

OLIVEIRA, Caio Silva; SILVA, Lindomar; SANTOS, Alessandro; MENEGHETTI, Gilmar. **Acordos de pesca no Amazonas: contribuições para a manutenção dos serviços ambientais, segurança alimentar, sustentabilidade e bem-estar das comunidades**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 59.; Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 6., 2021, Brasília, DF. *Anais CPAA*. Brasília, DF: UnB, 2021.

PLAS, Philippe; SILVA PONTE, V.; MUNIZ, Érico Silva Alves. O rio, ator do território amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, 2023, vol. 26, no 1, p. 43-66. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/14565/10181#page=40>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. **As redes de apoio social e as relações de trabalho de mulheres em comunidades rurais do maranhão e ribeirinhas da região amazônica**. Orientador: Fernando Augusto Ramos Pontes. 2013. 233 f. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa do comportamento) - Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/12796>. Acesso em 11 abr. 2025.

CANGIANI, Michele. Introdução. In: Karl Polanyi. *A subsistência do Homem e ensaios correlatos*. Trad. Vera Ribeiro. 1ª Ed. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO, 2012. P. 11 – 44.

POLANYI, Karl. **The economic fallacy**. In: POLANYI, Karl; PEARSON, Harry (Ed.). *The livelihood of man* New York: Academic Press, 1977. p. 5-17.

REBELLO, Fabrício Khoury. **Da lenha ao óleo de Palma: a transformação da agricultura no Nordeste Paraense**. Orientador: Alfredo Kingo Oyama Homma. 2012. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal Rural da Amazônia / Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1577>. Acesso em: 17 jul. 2024.

RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/60/131>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Festividades mestiças na Amazônia**. História revista, 2009, vol. 14, no 1, p. 235-259.

SAAVEDRA, Maria da Paz Corrêa. **O “ir” para o assalariamento na agroindústria de dendê e o “voltar” para a comunidade quilombola: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará**. 2017. 140 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos avançados**, 2005, vol. 19, p. 165-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200010>. Acesso em: 30 mai. 2024.

SEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Regiões Hidrográficas do Estado do Pará** [mapa]. Belém: SEMAS, [s.d.]. 2008 Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/diretorias/recursos-hidricos/mapas/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

SEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Relatório sobre conservação ambiental e comunidades ribeirinhas**. Belém: SEMA, 2012.

SEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Diretoria de Recursos Hídricos**. Mapas. Belém, PA: SEMAS, 2012. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/diretorias/recursos-hidricos/mapas/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

SEMED. **Plano municipal de educação de São Domingos do Capim**. São Domingos do Capim: Secretaria Municipal de Educação, 2015-2025.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. [Tradução Pedro Caldas]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. **SOCIOLOGIA: Estudos sobre as formas de sociação**. Editora Fundação Fênix, 2021.

SOUSA, Alessandra. dos Santos; AUAD, Dandara Montelo; RAISSA, Lorena; MACIEL, Rogério. Sistema educativo radiofônico de bragança e a educação de jovens e adultos / Bragança

radio education system and the education of youth and adults. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 64695–64704, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n9-052. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/16084>. Acesso em: 11 mar. 2025.

SOUZA, Rosemeri Melo. Natureza, espaço e cultura em comunidades haliêuticas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 19-31, 2009.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [S. l.], v. 5, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 8 maio. 2024.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 9. ed. Manaus: Valer, 2000 [1973].

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: Natureza, Homem e Tempo**. 2a. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Livraria classica de Alves, 1895. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=K7RJAAAAIAAJ&pg=GBS.PA6&hl=pt>. Acesso em: 13 out. 2023.

WAGLEY, Charles; HARRIS, Marvin. A typology of Latin American subcultures. **American Anthropologist**, 1955, vol. 57, no 3, p. 428-451. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/665441>. Acesso em: 15 nov. 2023.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva, tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn-Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Trad. Augustin Wernet. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In, COHN, Gabriel (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003.

XIMENES, Cláudio; COELHO, Alan Watrin. A descrição histórica, geográfica e etnográfica do rio Capim feita por João Barbosa Rodrigues. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 2017, vol. 12, no 2, p. 535-554.